

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro • Damião de Lima
Regina Célia Gonçalves • Paulo Giovani Antonino Nunes
Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Organizadores

REPÚBLICA

Escritos de História LABORHIS - Série Monográfica

República
Escritos de História
LABORHIS - Série Monográfica



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretora do CCHLA MÔNICA NÓBREGA
Vice-Diretor do CCHLA RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA



EDITORIA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial do CCHLA BARTOLOMEU LEITE DA SILVA (Filosofia)
CARLA LYNN REICHMANN (Línguas Estrangeiras Modernas)
CARLA MARY DA SILVA OLIVEIRA (História)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Língua Portuguesa e Linguística)
HERMANO DE FRANÇA RODRIGUES (Literaturas de Língua Portuguesa)
KARINA CHIANCA VENÂNCIO (Línguas Estrangeiras Modernas)
LÚCIA FÁTIMA FERNANDES NOBRE (Línguas Estrangeiras Modernas)
LUZIANA RAMALHO RIBEIRO (Serviço Social)
MARCELA ZAMBONI LUCENA (Ciências Sociais)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Sociais)
TERESA CRISTINA FURTADO MATOS (Ciências Sociais)
WILLY PAREDES SOARES (Letras Clássicas)

Organizadores

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Damião de Lima

Regina Célia Gonçalves

Paulo Giovani Antonino Nunes

Telma Cristina Delgado Dias Fernandes

República

Escritos de História

LABORHIS - Série

Monográfica

João Pessoa

Editora da UFPB

2016

Copyright © 2014 - Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, et al

Efetuada o Depósito Legal na Biblioteca Nacional,
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma
ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais
(Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	EDITORA DA UFPB
Editoração Eletrônica	EMMANUEL LUNA
Design de Capa	ALEXANDRE CÂMARA

Catalogação na fonte:

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

R426 República: escritos de história LABORHIS - série monográfica /
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro ...[et al.], organizadores.- João
Pessoa: Editora da UFPB, 2016.
277p. (Coleção Humanidades - Série Monografia; v.2)
Recurso digital(3,1MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN: 978-85-237-1196-2
1. História - estudo e ensino. 2. História - trabalhos acadêmicos
- UFPB. 3. História - formação profissional. 4. História - experiências
pedagógicas.

CDU: 930.1

EDITORA DA UFPB	Cidade Universitária, Campus I – s/n João Pessoa – PB CEP 58.051-970 editora.ufpb.br editora@ufpb.edu.br Fone: (83) 3216.7147
------------------------	---

APRESENTAÇÃO

A Coleção Humanidades – Série Monografia – é fruto da iniciativa do Departamento de História da UFPB, com objetivo de divulgar estudos acadêmicos elaborados por graduandos do Curso de Licenciatura em História, concluídos nos últimos anos (2009-2011), com apoio do LABORHIS – Laboratório de História, que em 2012 completou sua primeira década.

Criado em 2002, o LABORHIS é um espaço que dispõe de obras de referências, materiais didáticos, trabalhos acadêmicos do corpo docente e do discente de graduação (monografias), e se constitui em lugar de produção de conhecimento histórico, de graduandos e pós-graduandos. Seu principal propósito é o de contribuir na formação do profissional de História nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, fornecendo condições acadêmicas para a elaboração e publicação de estudos, experiências pedagógicas e outras produções acadêmicas em torno dos temas que dizem respeito à História.

Nesse sentido, ao longo desta última década, o espaço físico, o acervo e os equipamentos do LABORHIS têm sido importantes suportes para as pesquisas individuais ou coletivas, como dito, de estudantes de graduação e de pós-graduação em História, bem como para o funcionamento de projetos do Departamento de História, a exemplo daqueles

vinculados ao Programa de Monitoria, ao Programa de Licenciatura (PROLICEN), Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e ao Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX e PROEXT), além dos diretamente ligados aos cursos de Licenciatura em História (tanto o extensivo quanto o do PEC-Movimentos Sociais do Campo e o de Pós-graduação). Algumas das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Estudos e Pesquisas, cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq, também têm sido desenvolvidas no LABORHIS. Sem dúvida, a orientação e o envolvimento acadêmico de vários professores e professoras do Departamento de História foram (e são) imprescindíveis para os bons resultados das atividades realizadas no espaço do LABORHIS.

Ainda que o LABORHIS não tenha se tornado uma “sala laboratorial por área de estudo”, tem possibilitado a formação de novos professores e pesquisadores, a exemplo do que podemos visualizar com os estudos monográficos publicados pela Coleção Humanidades, nos quais os discentes se fazem autores, mostrando que o LABORHIS cumpriu adequadamente uma das suas funções, qual seja, facilitou e colaborou na formação básica dos novos profissionais da História. Para tanto, esses discentes-autores, tiveram que fazer escolhas de temas e de fontes, selecionaram abordagens teóricas e metodológicas e, assim, elaboraram textos históricos que agora estão à disposição do público, mostrando variadas formas de “narrar o Brasil”, ou seja, a experiência coletiva histórica na lente de uma historiografia que se renova continuamente. Por fim, cabe lembrar, com base em Eric Hobsbawn, a importância da História. Ele nos recorda que “ser membro da comunidade humana é situar-se com relação a seu passado”, o passado, por sua vez, é uma “dimensão permanente da consciência

humana, um componente inevitável das instituições, valores e padrões da sociedade”. A História é, portanto, fundamental, não apenas para conhecer o que já passou e procurar respostas para as nossas inquietações do presente, mas também possibilita uma melhor compreensão das dinâmicas culturais, econômicas e sociais nas diferentes sociedades, a exemplo do que fizeram os discentes-autores do Curso de História da UFPB.

A Série Monografia, materializada nessa coletânea, está dividida em três volumes, com nove monografias no total, organizados segundo o critério do recorte temporal. Assim, os trabalhos recobrem os períodos colonial, imperial e republicano da História do Brasil e, mais especificamente, da Paraíba.

O primeiro trabalho é de autoria de Izabel Maria dos Santos, intitulado *Albert Eckhout e o novo mundo: transformação ou manutenção de imaginários?* O texto é resultado das pesquisas realizadas como bolsista de Iniciação Científica no projeto “O Brasil seiscentista nas pinturas de Eckhout e Post: documento ou invenção do Novo Mundo?”, desenvolvido entre 2005 e 2009 sob a orientação da Prof^a Dra. Carla Mary S. Oliveira. Na monografia, a graduanda se debruçou sobre um aspecto específico da produção artística de Albert Eckhout, membro da comitiva de Maurício de Nassau, tentando perceber a influência de sua arte na formação do imaginário europeu acerca das distantes terras do Novo Mundo, além de analisar até que ponto suas telas retratavam com fidelidade a realidade da colônia e de seus habitantes na época do Brasil holandês.

Desde a graduação pesquisando sobre temas relacionados à Paraíba durante o período colonial, Yamê Galdino de Paiva foi, em 2008, premiada com o 1º lugar na

área de Ciências Humanas com o seu plano de trabalho de Iniciação Científica no âmbito da UFPB, numa pesquisa que vinha desenvolvendo desde 2006. O resultado deste trabalho foi a monografia *Capitania da Paraíba: populações e circuitos mercantis na virada para o século XIX*, orientada pelo Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes, *que temos a oportunidade e o prazer de ver publicada. Trata-se de uma análise dos mapas econômicos e populacionais produzidos durante o período em que a Paraíba esteve sob o comando do governador Fernando Delgado Freire de Castilho, entre 1798 e 1802, mas que se estendem até 1805, abrangendo os dois outros governos que lhe sucederam. Esses mapas formam um conjunto documental que permitiram à autora vasculhar o quadro humano e econômico do litoral ao sertão da capitania e elaborar uma convincente argumentação tanto sobre as comunicações comerciais da Paraíba com as capitanias vizinhas, como acerca da demografia local. Com a mesma acuidade, Yamê Paiva vislumbra os dados populacionais da Capitania da Paraíba: número de habitantes, de casamentos, nascimentos e mortes, das principais moléstias obituárias e de ocupação (trabalho) dos habitantes, construindo um cenário complexo da distribuição da população na espacialidade entre o sertão e o litoral da capitania.*

Artes de Curar e Saber sobre a Natureza na Paraíba Colonial, de Percília de Fátima Souto, sob a orientação do prof. Dr. Acácio José Catarino Lopes, tem por objetivo entender como se davam as práticas de cura na Paraíba, na passagem do século XVIII para o XIX, momento em que a Medicina ainda não se constituía como expediente universalmente aceito e a maior parte das alternativas de cura provinham da medicina popular. Para entender a configuração desse saber médico é necessário perceber

como ele foi construído como fórmula excludente e como prática. Da mesma forma que em outros lugares, a Paraíba tinha suas disputas quanto à arte da cura, em seus diversos campos e agentes, mas por sofrer com a falta de médicos titulados e mesmo outros práticos de cura, além de ser assombrada, de tempos em tempos, por epidemias e ondas de doenças que levavam a centenas de mortes, as práticas informais tenderam a prolongar-se no tempo, chegando a nossos dias.

No que se refere às monografias sobre o Império Brasileiro iniciamos as apresentações com o estudo de Itacyara Viana Miranda, orientado pela Prof^a Dra. Cláudia Engler Cury. O trabalho é fruto de suas pesquisas na iniciação científica, de seu trabalho acadêmico de conclusão de curso em História/UFPB e de suas atividades junto ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (DH/PPGH/CNPq), examinou a legislação e as tentativas de controle do cotidiano escolar pelas autoridades provinciais por meio dos métodos punitivos e disciplinares na Parahyba do Norte do Oitocentos. O referido estudo teve como base documental, principalmente, as leis e regulamentos da instrução pública e particular na Província parahybana, bem como os jornais que circularam na capital, além de suas principais vilas e cidades entre os anos de 1822 e 1864. Foi possível afirmar ao término do estudo que os objetivos do Governo Imperial e Provincial estavam articulados no sentido de se estabelecer o controle social e ao mesmo tempo consolidar a formação do Estado Nacional tendo como espaço privilegiado a instrução pública e particular.

Em outra perspectiva, mas dentro do recorte temporal das discussões sobre o período imperial, está o trabalho de Jerlyane Dayse Monteiro Santos, intitulado Uma província

no Império: política e administração na Paraíba (1831-1840), monografia concluída no segundo semestre de 2011. O trabalho é resultado exitoso da Iniciação Científica, sob a orientação da Prof^a Dra. Serioja R. C. Mariano, cujo grupo social analisado foi a elite política que atuou, no Período Regencial (1831-1840), na província da Paraíba. Nesse estudo, a autora utilizou o conceito de Cultura Política para compreender a atuação da elite provincial na formação do Estado Nacional, contrapondo-se, assim, à tese da centralização do poder na Corte e apresentando elementos para a reflexão sobre a autonomia provincial instaurada com a reforma na Constituição de 1824 e com a promulgação do Ato Adicional de 1834. Como nos informa a autora, as modificações desse Ato foram mantidas ao longo de todo o Segundo Reinado (1840-1889) e “atendiam aos interesses das elites províncias”, sendo que resultaram na criação das Assembleias Provinciais (1834), da Guarda Nacional (1831) e dos cargos de Prefeito e Subprefeito (1837). Atualmente Jerlyane Santos continua vinculada ao *Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista*, cursa o Mestrado em História na UFPB e dá continuidade às suas pesquisas sobre a atuação de homens da Paraíba no jogo político e, esperamos que, em breve, possamos ampliar nossos conhecimentos históricos sobre a monarquia brasileira que, apesar dos seus breves 67 anos, tem ainda muitos pontos obscuros, sobretudo quando se trata das províncias do Norte.

Como resultado das pesquisas de Iniciação Científica e das discussões no *Grupo Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (DH/UFPB/CNPq)*, o trabalho monográfico de Solange Mouzinho, intitulado *Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-*

1860, é o resultado do amadurecimento de uma pesquisadora comprometida com a produção do conhecimento. Esse amadurecimento foi sendo construído ao longo do curso de Licenciatura em História da UFPB, no qual Mouzinho mostrou sua paixão pela História. Nesse texto analisou, a partir dos livros de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, como ocorriam as escolhas de padrinhos e madrinhas entre as pessoas negras escravizadas, entre os anos de 1851 e 1860. Após analisar a documentação, e dialogando com a História Social, Mouzinho conclui que os escravizados buscavam estratégias de melhor sobrevivência dentro do sistema escravista, especificamente na Freguesia Nossa Senhora das Neves, no que hoje se localiza a atual cidade de João Pessoa/PB, pois ao estabelecer o compadrio entre os de sua mesma condição estavam reforçando laços de solidariedade entre si e, ao escolherem pessoas livres, poderiam visar uma carta de alforria para seu filho ou filha, por exemplo. Portanto, a autora afirma que tais experiências evidenciam a população escrava como agentes históricos e demonstram toda a complexidade de uma sociedade escravista.

Por feliz escolha dos orientadores, o último volume, é uma síntese do Brasil Republicano. As temáticas abordadas são multifaceadas, dialogam entre si e com os outros volumes da coletânea. De início apresentamos a história do Bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa. A história dos bairros que compõem a cidade de João Pessoa é um campo que ainda apresenta inúmeras possibilidades de pesquisa, embora não tenha sido objeto de preocupações mais consistentes por parte da historiografia local. Neste contexto, o trabalho monográfico de Juliana Barros de Oliveira, intitulado O Bairro de Jaguaribe: origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro (1930-1960), orientado

pela Prof^a Dra. Regina Célia Gonçalves, se constitui como uma contribuição importante. O bairro de Jaguaribe possui um papel relevante para a história da cidade, principalmente no que diz respeito a seu processo de expansão e urbanização. O referido trabalho objetivou estudá-lo através do levantamento histórico de suas origens, ocupação e urbanização, possibilitando, assim, o estabelecimento de um paralelo entre a sua evolução urbana e o desenvolvimento da cidade de João Pessoa, especialmente entre as décadas de 1930 a 1960. A autora, vinculada ao Grupo de Pesquisa Conhecimento Histórico: Ensino de História e História da Educação, concluiu recentemente seu mestrado junto ao PPGH (em 2012), em cuja dissertação, também sob a orientação da Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves, continuou a estudar o bairro sob a perspectiva da memória dos seus moradores idosos.

O texto Estado e sociedade civil no Brasil no período de transição para a democracia (1974-1984): o caso do Movimento Estudantil, de Talita Hanna Cabral Nascimento, aborda o pós-golpe militar de 1964. Embora não trate da questão urbanística como o trabalho anterior, as temáticas não estão desconexas. O texto aborda uma nova forma de manifestação que tem como lugar o urbano. É especialmente nas cidades e com um público caracteristicamente citadino que se desenrola a trama que será tratada nesse texto. O público participante é composto por jovens contestadores da nova ordem política e social, imposta ao país após o golpe militar de 1964, e a particularidade é o fato desse grupo contestatório ser oriundo de instituições de ensino como as escolas e as universidades brasileiras. A autora faz um apanhado sobre as diversas instituições que se colocaram contrárias ao projeto social, político e econômico,

adotado pelos militares que assumiram o poder em abril de 1964. No texto ela demonstra as marchas e contramarchas desse enfrentamento entre as instituições que defendiam a democracia e o Estado autoritário controlado pelo ideário também autoritário. Essa exposição culmina com a apresentação da União Nacional dos Estudantes e o importante papel que essa entidade irá desempenhar nesse cenário. Merece destaque no texto a abordagem sobre a história do tempo presente em seu desenvolvimento historiográfico e metodológico através do qual a autora faz uma boa justificativa de sua opção pelo tema. Mostra que seu objeto de estudo, assim como esse campo de estudo histórico, está em construção. Ao abordar o movimento estudantil, o texto aprofunda uma discussão que tem pautado os estudos sobre esse movimento social, trata-se da questão das rupturas e continuidades ou, como expõe a autora no título do segundo capítulo, continuidade ou reconstrução. Desse modo, tem-se um quadro onde aparecem elementos de uma e de outra vertente, ao mesmo tempo, que fica latente a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a temática.

O texto *Percursos e Percalços na Implantação dos jardins de Infância na Cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939)*, de autoria de Rosângela Chrystina Fontes de Lima, orientado pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, nos apresenta um rigoroso trabalho de tratamento de variadas fontes e focaliza principalmente a década de 30 do século XX, no que se refere ao ensino infantil. Seus marcos temporais são os anos de 1932, 1934 e 1939, quando foi criado o primeiro jardim da infância, escola privada, na Paraíba; o primeiro jardim da infância de natureza oficial e pública; e o jardim da infância

anexo ao Instituto de Educação da Paraíba, respectivamente. A autora, entretanto, amplia sua pesquisa e análise ao discutir os debates que iniciaram o processo de implantação da educação infantil na Paraíba, além de nos apresentar a trajetória da educadora Alice de Azevedo Monteiro, contribuindo com a historiografia do ensino e da História da Educação no Brasil.

Enfim, encerramos essa apresentação desejando aos leitores que desfrutem do mesmo prazer que tivemos ao organizar a coletânea e, esperando que os novos historiadores em formação possam ter a oportunidade de realizar trabalhos tão consistentes quanto os que estão sendo, neste momento, publicados.

Solange P. da Rocha

Acácio J. Lopes Catarino

Coordenadores do Laboratório de História

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO6

PERCURSOS E PERCALÇOS NA IMPLANTAÇÃO DOS
JARDINS DE INFÂNCIA NA CIDADE DA PARAHYBA:
uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-
1939) 17

Rosângela Chrystina Fontes de Lima

O BAIRRO DE JAGUARIBE: ORIGENS, OCUPAÇÃO E FORMAS
DE USO DO ESPAÇO DO BAIRRO (1930-1960) 123

Juliana Barros Mendonça

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NO PERÍODO
de transição para a democracia (1970-1984):
o caso do Movimento Estudantil 203

Talita Hanna Cabral Nascimento

PERCURSOS E PERCALÇOS NA IMPLANTAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA NA CIDADE DA PARAIBYBA: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939)

Rosângela Chrystina Fontes de Lima



1 JARDIM DE INFÂNCIA NA CIDADE DA PARAIBYBA: uma busca pela sua história

Nosso interesse em investigar a implantação de jardins de infância na Paraíba, surgiu de reflexões, questionamentos e recortes revelados no transcorrer da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, da qual participamos na condição de bolsista. Tal pesquisa intitulava-se: — Grupos Escolares na Paraíba (1916

- 1929): subsídios históricos para proposta de tombamento¹, que ocorreu no período de agosto de 2004 a agosto de 2006. Daí surgiu nosso primeiro contato com a temática acerca das instituições educativas, particularmente dos grupos escolares, despertando-nos no transcorrer do trabalho de catalogação e coleta das fontes pesquisadas, especial interesse pelos primeiros de jardins de infância que foram criados na Cidade da Parahyba.

Nesse sentido, nosso objeto de estudo pretende compreender o impacto que os jardins de infância exerceram sobre a sociedade local, desde 1917, ano que iniciamos as nossas discussões neste trabalho em virtude da Reforma Camillo de Hollanda que previu e legitimou a criação de jardins de infância no Estado da Parahyba do Norte.

Tendo transcorrido toda a década de 1920, essa iniciativa somente veio a culminar com a criação do primeiro Jardim de infância —privado da Cidade da Parahyba, em 1932. Todavia, o primeiro criado pela instância —pública ou —oficial ocorreu em 1934. Concluímos nossa periodização com os desdobramentos da nova legislação geral para o ensino público e particular na Paraíba² de 1935, que determinou a criação do Instituto de Educação da Paraíba, transferindo para outro prédio o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento

1 Projeto de Pesquisa coordenado pelo prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro - Grupo de Pesquisa: História da Educação da Paraíba - HISTEDBR-PB, vinculado ao Grupo de Pesquisa: História, Educação e Sociedade HISTEDBR, com sede em Campinas - SP, sob a coordenação nacional do Profº Dr. Dermeval Savianni.

2 A pedido do Governador Argemiro de Figueiredo, o Diretor do Ensino desde 1931, José Baptista Mello, foi convocado a elaborar um Projeto de Reforma do ensino paraibano. A Lei nº 16, de 13 de dezembro de 1935, reformou a instrução pública do Estado e criou o Departamento de Educação.

de Professores, o Curso Complementar e o Jardim de Infância —Oficial, marcando, portanto um processo de descentralização de várias atividades educacionais em que fora, até então, empreendidas no espaço físico do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.

Ao se falar sobre a necessidade premente da produção de trabalhos que abarquem a história da educação brasileira, sejam eles elaborados por pesquisadores individualmente ou por possíveis projetos coletivos, Saviani (2005, p.25) ressalta que:

A tarefa de investigar a história da escola pública no Brasil é de tal magnitude que só poderá ser cumprida satisfatoriamente instaurando-se um coletivo nacional de pesquisa que articule os esforços de estudiosos das diferentes regiões do país.³

A implantação dos jardins de infância a partir de 1932, na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, constituiu o novo espaço escolar da cidade, criado à luz do ideário escolanovista e das reformas educacionais propostas para aquele momento histórico. A sua instalação foi resultante das aspirações culturais das lideranças políticas e de alguns intelectuais e educadores. Entre os educadores merece destaque a atuação da professora Alice de Azevedo Monteiro que em-

3 Tal necessidade é sentida por muitos outros pesquisadores e nesse sentido foi aprovado em setembro de 2007, pelo CNPq, o Projeto: Por uma Teoria e uma História da Escola Primária no Brasil: investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870-1950), sob a coordenação nacional da Prof^a Dr^a Rosa Fátima de Souza. Participam do Projeto 14 unidades da federação. Aqui na Paraíba, o Projeto é coordenado pelo Prof^o Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, no qual estou inserida como Assistente de Pesquisa.

preendeu grandes esforços na busca em criar os *kindergars-tes* na Cidade da Parahyba.

Curiosamente o primeiro jardim de infância público foi alocado no também primeiro grupo escolar paraibano - Dr. Thomas Mindello, seguramente em virtude dos seus aspectos arquitetônicos, francamente relacionados com a modernização do ensino e o desenvolvimento urbanístico da capital paraibana ao longo dos seus vinte primeiros anos de existência.

A partir da abordagem da história das instituições escolares, encontramos a possibilidade de contribuir para a reconstrução de parte significativa da vida cultural e social da educação da infância paraibana, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Também do ponto de vista acadêmico, este estudo encontra-se em consonância com a tendência nacional em contribuir para a ampliação da produção historiográfica, que busca aprofundar as discussões acerca da escola pública brasileira, destacando estudos sobre importantes instituições educativas, a exemplo dos liceus, das escolas normais, e dos grupos escolares, sendo rarefeita, porém promissora a produção sobre os jardins de infância que assim como as demais instituições educativas se constituem em um dos mais significativos legados educacionais do século XX.

1.1 A PROBLEMÁTICA, O OBJETO E OS OBJETIVOS DA PESQUISA

A questão da infância, como uma fase da vida humana, tem sido discutida sob diversos enfoques. Muito além de ser apenas um período definido biologicamente como parte do início da vida, a infância é uma construção cultural, social

e histórica, definida em cada período por diferentes representações. Neste contexto inicial, destaco que a história da criança e da Educação Infantil começa a ser contada recentemente, tornando-se foco de interesse de diversos pesquisadores⁴ que realizam investigações sobre os seus mais diferentes aspectos.

Após realizar algumas leituras preliminares da historiografia existente sobre o tema jardim de infância, percebemos que a maior parte dos estudos trata dele como anexo à Escola Normal de São Paulo, sendo que a maior parte dos títulos sobre essa modalidade de ensino aborda aspectos, tais como, setor administrativo, estrutura física, sua importância no contexto da reforma educacional paulista da década de 1890, ou, por vezes indiretamente, seu modelo didático-pedagógico. Em decorrência dessas leituras, e da lacuna existente de trabalhos a cerca desse modelo em particular de instituição educativa, no nordeste, especificamente, na Paraíba, formularam-se as seguintes questões: como era a dinâmica das aulas? quais eram as práticas educativas das professoras? quem eram os sujeitos (professores e alunos)? qual era, enfim, seu modelo didático-pedagógico?

Sabemos que o modelo didático pedagógico em voga naquela época seguia as tendências do ensino Ativo, e que, na Paraíba ocorreu a penetração das idéias de Froebel, Decroly, Dewey e Montessori. As novas idéias e suas práticas pedagógicas inovadoras (ensino através dos jogos, da música

4 Sobre tal assunto consultar os trabalhos de Kuhlmann Jr (1998, 2001, 2002); Kishimoto (1988), Kramer (1984); Merisse, [et al.] (1997); Priore (1996, 1999); Gélis (1991); Ariès (1981); Badinter (1985); Heywood (2004); Marcílio (1998); Freitas (1997); Monarca (2001); Corazza (2000); Faria (1999); Freitas & Kuhlmann jr. (2002); Gondra (2002); Moncorvo Filho (1926); Campos & Rosemberg (1993, 1998); Postman (1999), entre outros.

ca, das artes e da cultura de modo geral) encontraram espaço nas páginas da Revista do Ensino, nas produções de intelectuais e professores, nas conferências das Semanas Pedagógicas e exposições escolares, e, fizeram-se representar, nas iniciativas da educadora paraibana, Alice de Azevedo Monteiro, uma entusiasta da educação da primeira infância e, por conseguinte, da instituição dos jardins de infância na Paraíba.

É bem verdade que, os jardins de infância paraibanos, ao contrário do que ocorreu em outras unidades da federação, não foram criados como anexos a Escola Normal, mas sim, adaptados aos grupos escolares da capital. Quanto ao espaço escolar, Bencostta (2005) afirma que um dos elementos principais para a configuração da cultura escolar de uma determinada instituição educativa é a distribuição e os usos do espaço, como espaço e território. Assim, a instituição educativa ocupa um espaço que se torna assim, um lugar. Um lugar com características específicas. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói.

O espaço escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de novas práticas. Estas, mesmo quando se ocupavam de uma sala de aula, contavam com um espaço próprio para o trabalho. As salas de aula dos jardins de infância se configuravam como espaços e mobiliário adequados, como veremos ao longo desse estudo, através das imagens aqui apresentadas.

Mas por que uma expansão tão tímida frente à emergente necessidade de se criar essas modernas instituições educativas de assistência e ensino voltados

à primeira infância? Por qual razão não se difundiu rapidamente tendo em vista a possibilidade de adaptar os mesmos aos grupos escolares, instituições escolares de ensino primário há muito já consolidadas no nosso Estado? Essas são questões que buscamos responder ao longo do nosso trabalho, e que, à medida que nos aproximamos de possíveis respostas, estas nos encaminham a novas questões, tamanha a riqueza dessa temática, a educação infantil, e do objeto de estudo por nós contemplado, os jardins de infância.

Surgiram então novas questões: qual a real finalidade dessas instituições no início do século? Essas se configuravam como apenas —depósito de crianças||, guardadas sob a tutela do Estado? Ou ocorriam também práticas educativas que lhe asseguram-se um duplo sentido, o assistencialismo atrelado a educação formal? Como a busca por respostas a essas questões nos ajudam há compreender um pouco melhor a educação destinada à primeira infância no Brasil, e particularmente, na Paraíba? Nós tentaremos nos aproximar dessas respostas no decorrer do nosso trabalho.

Essas questões, por sua vez, tornaram necessário aprofundar a pesquisa documental e bibliográfica sobre o modelo didático-pedagógico presente na criação e instalação do Jardim de Infância.

A partir das discussões acerca da historiografia da educação, percebe-se a necessidade de se construir um conhecimento acerca das práticas educativas que se processaram em relação aos jardins de infância. Deste modo, procuramos averiguar, mesmo que parcialmente, como se processou o cotidiano escolar daquelas instituições, isto é, os jardins de infância paraibanos, entrecruzando informações das mais

variadas fontes (periódicos locais, relatórios, produções de professores, a exemplo dos artigos da professora Alice Azevedo Monteiro, dentre outros documentos) com a produção historiográfica existente.

Tendo em vista, todas essas inquietações por nós elencadas, nos perguntamos: Qual seria o modelo de instituição educativa ideal para ministrar os primeiros ensinamentos à —primeira infância? A resposta hoje, nos parece óbvia, os jardins de infância.

Nesse sentido, podemos afirmar que o jardim-de-infância criado por Froebel, em 1839, influenciou não só a escola, mas todo o contexto social, servindo de modelo para as demais instituições destinadas a infância?

Assim o presente trabalho, tem por objetivo geral analisar a implantação da educação da primeira infância na Cidade da Parahyba, atual João Pessoa, particularmente a inserção dos primeiros jardins de infância, contribuindo para a ampliação dos estudos da história da educação brasileira e paraibana, visando contribuir para a construção de um conhecimento histórico-educacional acerca dos primeiros jardins de infância da Paraíba: o privado (1932), o público (1934) e do Instituto de Educação (1939). Para tanto, este trabalho tem como objetivos específicos: Analisar como ocorreu o processo de inserção dos jardins de infância na capital paraibana, relacionando a criação dos jardins —públicos com a ocupação dos espaços privilegiados dos grupos escolares ao longo do período em estudo. Recuperar, mesmo que parcialmente, a memória da educadora paraibana Alice de Azevedo Monteiro, considerada a precursora dos jardins de infância; Pretende, ainda, verificar as práticas educativas desenvolvidas nos jardins de infância paraibanos.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na medida em que consideramos o estudo de determinada instituição escolar engendrada pela perspectiva de análise da História Social inglesa, temos concretamente a possibilidade de problematizá-la, sem com isso desprezar os elementos culturais que constituem evidentemente o contexto social, a exemplo das práticas escolares.

Se a instituição é, por definição, uma unidade de ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as suas práticas? Com efeito, pode-se considerar que [...] a história das instituições teria incidido mais sobre as formas de organização, a partir dos documentos que as instituíram ou as reformaram, ficando sem segundo plano, a análise das práticas por elas desenvolvidas (SAVIANI, 2007, p. 7-8).

É possível, a partir da discussão sobre as práticas escolares que constituem marcas identitárias no interior das instituições escolares, reconstituir, mesmo que parcialmente, uma parcela significativa da nossa história educacional.

Assim, tomando como objeto de estudo os jardins de infância, nesse trabalho elegemos algumas categorias que nos auxiliaram a compreendê-las a partir do movimento constituído de mudanças e permanências, e tradição inventada, de Eric Hobsbawm.

Para tanto, nos apropriamos do entendimento de propugnado por Hobsbawm e Ranger (2008, p. 9), no que concerne a categoria tradição inventada. Vejamos:

Por — tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.

Assim, procuramos destacar os aspectos relativos tanto as inovações quanto aqueles que permaneceram por decisão da sociedade e do Estado. Como nos orienta Hobsbawm (1998, p. 22), —[...] o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana||. E, quando a mudança social acelera ou transforma a sociedade para além de um certo ponto, o passado deve cessar de ser o padrão do presente, e pode, no máximo, tornar-se modelo para o mesmo.

Logo, nos propomos nesse trabalho em analisar, mesmo que, aproximadamente, uma parte significativa da nossa tradição educacional, precisamente a paraibana, sob a ótica de um modelo de instituição educacional inovadora propagada no Brasil no início do século XX e instituída na Capital da Paraíba no início da segunda República, e voltada especificamente à primeira infância, que coabitou o espaço dos grupos escolares na Paraíba, ou seja, os jardins de infância.

1.3 FONTES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O intuito deste tópico é apresentar ao leitor, primeiramente, a relação dos documentos que serviram de fonte para a investigação da história dos primeiros jardins

de infância paraibanos, e em seguida, falar, de forma breve, sobre os procedimentos metodológicos.

Todas as fontes documentais utilizadas neste trabalho constam do período que esta pesquisa se propôs a investigar, existindo documentos que são de meados da década de dez até início dos anos quarenta, do século XX.

O trabalho de pesquisa fundamentou-se nos seguintes procedimentos de investigação: recuperação, reunião, ordenação e análise de fontes documentais primárias e estudo da bibliografia especializada sobre o tema eleito.

Sendo assim, constituiu-se fundamental o levantamento e análise de fontes primárias coletadas no Arquivo Histórico⁵ do Estado da Paraíba, localizado na Fundação Espaço Cultural - FUNESC⁶ e no Instituto Histórico

5 O Arquivo Histórico da Paraíba reúne um grande acervo de documentos, publicações e fotografias sobre a história da Paraíba. Funciona na sub-rampa 3 do Espaço Cultural de segunda a sexta-feira, durante todo o ano, fechando apenas nos feriados, e ao contrário do IHGP, não entra em período de recesso de férias, pois seu acervo está disponível a pesquisa ininterruptamente. Possui ainda, sala de exposições iconográficas em comemoração a datas e eventos história paraibana

6 O Espaço Cultural — José Lins do Rêgo é um complexo que abriga em seus 35.000 metros quadrados e área coberta, as mais diferentes formas de manifestações artístico-culturais. Foi idealizado e construído durante a gestão do governador Tarcisio de Miranda Burity nos anos de 1985, e localiza-se na Rua Abdias Gomes, 800, no bairro de Tambauzinho. Administrado pela Fundação Espaço Cultural da Paraíba, oferece as condições adequadas para abrigar a história e a produção cultural do Estado, nas suas diversas formas de expressão, através do amplo aproveitamento de toda ambientação e equipamentos disponíveis (Planetário, Biblioteca Pública, Arquivo Histórico, Galeria de Arte Archidy Picado, Museu José Lins do Rêgo, Centro de Pesquisa Musical José Siqueira, Centro de Convenções, Escola de Música Anthenor Navarro, Teatro Paulo Pontes e teatro de Arena), contribuindo assim para o desenvolvimento intelectual da comunidade paraibana.

e Geográfico da Paraíba - IHGP⁷, bem como, produção bibliográfica existente no Setor de Obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

Nesse sentido, se utilizou no trato das fontes a metodologia proposta por Cardoso & Brignoli (1983), Frigotto (1989), e Aróstegui (2006) visto que as diversas fontes coletas e analisadas sofreram rigorosa crítica externa e interna dos documentos, nos possibilitando a plena compreensão de que nos ajudam a construir o —fato histórico, e não o inverso

No sentido metodológico mais direto, testemunhos, vestígios e relíquias podem e têm de ser observados. Então se introduz o conceito de *documento* e entramos no mundo genérico das fontes de informação. No caso da historiografia, essas fontes da observação são chamadas topicamente de *fontes da história*. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 480).

Nessa perspectiva, o material utilizado como principal fonte documental foram os jornais locais, mais

7 O IHGP é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e divulgar, no âmbito do Estado da Paraíba, estudos, pareceres e pesquisa de história e geografia, bem como suas ciências auxiliares, contribuindo para um melhor conhecimento da realidade paraibana. Durante quase 100 anos, o IHGP vem acumulando expressivo acervo material. O arquivo reúne cerca de 32.000 documentos, dentre esses se encontram vários manuscritos, que permitem a pesquisa sobre os períodos colonial, imperial e republicano no que tange à história nacional, regional e, especialmente, a local. Nesse arquivo estão incluídos os fundos privados sob custódia. A biblioteca por sua vez, é formada por cerca de 30.000 títulos, entre livros, periódicos, revistas e folhetos, incluindo uma Seção de Obras Raras com 868 títulos, perfazendo um total de 1.465 obras, nacionais e estrangeiras, publicadas nos séculos XIX e XX, cobrindo o período de 1801 a 1983. Particularmente sobre a Paraíba, o acervo da coleção paraibana possui de forma catalogada e informatizada, cerca de 3 mil volumes de obras de autores tanto nacionais e estrangeiros.

particularmente, o Jornal *A União*⁸ e *O Educador*⁹, bem como as Revistas *Era Nova*¹⁰ e *Revista do Ensino*.

- 8 Não há precisão quanto à data de fundação do Jornal *A União*, mas é provável que tenha sido fundado em 1893 (MELLO, 1995). Esse periódico possuía circulação diária com exceção das segundas-feiras. Sendo importante frisar que no período correspondente aos anos de 1915 a 1924, esteve sob a direção do renomado intelectual paraibano Carlos Dias Fernandes, e no período que demarca a criação do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, o redator chefe da imprensa oficial do Estado foi o então Diretor da Instrução Pública e Escola Normal, Tavares Cavalcanti.
- 9 Santos e Nunes (2009, p. 79) fazem uma descrição cuidadosa do Jornal *O Educador*, desde informações concernentes a sua fundação; primeira diretoria; dias de circulação, público alvo e conteúdos nele discriminados, vejamos: —O jornal *O Educador - Orgam do Professorado Primário* foi criado no ano de 1921. Sua primeira publicação consta da data de terça-feira, 01 de novembro de 1921, sob o número I. Organizado por professores da Parahyba do Norte, apresentou o seu primeiro corpo redacional composto por intelectuais ilustres e conhecidos na educação paraibana, por lecionarem nas maiores e mais conceituadas escolas públicas da época: o Liceu Paraibano e a Escola Normal, quais sejam: Prof. Eduardo de Medeiros (diretor), Manuel Casado (secretário), Sizenando Costa (gerente), Manuel Vianna Junior (tesoureiro), José Baptista de Mello, João Baptista Leite, João Vinagre, João Falcão. Sua publicação inicial se deu na terça-feira, [...] fechando o ano com publicações às segundas-feiras. A partir do número XV, apresentou uma oscilação de publicações; ora na quinta-feira, ora na sexta-feira. O último volume, que se tem notícia, até o momento, está datado em quinta-feira, 07 de setembro de 1922, sob o número de XLL. Foi um jornal que apresentou uma intensa atividade redacional, embora seu período de vigência não tenha ultrapassado 10 meses. Suas publicações apresentam um enfoque na educação, visto que foi criado com o intuito de atender os (as) professores (as) primários (as). Serviu como veículo de divulgação de artigos [...] que abordavam desde a higiene escolar, a importância do uso da ginástica escolar, preocupação com a qualidade do ensino destinado ao trabalhador (ensino noturno), passando pelas discussões sobre moda, teatro e cinema e sua influência na educação [...] até a informação sobre os métodos educativos, entre outros.
- 10 A Revista *Era Nova* foi criada em 27 de março de 1921, por iniciativa da administração Solon de Lucena (1920-1924), sendo impressa nos prelos da Imprensa oficial do Estado, *A União*, caracterizando-se, portanto, como um

Os estudos feitos em periódicos (jornais e revistas) são, hoje, importantes como fontes e objeto para a história da educação. Segundo Vieira (2007, p. 13):

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres ou anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública as esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas que emergiram em temporalidades distintas na Europa e na América e se difundiram pelo mundo, não tenhamos outro documento que forneça, ainda que de forma superficial e opaca, uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas.

Portanto, podemos considerar que a imprensa nesse nosso trabalho foi e é um veículo facilitador da compreensão da dinâmica social paraibana, no período em foco, procurando interpretar criticamente os artigos publicados.

órgão de utilidade pública. A revista ficou sob a direção de Severino Lucena, e destacava-se por possuir excelente feição gráfica (inaugurou o uso das cores nas suas ilustrações e trazia moças da alta sociedade paraibana nas suas capas) e editorial (seus artigos eram escritos por intelectuais e ilustres personalidades da política e da sociedade local). Apesar de destinar-se ao público em geral (trazendo em suas colunas os mais variados assuntos, desde ações políticas concernentes aos direitos do cidadão, bem como amenidades como a poesia e a moda), sua identidade era acintosamente elitista e conservadora (exaltava as questões referentes a moral; a Igreja; ao Civismo; a Pátria, e, sobremaneira, as ações desenvolvidas pelo governo do Estado da Parahyba do Norte). Possuiu vida relativamente curta, circulou quinzenalmente até 30 de dezembro de 1925.

Atualmente com o alargamento do uso e do conceito de fontes para a história da educação a utilização das imagens vem se tornando recorrentes nos trabalhos acadêmicos. No entanto, é preciso estar atento quanto aos seus usos, visto que comparadas as fontes documentais oficiais ou não, as imagens (fotografias e iconografias) possuem também a subjetividade daqueles que as produziram. Segundo Kossoy (2001, p. 45):

[...] toda fotografia é um resíduo do passado, uma fonte histórica aberta a múltiplas interpretações. Apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, ela não substitui a realidade tal como se deu no passado. Apenas nos traz informações visuais de um fragmento de determinado fato, selecionado e organizado esteticamente e ideologicamente. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontinua da vida passada, na qual se pretende mergulhar.

Ao longo da nossa pesquisa, coletamos um riquíssimo material iconográfico acerca do nosso objeto de estudo, os primeiros jardins de infância paraibanos, bem como da realidade social e das práticas pedagógicas inseridas nessas instituições educativas. Portanto, as imagens correspondem, certamente, a uma parte significativa do nosso trabalho, uma vez que, ao cruzarmos estas com as demais fontes coletadas, as imagens colaboraram para uma maior aproximação com o passado que se buscou apreender mesmo que na sua incompletude.

Apesar de tratadas como um suporte extremamente importante neste trabalho, isto não significa seu uso indiscriminado e aleatório, como simples —acessório, pois

—As fotografias não são meras —ilustrações no texto. A imagem fotográfica informa sobre o mundo e a vida, porém em sua expressão e estética próprias (KOSSOY, 2001, p. 159), mas traçamos um esforço contínuo de não dissociá-las do contexto histórico e das discussões que se apresentem no decorrer desta dissertação. Nesse sentido:

Somente pelo contínuo cruzamento das informações existentes (implícitas e explícitas) nos caracteres externos e internos do objeto- imagem poder-se-á determinar com precisão os componentes do processo que geraram essa fonte histórica. Qualquer que seja a fotografia a ser submetida ao exame técnico-historiográfico, a inter- relação entre os caracteres externos e internos deve ser constantemente realizada (KOSSOY, 2001, p. 87).

Em síntese, entre idas e vindas aos arquivos, podemos assegurar que o trabalho neles desenvolvidos, foi

[...] de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. [...] O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos [...] Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com [...] personagens que se repetem nos papéis. [...] Os personagens parecem ganhar corpo, e é com tristeza que, muitas vezes, percebe-se que o horário do arquivo está encerrado, que precisamos fechar os documentos e partir [...] essa é a vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante acima de tudo (BARCELLAR, 2008, p. 24).

Assim, a construção do conhecimento histórico a cerca dos primeiros jardins de infância que aqui empreendemos está assentada numa perspectiva analítica que levou em consideração tanto as informações que foram obtidas nas mais variadas fontes, quanto às leituras e análises produzidas pela historiografia recente.

Como nos propomos a estudar a história de determinada instituição educativa, qual seja, os jardins de infância, lançamo-nos na busca e descobertas de registros que tratassem da sua criação e seu funcionamento interno (práticas pedagógicas).

Procedemos um olhar cuidadoso sobre os dados de pesquisa, cuja força está na observação do pormenor mais do que na dedução, ou seja, dados aparentemente negligenciáveis nos trouxeram à luz detalhes surpreendentes que contribuíram para reconstruir a realidade complexa e desconhecida.

Para tanto, este trabalho monográfico está estruturado, no presente capítulo e em outros dois, além das considerações finais. No capítulo intitulado: **Jardim de Infância: uma instituição moderna**, nós discutimos acerca das origens dos jardins de infância no Brasil e na Paraíba, ou seja, procuramos resgatar a história dos jardins de infância cientes de que foi preciso concentrar os olhares nas discussões e produções existentes, para entender o contexto (partindo do macro para o micro) de sua criação e o caminhar da educação infantil no período. Sendo assim, o primeiro aspecto a ser tratado, neste capítulo, é relativo à formação do cenário da educação infantil no Brasil, e, é claro, na Paraíba, para seqüencialmente, adentrarmos na discussão acerca do processo de criação e implantação dos primeiros jardins de infância paraibanos, constatando a ação marcante atuação da educadora Alice de Azevedo Monteiro.

Em seguida, no último capítulo denominado: **Criação e Instalação do Jardim de Infância “Oficial”: a expansão da educação infantil**, analisamos como se deu a criação e inauguração do primeiro jardim de infância — Oficial, ou seja, público na Paraíba. Além disso, tratamos da expansão dos jardins de infância públicos vinculados ao processo dinâmico de ampliação e adaptação dos espaços dos grupos escolares para adequarem-se a essas novas instituições educativas, bem como, demonstramos como se efetivou a relação dos jardins de infância paraibanos e a — Pedagogia dos Sentidos.

Nas considerações finais, apontamos as contribuições, mesmo que parciais e provisórias, que supomos ter dado no sentido da construção de parte significativa da história educacional brasileira, mas especialmente paraibana, na qual os jardins de infância se inserem como instituições educativas destinadas a primeira infância.

2 JARDIM DE INFÂNCIA: UMA INSTITUIÇÃO MODERNA

O processo de industrialização desencadeado no Século XVIII transformou a sociedade e, sobretudo, a família. Conseqüentemente, as funções de cuidado e de assistência dos filhos pequenos assumidas pelas mães foram sendo abandonadas, quando elas ingressaram no mercado de trabalho, razão porque tornou-se indispensável encontrar formas substitutivas de atendimento infantil de tal forma que a questão da guarda e da educação das crianças pequenas ganharam destaque no debate político, na legislação social e nas reformas escolares daquela época.

Nas grandes cidades européias, cenário principal do desenrolar do processo de industrialização, começam a

surgir — espaços|| de acolhimento das crianças, distintos do familiar, para abrigá-las, enquanto seus pais trabalhavam. Logo depois, surgiram instituições com o objetivo de — cuidar|| das crianças. A primeira dessas instituições, criada para atender às crianças pobres e às mães trabalhadoras, tinha características marcadamente educacionais.

O surgimento da primeira escola para crianças de dois a seis anos deu-se em 1770 e foi organizada pelo Pastor João Frederico Oberlin, que fundou a chamada *Ecolés à tricoter* (Escola de tricotar), em um vale de cadeia dos Vosges, na França, onde residiam cerca de oitenta famílias.

Essas escolas, de acordo com Kulmann Jr. (2001), tinham como objetivo fazer com que a criança perdesse os maus hábitos, mediante aquisição de hábitos de obediência, sinceridade, bondade, ordem etc. Foi assim que se ofereceram as primeiras noções de moral e de religião. Além disso, ensinavam-se às crianças as letras maiúsculas e minúsculas, a soletração e a pronúncia correta das palavras e das sílabas difíceis.

A iniciativa de Oberlin inspirou uma série de outras em toda a Europa. Na Escócia, em 1816, Robert Owen criou uma escola para filhos de operários de sua fábrica, que atendia a crianças de dois a seis anos. Na Inglaterra, em 1824, Samuel Wilderspin fundou a *Infant School Society*, uma escola infantil destinada à educação de crianças de dois a 11 anos, a qual, posteriormente, foi denominada de *Infant School*, espalhando-se por todo o Reino Unido (KUHLMANN JR., 2001).

A França, influenciada pela *Infant School*, cria, em 1828, as chamadas Salas de Asilo (*Salles d'Asile*), que depois mudam seu nome para Escola Maternal.

Kuhlmann Jr. (2001) alerta que

A pedagogia de Wilderspin codificava e aplicava às crianças pequenas a proposta do *ensino mútuo*, de Lancaster, usada na escola primária, que funcionava com salas para grande número de alunos, onde o professor passava os exercícios a alunos monitores, que os reproduziam em pequenos grupos com alunos menos adiantados. O método da *Infant School* inspirou a elaboração do Manual das Salas de Asilo, por Denys Cochin, em 1833, que sugeria procedimentos semelhantes. As figuras apresentadas como modelos no manual mostram uma ampla sala em que uma arquibancada forma um anfiteatro, para lições dirigidas a todos, e áreas com bancos para as reuniões dos grupos de diferentes idade comandados por uma criança monitora; as paredes eram decoradas com o crucifixo, as letras do alfabeto, figuras geométricas e cartazes, promovendo como que um programa de ensino escolar em miniatura, com forte caráter religioso.

As creches, inspiradas pelo modelo das escolas maternas, surgem com características educacionais muito semelhantes às das instituições pré-escolares (jardins de infância). Apesar de registros históricos sobre a implantação de uma creche com doze berços, em 1801, pela Marquesa de Pastoret, em função de ter tido uma curta duração, a implantação de creches na França é atribuída a Jean-Marie-Firmin Marbeau (1798-1875), que fundou, em 14 de novembro de 1844, a primeira creche, em Chaillot, na França, rapidamente se expandindo própria França e restante de quase toda a Europa.

A creche (como a escola maternal) representava um espaço onde a criança poderia usufruir das reais condições de um bom desenvolvimento. Assim, ela se tornaria sociável.

As escolas infantis da Alemanha vão ser chamadas de jardim-de-infância (*Kindergarten*), e o primeiro deles foi criado por Froebel, em 1837.

Os *kindergartens* se constituíam espaços onde crianças eram expostas a condições favoráveis de aprendizagem, mediante utilização de jogos e brincadeiras, organizados por uma professora, denominada de jardineira. Influenciado por Pestalozzi, Froebel acreditava na espontaneidade infantil que, para se desenvolver, necessitava de atividades variadas que incluíssem a livre expressão.

Como nas escolas maternais e no jardim-de-infância, valorizam-se os brinquedos e as brincadeiras, logo os jogos e as brincadeiras tornaram-se o cerne do modelo pedagógico de Froebel, e a utilização de materiais pedagógicos variados (formas geométricas, argila, papel, areia etc.) serviria a um duplo propósito: estimular a construção da aprendizagem através das brincadeiras, auxiliando a formação do sentido de realidade, e motivar a iniciativa das crianças para desenvolverem atividades de formação pessoal.

As idéias de Froebel, no Século XX, inspiraram outros estudiosos da infância, a exemplo dos médicos Ovídio Decroly e Maria Montessori. O belga Decroly (1871- 1932) acreditava que o funcionamento psicológico do pensamento infantil carecia de atividades lúdicas para se desenvolver. Aprofundando essa perspectiva Maria Montessori (1879-1952), entendia que o uso de materiais pedagógicos variados, com características lúdicas, era fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem infantil.

Em 1907, Montessori foi convidada a organizar uma sala para educação de crianças sem deficiências dentro de uma habitação coletiva, onde residiam famílias de classes populares. Essa experiência foi chamada —Casa das Crianças||.

Destaca-se, ainda, no estudo de Montessori, o interesse da médica pelo desenvolvimento da espiritualidade, como resposta a concepções materialistas, indicando assim uma pedagogia científica da criança. Ela concebia que o crescimento biológico e o desenvolvimento infantil encontram-se ligados entre si.

O valor da estimulação inicial nas crianças foi marcante nas escolas de educação infantil da Europa e dos Estados Unidos, na segunda metade do Século XX. A defesa da brincadeira, como ferramenta do desenvolvimento, levou a classe média a organizar os *play groups*, que, aliás, foram vistos por pesquisadores como uma maneira de detectar problemas de saúde física e, principalmente, mental.

Mas, e no Brasil, como se processou a inserção e expansão dessas instituições educativas especializadas? É o que discutiremos no item a seguir.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA NO BRASIL

Como podemos observar na discussão anterior, o processo de inserção da educação infantil na história da educação formal das crianças se inicia em determinadas regiões da Europa e chegou ao Brasil no final do século XIX. Portanto, a história do atendimento à infância no Brasil é relativamente recente. Porém, aqui, essa experiência se restringiu às escolas urbanas, voltadas para o atendimento de classes mais favorecidas. As crianças, filhos de famílias ricas começam a freqüentar o jardim de infância como um símbolo de modernidade e civilidade, discurso que a sociedade do início do século, especialmente as famílias de elite, passaram a preconizar.

Assim, a gênese da educação infantil brasileira se volta para o atendimento às crianças de classes mais favorecidas, que tinham acesso a um programa de caráter pedagógico e educacional que vinha ao encontro dos discursos de civilidade da época e das necessidades de modernização da escola. Processualmente o atendimento as crianças pobres foi se inserindo nesse novo modelo de instituição educativa voltada a educação da primeira infância. Tais concepções fundamentavam o ideário republicano e higienista e se apresentavam como as prioridades dos grupos dominantes da época. Nesse sentido, é possível perceber que a difusão da experiência de educação infantil formal surgiu inicialmente nos centros urbanos e levou muito tempo para se estender às outras regiões do país, particularmente, no norte e nordeste.

Portanto, a grande mudança no atendimento a infância no Brasil decorre do crescimento populacional e a industrialização observada já no início do século XX e, posteriormente, a inserção feminina no mercado de trabalho que abriu espaço para uma importante questão: a quem caberia a guarda da infância enquanto as mulheres se ausentavam de seus lares?

Para responder a essa questão, podemos seguramente considerar que o surgimento das instituições de educação infantil encontra-se fortemente vinculado às modificações que a família sofreu dentro das sociedades, mais especificamente, em relação às mudanças do papel da mulher no contexto das sociedades burguesas.

O abandono de crianças, ao longo de toda a história, foi tão freqüente e numeroso que, no Século XV, surgiram os hospícios para abrigar as crianças pobres que eram abandonadas por seus pais. Entre as crianças abastadas, o abando-

no se caracterizava pela entrega das crianças, feita pelos pais, às chamadas —amas-de-leite||, encarregadas de cuidar dos filhos das mães ricas. Com o passar dos tempos, os hospícios e as amas-de-leite foram sendo institucionalizados.

Assim, a partir do Século XVIII, surgem às chamadas —Rodas dos expostos||, a mais remota referência que se tem no Brasil para identificar uma instituição de assistência à infância.

De acordo com Donzelot (1979, p.28),

[...] a roda é um cilindro que gira aberto; o lado fechado dá à rua e nas suas proximidades há uma campainha. Uma mulher quer abandonar um recém-nascido? Avisa a pessoa de guarda tocando a campainha. Imediatamente o cilindro, girando sobre ele mesmo, apresenta ao exterior seu lado aberto, recolhe o recém-nascido e, prosseguindo seu movimento, o introduz no interior do hospício. Desta forma quem fez a doação não foi visto por nenhum dos serventes da casa. E esse é o objetivo: romper, sem pegadas e sem escândalo, o laço de origem destes produtos de alianças não desejáveis, depurar as relações sociais dos progenitores que não se ajustam à lei familiar, às suas ambições, à sua reputação.

Kuhlmann Jr (2001) nos esclarece que as Rodas chegaram ao Brasil em 1726 e foram instaladas nas Santas Casas de Misericórdia das principais cidades brasileiras: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), São Paulo (1825), São Luiz (1829) e Porto Alegre (1837).

A partir do Século XIX, as mudanças desencadeadas por certo desenvolvimento cultural e tecnológico, decorrente da industrialização, fizeram surgir uma maior necessidade de atendimento social à criança, uma vez que o índice

de mortalidade infantil era muito alto. Surgem, então, as entidades de amparo às crianças.

Em função do debate político vigente na época, mediante o qual se argumentava a favor de que o dinheiro público não devesse ser usado para financiar as instituições de caridade que atendiam às crianças pobres, em 1875 (Rio de Janeiro) e 1877 (São Paulo), iniciativas privadas criaram os primeiros jardins de infância particulares. Kishimoto (1988, p. 91) discorre sobre tais instituições, apontando que:

A história dos jardins de infância começa, no Brasil, em 1875, quando Joaquim José Menezes Vieira, um dos mais conceituados educadores da corte, e sua esposa, Carlota, instalam um jardim de infância particular no Colégio Menezes Vieira situado à rua dos Inválidos, 26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro. Com ótimas instalações, aquela instituição atende crianças de 5 a 7 anos, tendo como objetivo servir uma clientela de elite que se inicia em atividades relacionadas à ginástica, pintura, desenho, exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, história e religião.

Apesar de sua escola atender a alta aristocracia da época, Menezes Vieira defendia que os jardins de infância deveriam dar assistência às crianças negras libertas pelo ventre livre e às com pouca condição econômica. Por volta de 1882, Rui Barbosa fala que os jardins de infância deveriam desenvolver de forma harmônica a criança. Mas, mesmo com todo esse discurso é só no período republicano que encontramos registros de creches públicas no Brasil.

As elites brasileiras, em parte influenciadas e estimuladas pelas ideias modernizantes advindas da Europa

e, em parte, pela preocupação em fazer acontecer um projeto econômico e social para uma nação moderna, resolvem apostar na ideia do — jardim de infância europeu, criando em 1896, o primeiro jardim de infância público do Brasil, anexo ao edifício da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, e, no ano de 1899 funda-se o IPAI-RJ (Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro), que mais tarde abriria filial por todo o território nacional e foi nesse mesmo ano que se inaugurou uma creche vinculada a fábrica de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro.

No início do Século XX, assistimos a um certo arrefecimento do debate em torno das políticas para a criança pequena. Seu foco se desviou para o atendimento ao então chamado ensino primário. Todavia, mesmo que em grau menor, registra-se, nesse período, uma preocupação com a saúde pública e a necessidade de uma assistência científica à infância.

Portanto, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a conseqüente absorção da mão-de-obra feminina nas fábricas, o poder público foi pressionado a criar instituições para acolher as crianças filhas das mães trabalhadoras.

A reivindicação das mulheres trabalhadoras por creches, escolas maternas e os jardins de infância foram apoiados pelos médicos sanitaristas, que se mostravam apreensivos por causa das más condições de vida e de higiene das famílias operárias.

Os higienistas, preocupados com os altos índices de mortalidade infantil, constataram que a elevação das taxas de mortalidade por doença decorria das condições de insalubridade a que estavam submetidas às famílias, amontoadas em alojamentos sujos, estreitos e úmidos, viram, pois, nas creches e jardins de infância, a solução capaz de minimizar o problema das péssimas condições de vida das crianças.

As primeiras instituições voltadas ao atendimento da infância no Brasil tiveram seu início fortemente marcado pela ideia de oferecer — assistência|| e — amparo|| aos necessitados. Assim, as creches e jardins de infância, por exemplo, estiveram durante muito tempo vinculadas a instituições filantrópicas ou órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos órgãos educacionais.

Portanto, o jardim de infância foi à primeira instituição pública de atendimento à criança criada no Brasil. Os primeiros jardins de infância brasileiros receberam forte influência de Friederich Froebel.

Um dos primeiros jardins de infância implantados no país foi criado por meio do projeto de reforma da Escola Normal de São Paulo — Decreto nº 27, de 12 de março de 1890 —, que criou, dentre outros, a Escola-Modelo anexa à Escola Normal de São Paulo e tornou possível a instalação, em 1896, do primeiro Jardim de Infância público em São Paulo. A Escola-Modelo anexa à Escola Normal, criada em 1890, consistia em classes primárias e tinha como finalidade atender aos normalistas em seus estágios, visando melhorar a formação de professores e desenvolver um padrão de ensino que servisse como modelo para os recém-criados grupos escolares. Esses por sua vez consistiam na reunião, em um mesmo prédio, de escolas e classes primárias, de acordo com determinado padrão de organização e funcionamento administrativo e didático-pedagógico¹¹.

Ainda segundo Kuhlmann Júnior (1998), desde a formação das primeiras turmas de alunos, e por um longo tempo, o Jardim de Infância ficou destinado às crianças das

11 Para maiores informações acerca desse modelo de organização escolar consultar os trabalhos de Souza (1998), Pinheiro (2002) e Vidal (2006).

melhores famílias paulistas. Gabriel Prestes, ao organizar o Jardim de Infância, pensou nas crianças que estavam confiadas às governantas e que tinham as mães para acompanhá-las, podendo, assim, estudar apenas meio período. Dessa maneira, definiu-se o caráter elitista do Jardim de Infância da Escola Normal de São Paulo, durante os seus primeiros anos de funcionamento. Mesmo sem um levantamento empírico sobre as matrículas e situação socioeconômica dos alunos, pode-se afirmar que a elite era favorecida nas matrículas de seus filhos.

Como podemos perceber, ao caminhar por esse breve histórico a cerca da criação dos jardins de infância no Brasil, mais particularmente do primeiro em São Paulo, observamos que os jardins de infância configuravam-se como instituições não autônomas, anexas as escolas modelo que por sua vez, estava anexa a Escola Normal. Sua finalidade era auxiliar a prática dos normalistas e a princípio atendia a um público seletivo, composto dos filhos e filhas da elite paulista. Esse padrão se repetiu em quase todos os demais estados da federação, afinal, São Paulo com sua modernidade era o modelo a ser copiado em quase que todos os aspectos sociais e educacionais. Mas e na Paraíba, seguiu tal orientação? Ou será que a inserção dos jardins de infância na Paraíba traz um diferencial quando relacionado ao contexto nacional?

2.2 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA NA PARAÍBA DO NORTE

As tentativas e discursos em prol de se fundar os jardins de infância no Estado da Paraíba do Norte se avultaram desde o final dos anos de 1910, e ganha força no decorrer dos anos de 1920.

Precisamos, custe o que custar, dotar a nossa ubes com dois ou três desses templos, sem os quais não podemos almejar o concerto de civilizados e de amantes do progresso. É pelos cuidados que merece a instrucção que se avalia o adiantamento de um povo. (A UNIÃO, 08 abr. 1920, p. 1).

Em Relatório apresentado ao Presidente do Estado, Sólon Barbosa de Lucena, pelo então Diretor Geral da Instrução Publica, João Alcides Bezerra Cavalcanti, ao tratar sobre os Negócios do Ensino, em 1921, declarou ser os jardins de infância um importante complemento para as instituições de ensino.

Para complemento das nossas instituições escolares é-nos mister o jardim de infancia, a criação admiravel de Froebel, da qual, em alguns artigos cogita o regulamento vigente da instrucção publica.

É bem conhecida a finalidade do *kindergarten*: aproveitar criteriosamente os jogos e brincadeiras infantis, transformando-os em processos selectivos de educação, os quaes vão do fortalecimento dos órgãos e membros das creanças ao desenvolvimento do seu cerebro e formação da sua sensibilidade.

O jardim de infancia, que toma a creança do regaço materno aos três annos para conserval-a até aos seis, é o ambiente salutar destinado a promover o desabrochamento intellectual e volitivo dessas tenras flôres humanas. Jardineiras propectas e vigilantes auxiliam a Natureza, corrigindo-lhe os descuidos e supprimindo-lhes as defficiencias. Na escala inteira das profissões não ha uma sequer que se assemelhe

á sua, que é como um prolongamento da maternidade e se colloca naturalmente na categoria das coisas mais santas e mais augustas.

Num jardim de infancia devia entrar-se como se entra nos templos, com o mesmo respeito e com a mesma emoção. E não vem fóra de proposito relembrar, quebrando a natural avidez dos documentos como este, que os jogos infantis recordam muitas vezes ritos sagrados de vetustas religiões sepulgadas na memoria dos homens. Foi talvez pensando nisto que Froebel disse uma feita: —Um menino a brincar é sagrado aos meus olhos||. (O EDUCADOR, 07 nov.1921, s/p.).

Ao sugerir a criação do jardim de infância por meio de relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Estado, no ano de 1929, em plena vigência do mandato do então presidente do Estado João Pessoa, argumentou-se o seguinte a esse respeito:

Tomando em consideração a actual deficiencia do ensino primário, no que respeita á instrucção de creanças de 4 a 6 annos de idade, e por não havermos ainda um estabelecimento de ensino, que ao menos attenuue essa falta, resolvi commissionar, sem ônus para os cofres publicos, a exma. Sr. D. Alice Montero, uma das mais competentes professoras desta capital, para estudar no Rio de Janeiro a organização dos Jardins de infancia no sentido de adaptal-os, quanto possível, ás condições do nosso meio e fundar aqui os que se fizerem mister, dentro das possibilidades dos nossos recursos financeiros. (PARAHYBA DO NORTE, ESTADO DA, 01/09/1929).

Observamos que, de acordo com o relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Estado em 1929, Alice de Azevêdo Monteiro, foi considerada uma das professoras mais competentes da capital, ou seja, estaria qualificada para assumir a responsabilidade de ir estudar no Rio de Janeiro, com a finalidade de ao concluir os estudos, organizar e fundar os jardins de infância na capital, com a intencionalidade de adaptá-lo as condições financeiras da capital. E de fato, foi isso mesmo o que ocorreu. Essa prática posteriormente tornou-se corriqueira, isto é, o envio de um ou mais professores aos grandes centros do país, para ali, *in locu*, investigar e estudar os novos métodos educacionais empreendidos nas mais importantes instituições de ensino do país. Após a criação do primeiro jardim de infância (particular) e o primeiro jardim de infância —oficial||, no estado da Paraíba, ambos sob a responsabilidade da professora Alice de Azevedo Monteiro, iniciou-se ainda que timidamente, o processo de expansão dessa instituição educativa na capital.

Em Relatório apresentado ao Diretor do Ensino em 1933, elaborado a partir das observações feitas na Escola de Aplicação de Recife, pela professora Clementina Maia, adjunta do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, foram tecidas as seguintes considerações acerca dos jardins de infância:

Illmo Dr. Director do Ensino Primario
Incorporada a Embaixada de Professores deste Estado, que foi a Recife observar a applicação dos novos methods pedagógicos das escolas d'aquela capital, parti desta cidade pelo trem interestadual do dia 20 do mês de Setembro ultimo.

[...]

Não podendo, devido ao meu estado de saúde, acompanhar os meus collegas em todas as visitas aos principaes estabelecimentos de ensino, o presidente da Embaixada, professor Size-nando Costa designou-me para permanecer na Escola de Applicação, annexa a Escola Normal Official.

[...]

O prédio em que se acha installado a Escola de Applicação, de **construcção antiga**, não preenche as exigências de hygiene escolar, pela **deficiência de ar e luz directa** em quase todos os apartamentos.

Não obstante essa grande falha, a Escola de Applicação, que é destinada a pratica pedagogica das professoras da Escola Normal Official, tem uma perfeita organização technica que satisfaz plenamente a sua finalidade; comprehende um Grupo Escolar com **Jardim da Infancia** e uma Escola Isolada.

O corpo docente é constituído de professores de destaque do magistério pernambucano.

[...]

O **Jardim da Infancia** a cargo de duas professoras, **vem satisfazendo perfeitamente o seu objectivo e demonstrando que os methodos**

empregados, por seu character activo e risinho, deixa nas creancinhas, um ensino peculiar que faz adquirir hábitos de trabalho, aproveitando aas inclinações e levando-as pelo caminho do dever.

A **gymnastica**, os **jogos e brincadeiras** adequadas robustecem-lhes o corpo e desenvolvem-lhes a intelligencia.

Por ser o Jardim da Infancia a base do ensino no 1º gráo, **devemos adopta-lo em nossos Grupos Escolares.** (PARAHYBA, 27 out. 1933, s/p, **Negrito Nosso**).

É bem provável que sua expansão tenha se constituído tímida em virtude a falta de recursos financeiros do governo. Afinal, não bastaria ter um espaço adequado para sua instalação de um jardim de infância, se fazia naquele momento necessidade premente a aquisição de mobiliaria e material didático adequados para este fim.

Moveis - Acha-se agora o Grupo Escolar —Dr. Epitácio Pessoa||, provido dos moveis necessários e novos. Dos encomendados faltam somente chegar as cadeiras do auditório e o **pia-no** para o **Jardim de Infancia.** (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 43. **Negrito Nosso**).

Como podemos conferir, os móveis eram encomendados e confeccionados especificamente para atender as necessidades dos jardins de infância, ou seja, ao público o qual atenderia. Chama a atenção, ainda a importância dada à compra do piano para o auditório do jardim de infância do Grupo escolar Epitácio Pessoa, afinal para Froebel, os — exercícios de expressão eram essenciais para a educação: os cantos, as poesias, os desenhos, as pinturas e as esculturas faziam com que as crianças pudessem se expressar através da arte. Assim, a música tinha um papel pedagógico muito importante para o Jardim de Infância naquele momento, principalmente por que já se desenvolvia o canto orfeônico nos grupos escolares paraibanos como atividade escolar inovadora, baseada nos pressupostos do escolanovismo.

2.3 A REFORMA CAMILLO DE HOLLANDA E AS PRESCRIÇÕES PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS JARDINS DE INFÂNCIA

Ao tratar das leis de ensino que implementaram reformas destinadas à reestruturação didático-pedagógica e da institucionalização da escola pública primária republicana, Souza (1999, s/p), afirma que:

As leis do ensino buscaram instituir um discurso sobre a escola, incorporando concepções sobre a organização espacial, temporal, administrativa e didático-pedagógica. Na formulação política da institucionalização de uma nova escola primária para a formação do cidadão republicano, o Estado valeu-se amplamente de leis de reformas do ensino público, numa clara ofensiva normatizadora. Todos os aspectos da organização escolar passaram a ser regulamentados com preciosos detalhes: prescrições sobre o tipo de escolas, localização e provimento, normas para a matrícula e frequência, sobre os programas de ensino e o método, o material escolar, a forma de fiscalização e controle das escolas, as competências de professores, diretores e funcionários, a escrituração burocrática, a higiene escolar, a disciplina dos alunos, prêmios e punições, o calendário escolar e o emprego do tempo.

Vale destacar que, na Parahyba do Norte republicana, a idéia de reformar o ensino remonta ao ano de 1911, como nos assegura Pinheiro (2006, p. 111):

[...] em setembro de 1911, a diretoria geral da Instrução Pública elaborou e encaminhou ao

presidente do Estado um projeto de reforma da instrução primária, que dava nova estrutura organizacional escolar paraibana, destacando, dentre outros, os seguintes aspectos: divisão do ensino em elementar e complementar; o ensino será ministrado em escolas isoladas e grupos escolares; as disciplinas professadas nas escolas serão distribuídas por quatro anos, sendo o curso complementar praticado no último anno e somente nos grupos escolares.

Entretanto, apesar dessa primeira tentativa de reformar o ensino público primário em 1911, ainda não há por parte dos gestores públicos uma preocupação formal com a instituição dos jardins de infância no Estado da Parahyba do Norte.

Assim sendo, no referido estado a primeira prescrição voltada a instituir e regular os jardins de infância encontra-se publicada no Capítulo X do texto da Reforma da Instrução pública primária, elaborada no governo Camillo de Hollanda, sob o Decreto n. 873, de 21 de dezembro de 1917. Vejamos o que diz o Art. 192: —O Governo creará, onde for mais conveniente, jardins de infância destinados á educação dos sentidos de creanças de ambos os sexos, segundo os processos mais adeantados.

Entretanto, apesar da possibilidade de se instituir os jardins de infância na Parahyba do Norte desde 1917, o que demonstra um grande avanço na legislação dessa Reforma do ensino primário, esse modelo de instituição voltado à primeira infância só lograria êxito quase duas décadas depois, isto é, somente em 1932 quando o primeiro do gênero particular e em 1934 o primeiro público.

Ao que tudo indica as prescrições propostas na **Reforma Camillo de Holanda**¹² foram seguidas tão logo foi inserido os jardins de infância na Capital do Estado, João Pessoa. De acordo com Lima (2010, p. 78), a reforma educacional ocorrida em 1917, deve ser considerada como:

[...] uma importante e significativa ação dos administradores públicos paraibanos, que visavam imprimir uma possibilidade de modernizar e de adequar o setor educacional aos novos tempos de progresso, enfim de modernização.

No capítulo referente à implantação de jardins de infância, a Reforma do Ensino Primário — Camillo de Hollanda||, em seu artigo 197 nos dá pistas de como se constituiu o nosso primeiro jardim de infância, observemos: — O jardim de infância terá o seguinte pessoal: uma directora; uma professora para cada classe; uma inspectora e um servente.

O Art. 198 da reforma Camillo de Hollanda no que concerne a nomeação de professoras e diretora dos jardins de infância assegura que: —Serão nomeadas directora e professoras do jardim de infância, normalistas diplomadas, que tenham adquirido competência para essa especialidade de ensino em estabelecimento congêneres. Nesse sentido, podemos seguramente afirmar que tal prescrição foi seguida, pois a professora e diretora do primeiro jardim de infância — oficial||, Alice de Azevedo Monteiro, nomeada pela Diretoria do Ensino possuía curso especializado em Jardim de Infância adquirido na capital da federação, Rio de Janeiro.

12 Para maiores informações conferir o trabalho de Pinheiro & Lima (2006).

Ainda tratando do artigo 198, o seu § único determina que: — Na falta de normalistas diplomadas que tenham competência especial para directora, o governo poderá nomear quem dispuser dos requisitos necessários para o desempenho do cargo.

Até o momento, em virtude da documentação consultada para este estudo, desconhecemos a existência de professoras —leigas no exercício das práticas educativas desenvolvidas nos jardins de infância paraibanos.

Tecidas essas considerações mais gerais acerca do processo que desde 1917 regulamentou a inserção dos jardins de infância através da Regulamentação do Ensino Primário - Reforma Camillo de Hollanda -, passaremos, no próximo item, a nos deter sobre a criação propriamente dita, do primeiro jardim de infância paraibano de iniciativa particular

2.4 O PRIMEIRO JARDIM DE INFÂNCIA PARAIBANO: UMA INICIATIVA PARTICULAR

Na Parahyba do Norte, ainda em 1932, sob os impactos das idéias do escolanovismo, o Jardim de Infância, idealizado por Froebel (1782-1852), ainda não havia medrado em nosso meio, como uma instituição pública. Todavia, temos registro da existência de um Jardim de Infância particular, que funcionou em caráter provisório na residência da Professora Nayde Martins Ribeiro. A existência desse tipo de atividade escolar destinada ao ensino infantil pode ser constatada a partir do anúncio publicado na coluna no Jornal A União, conforme podemos verificar na figura 01 a seguir:

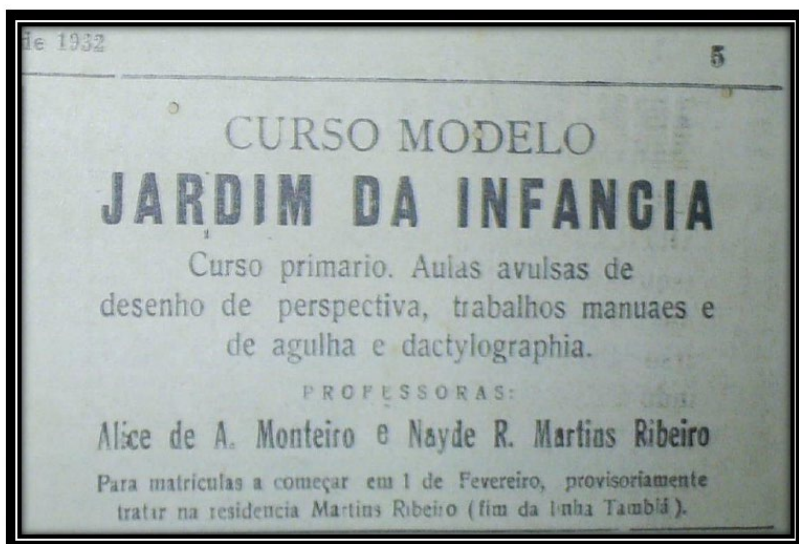


Figura 01: Anuncio de matriculas do Jardim de Infância. **Fonte:** A UNIÃO, 03 fev.1932, p. 5.

A nota traz importantes informações quanto ao —Curso Modelo||, primeiro Jardim de Infância particular da capital paraibana, sob a responsabilidade das educadoras, Alice de Azevedo Monteiro e Nayde R. Martins Ribeiro —ambas com pratica de ensino primário, em S. Paulo e nesta Cidade, e nos estabelecimentos de ensino officiaes do Districto Federal|| (A UNIÃO, 31 de jan. de 1932, p. 2).

Assim sendo, as supracitadas educadoras foram as primeiras a instituir, mesmo que em condições improvisadas (funcionando na residência de uma das ditas professoras) o jardim de infância do Estado, sendo o referido instituto infantil posteriormente, transferido para o prédio da Ordem dos Advogados da Paraíba, como é possível observar na figura abaixo.



Figura 02: Festa de encerramento das aulas no Jardim de Infância instalado no prédio da Ordem dos Advogados.

Fonte: A União, 06 nov. 1934, p. 1

Magalhães (1932), em artigo Especial publicado no Jornal A União destaca que: ao ofertar curso de especialização de jardim de infância, as professoras Alice Monteiro e Nayde Martins Ribeiro estavam habilitadas para fundar e ministrar atividades voltadas para os Jardins de infância, assim:

[...] Ao passo que, de todo o ponto, falham, deste modo, as realizações de ordem oficial, consegue vingar a iniciativa de caracter particular. Tal é a escola de creanças fundada e mui superiormente dirigida pelas professoras illustres D. Alice Monteiro e Nayde Martins Ribeiro. A primeira, além de um continuado tirocínio no magistério, possui um curso de especialização

de Jardim de Infância. Por iniciativa do dr. Sólon de Lucena foi ella commissionada a ir ao Rio de Janeiro estudar a organização destas instituições. (A União, p. 1; 03/04/1932).

De acordo com Lima (2010, p. 157) após a criação do primeiro jardim — oficial, em dois de Julho de 1934, não se tem mais notícias do jardim de infância particular já existente na Capital, e em virtude disto seria possível cogitar que:

[...] o poder estatal tenha-o remanejado para a esfera do público, visto que a professora Alice de Azevêdo Monteiro passou a atuar no Jardim de Infância do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, com melhor estrutura física e de mobiliário, sendo subvencionado pelo Estado.

Todavia, as fontes coletadas posteriormente a pesquisa publicada em 2010, demonstram que o jardim de infância particular não foi fechado, tão pouco encampado pelo poder publico, após a criação do Jardim de infância — Oficial||. Ambos coexistiram, sob a direção da educadora Alice de Azevedo Monteiro.

O movimento em prol da infância se manifesta de diversas formas, expressando-se com maior eloquência na instituição dos jardins de infância, dos quais já temos amostra desses dois estabelecimentos do gênero, ambos dirigidos pela educadora conterrânea d. Alice de Azevedo Monteiro, abnegada plasmadora de caracieres modeladoras de consciências em formação (SILVESTRE, 4 nov. 1934, p. 3).

É possível ainda, confirmar nessa nota, que o jardim de infância particular, até o final do ano de 1934, continuava

de portas abertas e funcionando no espaço cedido da Ordem dos Advogados da Paraíba.

Hoje essa artífice do bem promoverá um festival dos seus pequeninos alumnos que, de certo, será uma reunião encantadora, destinada a marcar uma data feliz na peregrinação terrena de centenas de meninos matriculados no seu Jardim de Infância.

O prédio da Ordem dos Advogados estará cheio de sonoridade, de risos inocentes, de gritos de entusiasmo, da alegria sadia, transbordante e contagiante que, enchendo o ambiente se transfundirão no espaço como um hymno de louvor à vida, tão cheia de mysterios e de sonhos róseos para seus olhos deslumbrados. (SILVESTRE, 4 nov. 1934, p. 3).

O jornalista, conclui seu artigo destacando a importância do evento para a — obra patriótica, bem como, confirmando sua presença.

Ardentemente desejei encontrar-me nesse meio, recebendo como uma benção divina a influencia boa dessas almas meio anjo e metade homem, e quis os fados que essa oportunidade me fosse oferecida. Ali estarei para admirar a obra patriótica da emérita educadora e fazer côro nos aplausos a que Ella tem innegavel direito. (SILVESTRE, 4 nov. 1934, p. 3).

Percebemos o quanto a figura da educadora paraibana Alice Azevedo Monteiro era bem conceituada na sociedade local, e como a imprensa lhe assegurava destaque no que concerne a educação da primeira infância. Assim, no item

que se segue traremos a luz, muito brevemente, um rascunho de quem foi e o que significou para a constituição dos jardins de infância na Paraíba, a professora Alice de Azevedo Monteiro.

3 ALICE AZEVEDO MONTEIRO: A precursora dos Jardins de Infância na Parahyba do Norte

Aqui, não nos propomos biografar a mulher Alice Azevêdo Monteiro, mas sim, desvelar uma parte significativa, da trajetória da educadora, e sua notória participação na implantação do jardim de infância na Paraíba. Logo carece de resposta a seguinte indagação: Quem foi Alice de Azevedo Monteiro?



Figura 03: Alice Azevêdo Monteiro.

Fonte: Anuário da Paraíba, 1934, s/p.¹³

Alice Azevêdo Monteiro destacou-se na sociedade paraibana como educadora e jornalista (escrevendo vários artigos e poesias na imprensa da capital, mais particularmente, nos jornais *A UNIÃO* e *A IMPRENSA*, bem como na *REVISTA DO ENSINO* e *ERA NOVA*), além de participar ativamente na Associação Paraybana Pelo Progresso Feminino, fundada no ano de 1933, onde exerceu o cargo de secretária.

13 Para maiores informações sobre a Associação Parahyba Pelo Progresso Feminino ver o trabalho de Fragoso (2011).

Fundou o primeiro Jardim de Infância particular em 1932, e em 1934 o primeiro Jardim de Infância — Oficial||, de iniciativa da Diretoria do Ensino Público do Estado da Paraíba.

Foi sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), ingressando no dia 05 de junho de 1936. Além disso, foi também, vice-presidente da Sociedade de Professores Primários (1937), e presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros na Paraíba (1939). Faleceu precocemente, no início da década de 1940.

Como podemos perceber, apesar de ter tido ela foi intensa e repleta de realizações extremamente significativas para a história educacional paraibana. Logo, tentaremos tecer algumas considerações acerca das atividades desenvolvidas por essa educadora.

A começar, podemos pincelar traços da sua personalidade, pois ao conceder entrevista no álbum de Analice Caldas¹⁴ (ver anexo), publicado na Revista *Era Nova*, já trazia inclinação para o magistério. Vejamos um trecho:

Como se chama?

- Alice de Azevêdo Monteiro.

Qual sua divisa?

- Cumprir o dever, *fazer o bem*.

Qual o traço predominante do seu character? - A linha recta.

O que desejaria ser?

- Esposa, mãe educadora.

14 Analice Caldas, jornalista e intelectual das letras femininas, dirigiu a diversos — vultos da intelectualidade paraibana interessantes questionários, tendo obtido curiosas respostas, que foram escritas pelos próprios punhos dos autores em seu álbum, que tinha a expressiva legenda latina *AMENI MENIMISSE PERITI*. As entrevistas foram divulgadas na íntegra na Revista *Era Nova*. Para maiores informações sobre essa intelectual ver trabalho de Favianni (2007).

[...]

Qual a sua verdadeira vocação? - O magistério.

[...]

O que mais detesta?

- A má educação, a grosseria. (ERA NOVA, 1923, s/p.).

As respostas condizem com o esperado das moças daquela época, principalmente as de formação na Escola Normal.

Qual o divertimento que mais lhe atrai? - O teatro, principalmente o lyrico.

Qual o seu passatempo favorito? - Ouvir bôa música.

[...]

Quais os seus escriptores preferidos?

- Eça de Queiroz, Julia Lopes, Zola e Flaubert.

Quais os poetas de sua preferência? - Olavo Bilac.

[...]

Qual a sua ocupação favorita?

Imprimir aspecto agradável ao foyer. (ERA NOVA, 1923, s/p.).

A enquete ainda nos revela seu pensamento acerca da sociedade, da família, religião, do feminismo e, particularmente, de dois tipos sociais emergentes naquele momento, os — almofadinhas e a —melindrosa. Vejamos:

O que pensa da sociedade?

- Uma escada de muitos degrãos, cuja ascensão, sendo um pouco difficil, é auxiliada pelo cynismo e pela blague...

O que diz do homem almofadinha?

- Um máo enxerto na arvore vigorosa da nossa raça.

O que diz da mulher melindrosa?

- Creaturinha frágil de corpo e de alma.

Que qualidades prefere no homem?

- Apesar de não possuir a lâmpada de Diogenes, descobri um, que reúne as qualidades que prefiro.

Que qualidades prefere na mulher?

- Meiguice, bondade, altivez e sinceridade.

Qual deve ser o typo masculino? - Hoje não existe o Spartacus.

Qual deve ser o typo feminino?

- O da brasileirinha, que conserva a graciosidade de mestiça.

O que pensa da religião?

- Um ninho tépido para a nossa alma, em qualquer circunstancia da vida.

O que pensa do feminismo?

- Rouba alguns attractivos á mulher...

O que diz do casamento?

- O paraíso para os que se amam ... o inferno para os outros ...

O casamento deve ser a primeira ou a ultima inspiração? - Quando feliz é mais que a primeira e ultima, é a unica...

[...]

Como desejaria morrer?

- Com o conforto da religião ao lado dos meus.
(ERA NOVA, 1923, s/p.).

Mas foi sem sombra de duvida na educação infantil que essa educadora destacou-se na sociedade paraibana. De acordo com Silveira (1934, p. 3):

D. Alice Monteiro é uma dominada pelo sortilégio das graças da criança que mal transpoz

os hùmbraes da existência, sente-se na sua palestra a vibração do entusiasmo sincero pelo apostolado a que se vem dedicando desde há alguns annos.

Sua carreira no magistério curiosamente, não se iniciou no ensino voltado a infância, marca principal da sua trajetória, mas sim no ensino noturno¹⁵, modalidade destinada ao ensino das primeiras letras de adultos. Foi nomeada via decreto n. 954, de 28 de junho de 1918 (Ver anexo).

[...] podemos inferir que existiam alguns professores de renome, no Estado da Parahyba do Norte, e que lecionavam nas cadeiras de ensino noturno, como foi o caso do professor Size-nando Costa e da professora Alice Azevedo Monteiro. Como já mencionado anteriormente, a presença de profissionais reconhecidamente qualificados, era necessária, pois devido à diminuição da carga horária oferecida por estes cursos e de acordo com a legislação nacional os professores noturnos deveriam ser bem preparados para condensar nas suas aulas o mesmo o conteúdo do ensino primário que era ministrado no turno diurno. (PAIVA, 2010, p. 79).

Como escritora, destacou-se prioritariamente publicando artigos referentes à educação infantil e aos jardins de infância, grande parte coletada até o presente na *Revista do Ensino*, mas também publicou poesias e assinou

15 Ver dissertação de Paiva (2010).

comunicados da *Sociedade Parahybana Pelo Progresso Feminino* na condição de secretária, sempre publicados na *Página Feminina*, uma coluna semanal do jornal A União.

Além desse tipo de publicação, encontramos, no *Almanaque do Estado da Paraíba*, curioso texto escrito por esta educadora, sob o título de *Cidade dos Jardins*.

Vejamos um trecho:

Há uns quinze anos atrás a nossa capital era uma menina gentil na faceirice verde dos seus jardins, esmaltados de flocos e petúnias. Poucas diversões, poucos cinemas...

Nos bancos das praças, ao cair da noite, grupos gárrulos de mocinhas conversavam mordiscando —rolêtes|| ou saboreando amedoins...

As retrêtas, aos domingos, eram como salões onde a elite se reunia em aristocrático rendez-vous. Os intelectuais, poetas e jornalistas iam beber inspiração nos olhos negros das garotas que passeavam, aos grupos, bras-dessus, bras-dessous... enquanto que as mamãs gordulhas e bonitonas ocupavam os bancos comentando os últimos potins.

Nesse tempo não se pensava ainda em cobrar imposto aos galanteadores de calçada... mesmo os nossos, daqueles tempos eram tão ingênuos, que quando muito poderiam pagar uns dez réis de mel coado...Limitavam-se ao sussurro das comparações: —flôr||, —santa||, —princesinha||, etc, etc. (PARAÍBA, 1934, s/p.).

O Almanaque da Paraíba, trouxe naquele ano várias publicações sob o título *Cidade dos Jardins*, para explorar a —marcha evolutiva|| da *urbes* paraibana, seu crescimento econômico e urbanístico. Ao tratar dessa temática, Alice

traz em seu artigo uma dinâmica curiosa de expor os melhoramentos e a transformação ocorrida na capital do Estado, no curto prazo de 15 anos. Faz uma comparação da cidade com o namoro e o flerte da juventude pessoense.

Prossegue em seu artigo, a tratar das incessantes transformações estruturantes da cidade, e assim descreve o processo de transição:

—Tão simples tudo...
Fomos, porém, caminhando...
Como é veloz a marcha do tempo! Velho impiedoso, com que serena indiferença moves a tua fatal ampulheta!... E... tudo mudou...
A menina faceira se fez mulher fina, educada. Adquiriu maneiras, hábitos do bom tom. Já não usa mais os flócos de petúnias vermelhas nos canteiros desataviados. Hoje é tudo verde, à inglesa, sóbrio, elegante, com a simplicidade que é a marca real do belo e do perfeito. Os antigos jardinzinhos de ar familiar e modesto têm hoje a imponência dos parques senhoriais. [...]
As ruas se alargaram... As casas entraram em nível. Desapareceram dos beirais as bôcas de leão fabricadas pelos funileiros para despejar sobre as calçadas a água dos telhados...
Já não mais se passeia de braço dado pelas alamedas enluaradas...
Os poetas não pensavam em usar aquelas singelas expressões, tão a 1830 para a conquista da —guri||, que passa...[...] (PARAÍBA, 1934, s/p.).

Assim como, a cidade se transformara, e transitara da tradição para a modernização, o namoro e o flerte também se redefiniram. Pois, assim como a cidade que

cresce e se expande, a menina cresceu e se fez mulher, não se contenta em ficar a sonhar com eufemismos românticos. Essa menina agora quase mulher, assim como a cidade, possuem novas aspirações, estudou, trabalhou, desenvolveu novas funções na sociedade.

O paraibano começou a respirar, a expandir-se... E... surgiu um tipo que ninguém supunha capaz de vicejar por essas bandas...a mulher que pensa, age, luta; a poetisa, a pensadora. Começou ela a se fazer ouvir, a ser alguém... Despertou do sonho lírico que vivia ainda adormecida, para a vida real e palpitante. [...] Mais digna se tornou ela do amor, porque é um ser consciente, que sabe querer e fazer-se eleger pelo eleito... E amada pelo próprio valôr. Libertou-se da condição de sêr inferior, escravizado aos preconceitos. Deixou de inspirar paixões desabridas e humilhantes, delicadamente disfarçadas sob o véu das tiradas sentimentais. Aprendeu a olhar a vida de frente, sem receios nem covardias históricas. É a moçóila de azul ferrête e blusa branca a desfraldar a bandeira vermelha da Revolução; é funcionaria laboriosa, a mestra dedicada, a hábil costureira concorrendo com o produto de seu labôr para o conforto do lar e para a educação dos filhos. É a eleitora refletida e independente a concorrer com o seu voto para o triunfo dos nomes mais dignos de dirigir os destinos da Pátria. Será amanhã a organizadora dum poderoso partido político...Far-se-á, eleger, irá para as Assembléas...e ai creará leis humanitárias e ao lado dos seus nobres pares será a voz que combate pelo bem e pelo direito. O mundo marcha incessantemente para o progresso físico e mo-

ral e com êle a Cidade risonha dos jardins...[...]
(Ibdem).

Ao ler com atenção a citação acima, percebemos que de forma sutil a autora aproveita o tema *Cidades Jardins* a ser desenvolvido no artigo, e nele expõe estrategicamente suas opiniões acerca da mulher, do feminismo, das suas conquistas presentes e futuras.

Sua escrita, muito nos revela de sua personalidade, e demarca acentuadamente as mudanças de aspirações e entendimento do seu posicionamento na sociedade. Alice foi por assim dizer, uma alma mutável, que ao longo do tempo e das mudanças processuais pelas quais a história da sociedade moderna se inscreve adaptou-se. De menina/normalista a mulher que produz, trabalha, questiona e se posiciona sobre os problemas da mulher, da educação e da sociedade. De fato, pode-se dizer que sua produção escrita (nos mais variados veículos de disseminação da imprensa) cresceu e ganhou novos contornos à medida que se desenvolvia e amadurecia criticamente tanto como educadora, intelectual e cidadã.

Para além da educadora e escritora, voltava-se também para as ações sociais, mas sempre mantendo a linha mestra que balizou suas atividades: a educação e proteção a infância.

Segundo o memorialista Lima e Moura (1939) em sua obra *Reminiscências. Figuras e Fatos da Paraíba* descreve que a iniciativa de se construir na Paraíba uma instituição de assistência aos filhos dos leprosos foi da educadora Alice de Azevêdo Monteiro, e que a construção do Preventório Eunice Weaver, situado em Rio do Meio, município de Santa Rita, contou com a visibilidade da



imprensa. No ano de 1939, quando da construção do edifício, algumas autoridades do governo e do ensino, bem como membros da imprensa local visitaram a obra. Aproveitando a ocasião, os jornalistas José Leal e Duarte de Almeida, colonistas do jornal *A União* entrevistaram a presidente na Paraíba da Sociedade de Assistência aos Lázaros. Vejamos:

Figura 04: Alice Azevêdo Monteiro - Presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra no Estado da Paraíba. **Fonte:** Lima e Moura (1939, p. 276).

__A construção do Preventorio - adiantou-nos a entrevistada - foi calculada em 400:000\$000. E, graças á dedicação dos engenheiros construtores, temos grande parte do prédio em vias de conclusão, dispensando, até o presente, apenas, 280:000\$000. Na Bahia, a Sociedade de Assistencia aos Lázaros, entre muitas outras plantas apresentadas para a construção do seu preventorio, colocou, em primeiro lugar, a do nosso Preventorio, orçada pelos engenheiros construtores em 712:000\$000. (LIMA E MOURA, 1939, p. 279).

Percebemos no trecho acima, que a entrevista com a professora Alice Azevêdo se iniciou tecendo informações sobre o custo da construção do Preventório, e que a entrevistada buscou ao comparar o orçamento do paraibano com o baiano. Tal depoimento demonstra a dedicação, o cuidado e zelo que a educadora teve para que

os engenheiros da Paraíba realizassem uma obra eficiente e a custos baixos. Para encerrar a entrevista, foram traçadas breves considerações acerca das finalidades do dito estabelecimento de assistência a infância. Vejamos:

— O Preventorio é uma das partes mais importantes do aparelhamento anti-leproso. Recolhida a criança recém-nascida, fica sob a responsabilidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros, até a maioridade, quando se acha libertada do mal de Hansen. (LIMA E MOURA, 1939, p. 279).

Até o presente momento, não podemos precisar seguramente a data de seu falecimento. Nossa única informação procede da edição da Revista do Ensino, em Abril de 1942, na qual dedica publicação a professora Alice Azevêdo Monteiro, na qualidade de homenagem póstuma em virtude dos serviços prestados ao ensino paraibano. Apesar



de essa revista datar do ano de 1942, é possível que a professora tenha falecido ao final do ano de 1941, visto que, essa publicação era trimestral, sendo esse número em particular, do primeiro triênio do de 1942. Acompanha a publicação um *clichê* (Figura 05) da dita professora, bem como a seguinte informação:

Figura 05: Clichê em homenagem a Professora Alice Azevedo Monteiro.

Fonte: Revista do Ensino, Ano X, n. 17 de abril de 1942.

A REVISTA DO ENSINO presta uma justa homenagem á memória da provecta educadora paraibana, cuja vida foi uma brilhante sequencia de atos que bem a definiram como elemento de **van-guarda** do magistério paraibano. O seu exemplo de máxima dedicação, civismo e amor ao ensino, fizeram-na creadora da gratidão da Paraíba e da saudade dos seus colegas e alunos. (REVISTA DO ENSINO, abr. de 1942, s/p). **Negrito nosso.**

Em síntese pode-se afirmar seguramente que, na Paraíba, não há como não conectar a instituição dos jardins de infância a figura da professora Alice de Azevêdo Monteiro. Tanto é, que em reconhecimento aos bons serviços prestados à educação da mocidade pessoense, a Prefeitura da cidade de João Pessoa (ainda não podemos precisar em que data) deu seu nome a uma das ruas centrais da capital paraibana.

4 CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA “OFICIAL”: a expansão da educação infantil

Apesar dos recorrentes apelos encontrados em artigos e notícias publicadas na imprensa local, apenas em 1934, ocorreu a criação e inauguração do primeiro Jardim de Infância —Oficial||, da Parahyba do Norte. Este foi instalado no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, e sua inauguração foi amplamente divulgada:

Terá lugar amanhã, ás 15 horas, a inauguração do jardim de infancia, anexo ao Grupo Escolar —Dr. Tomás Mindêlo||, creado ultimamente pelo governo do Estado e que será dirigido pela prof. Alice de Azevêdo Monteiro.

O ato será solene com a presença do exmo. sr. Interventor Federal e autoridades do Ensino.

Nessa ocasião far-se-á ouvir, pela primeira vez, o Orfeão Escolar, dirigido pelo professor Olegário de Luna Freire.

Também verificar-se-ão amanhã as aulas da escola complementar, destinada aos alunos que tiveram concluído o curso dos estabelecimentos de ensino elementar.

Para essas solenidades foi organizado interessante programa a ser executado por crianças dos grupos escolares e do jardim de infância particular. (A UNIÃO, 01 jul.1934, p. 3).

No decorrer do ano de 1934, teve lugar à inauguração de mais um Jardim de Infância, o qual ficaria anexo ao Grupo Isabel Maria das Neves, localizado à Avenida João Machado, sendo inaugurado com relativa festividade, contando, obviamente, com a presença de professores e familiares. As autoridades do ensino se fizeram presentes, sendo a sessão inaugural presidida pelo prof. José Baptista de Mello, Diretor da Instrução Pública, que estava ladeado dos professores Sizenando Costa e Olivina Carneiro da Cunha, como podemos observar na figura a seguir.



Figura 06: Aspecto da solenidade inaugural do jardim de infância do Grupo Escolar Izabel Maria das Neves, vendo-se em destaque o professor José Baptista de Mello, Diretor do Ensino, e sentada a sua direita a professora primária, Olivina Olívia Carneiro da Cunha. **Fonte:** A União, 02 out. 1934, p. 2.

Na ocasião, foi dada a palavra à oradora da solenidade e diretora do novo grupo escolar, professora Clementina de Oliveira Maia, que apreciou demoradamente as realizações da Escola Nova, destacando os seguintes aspectos:

Seguindo Froebel, Montessori, Decroly e outros, empregam os processos mais modernos que tendem a estabelecer a vida, a actividade e o interesse da creança.

As mestras são aparentemente passivas; usam o methodo oral o menos possível.

Ensinam as creanças a agir fazendo-as agir e por meio de jogos educativos, satisfazendo plenamente o instinto natural, obtem dellas o desenvolvimento das suas actividades o que realizam vantajosamente. Esses jogos são quase todos confeccionados e idealizados pelas próprias professoras consistindo na maioria de estampas colladas em cartões, mosaicos, quebra-cabeças, encaixes, etc. Seu objectivo é trazer as creanças constantemente entretidas, proporcionando-lhes ao mesmo tempo a educação da vista, exercícios de linguagem associados á Higiene, Sciencias Naturaes, Geometria, Historia do Brasil e Arithmetica. Iniciando pelos jogos mais simples e complicando-os gradativamente de acordo com a mentalidade de cada um, vão induzindo o menino a observar, reflectir e construir por si mesmo. (Jornal —A União, 02 out.1934, p. 1).

Processualmente foram sendo criados novos jardins de infância, que ocupavam espaços adaptados no interior dos grupos escolares da Capital.

Fazendo parte das comemorações da —Semana do Brasil, exatamente no dia 7 de setembro de 1937, ocorreu a inauguração dos melhoramentos e ampliação do prédio do Grupo Escolar Dr. Epitácio Pessoa. Sendo nesta ocasião inaugurado o Jardim de Infância. A solenidade contou com a presença do Governador do Estado Argemiro de Figueiredo, demais autoridades políticas, do diretor do Departamento de Educação, Monsenhor Pedro Anísio, diretores de quase todos os estabelecimentos de ensino da capital, bem como, de grande número de famílias, e corpo docente e discente daquele estabelecimento de ensino.

Chamou nossa atenção a expressiva procura de matrículas no jardim de infância do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, ao ponto de exceder a capacidade total de crianças para qual foi construído o salão de aulas.

Matricula - Obedecendo aos preceitos regulamentares, a matricula foi iniciada no dia 1º de fevereiro tendo atingido até a data de seu encerramento a 572 alumnos, porem esta cifra até a presente data eleva-se a 700, sendo que, 81 são do Jardim de Infancia e 36 do Curso Complementar. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 42).

Acreditamos que, o elevado número de matrículas em Jardim de infância na capital, propiciou a criação do cargo de Inspetor escolar de jardim de infância, pois, no ano de 1939, constatamos que o Estado, sob Decreto n. 1.300, de 10 de fevereiro, criou os cargos de inspetores de alunos de jardim de infância: *“Art. 1º - São criados três lugares de inspetores de alunos no jardim de infância dos grupos escolares “Isabel Maria das neves”, “Tomás Mindelo” e “Antonio Pessoa”.*

Quadro I: Localização dos Jardins de Infância criados na Capital (1932-1939)

REDE DE ENSINO A QUAL PERTENCIA	ONDE FUNCIONOU	OBSERVAÇÃO
Particular	Prédio da Ordem dos Curso Advogados da Paraíba	Modelo Jardim de Infância a cargo da professor Alice Azevêdo Monteiro.
Público	Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello	Primeiro Jardim de Infância – Oficial do Estado (1934)
Público	Grupo Escolar Isabel Maria das Neves	Segundo jardim de infância público da capital (1934). Coincidentemente fundado no segundo grupo escolar criado na capital .
Público	Grupo Escolar Epiácio Pessoa	
Público	Grupo Escolar Antonio Pessoa	
Público	Grupo Escolar Santo Antonio	
Particular	Escola Paroquial Nossa Senhora de Lourdes	Instituição Confessional, localizada anexa a igreja de igual nome. Sendo posteriormente transferida, no início da década de 1940, para dependências próprias, localizadas na Av. Epiácio Pessoa. Acreditamos ser o atual prédio do Colégio Lourdinhas.
Público	Instituto de Educação da Paraíba	Inaugurado em 1939

Fonte: Elaborado a partir de notícias do jornal *A União* e da *Revista de Ensino*.

A localização dos jardins de infância criados na capital paraibana entre 1932 e 1939, esteve intimamente ligada a concessão de espaços, tanto na esfera da iniciativa privada (Prédio da Ordem dos Advogados e Escola Paroquial Nossa Senhora de Lourdes), quanto pública (grupos escolares da Capital). Posteriormente, em 1939, seria construída uma edificação específica para abrigar um jardim de infância, constituindo-se parte integrante dos edifícios que compunham o Instituto de Educação da Parahyba, que na atualidade abriga o Liceu Paraibano. Essa expansão pode ser melhor conferida no gráfico a seguir:

Gráfico 1



Fonte: Elaborado a partir de notícias do jornal *A União* e da *Revista de Ensino*.

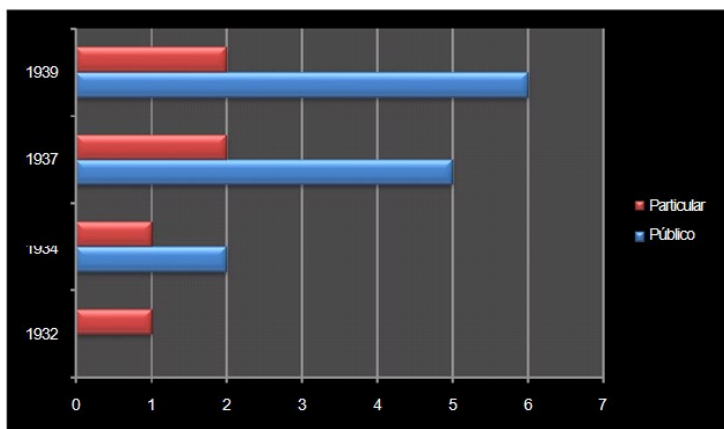
Como podemos verificar no gráfico acima, a expansão dos jardins de infância na capital paraibana, iniciada em 1932, foi lenta, porém, continua. De 1932 até meados do ano de 1934, a capital contaria com apenas uma unidade desse gênero, muito provavelmente, porque

as ações para implantação e expansão dessas escolas, pelo poder público, se encontravam presentes nos discursos do Interventor federal, Antenor Navarro. Porém, as possíveis ações voltadas para essa instituição de jardins de infância foram drasticamente interrompidas, em virtude do seu desaparecimento em acidente aéreo com o Savóia.

Assume o comando do Estado, o jovem Gratuliano de Brito, e como era de se esperar, dá continuidade as obras desenvolvidas por seu antecessor. Na esfera educacional, finalmente concretiza, a criação do primeiro jardim de infância —Oficial|| dot Estado, e nos mesmo ano, efetiva a criação de outro também na capital.

Mas a expansão, mais significativa vai se processar na gestão de Argemiro de Figueiredo (1935-1939).

Gráfico 2 : Comparativo entre a expansão dos jardins de infância públicos e particulares na Capital paraibana entre 1932-1939.



Fonte: Elaborado a partir de notícias do jornal *A União* e da *Revista de Ensino*.

Portanto, alcançando ao ano de 1939, a capital paraibana, estava constituída de 8 (oito) jardins de infância, sendo 6 (seis) públicos (mantidos unicamente pelo Estado), e 2 (dois) particulares (sendo um promovido por uma instituição confessional e outro por iniciativa privada de uma professora).

4.1 A SOLENIDADE INAUGURAL DO PRIMEIRO JARDIM DE INFÂNCIA “OFICIAL” DA PARAÍBA

O programa de inauguração do primeiro Jardim de Infância —Oficial do Estado da Paraíba foi amplamente divulgado pela imprensa local, especialmente o Jornal —A União, órgão mantido pelo Estado. Vejamos:

PROGRAMMA

- 1º - **Hymno ao Trabalho**, (côro misto)
- 2º - Abertura da sessão pelo Director do Ensino.
- 3º - Palestra da Jardineira, (D. Clementina Maia).
- 4º - Hymno á Noite (côro misto).
- 5º - Dindinha Lua, (por C. Cunha).
- 6º - Canção da Madrugada, (orpha do Grupo).
- 7º - Os marinheiros, (por alumnas).
- 8º - Canção da Saudade (22º B. C.).
- 9º - A polidez, (por Ibalba Moura).
- 10º - Cantar para viver, (côro misto).
- 11º - Teus olhos, (22º B. C.).
- 12º - **Minha terra**, (por C. Cunha).
- 13º - Canção do Pagé, (côro misto).
- 14º - O esfarrapado (Maria Ivonete).
- 15º - **Herança de nossa raça**, (côro misto).
- 16º - Revorie (22º B. C.).
- 17º - O Ferreiro, (22º B. C.).
- 18º - **Hymno Nacional**, (côro misto). **[Grifo Nosso]** (A UNIÃO, 04 jul. 1934, p. 1).

Iniciado o ato inaugural, discursou o professor José Baptista de Mello, diretor do Ensino Primário, que, expondo os motivos daquele empreendimento educacional, recordou o que se vinha fazendo na Parahyba do Norte pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, salientando a ação do governo nesse sentido.

Figura 07: Aspecto inaugural do primeiro Jardim de Infância —oficial do Estado, instalado no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.



Fonte: A UNIÃO. Vê-se ao centro, de terno branco, o Interventor federal.

No primeiro plano o Interventor Gratuliano Brito, e a sua esquerda o Diretor do Ensino, Dr. José Baptista Mello, e no segundo plano a direita, possivelmente a professora Alice de Azevedo Monteiro. Na figura (06), tem-se um registro do interior do edifício escolar, onde a solenidade foi presidida pelo chefe do Governo, Gratuliano Brito, que quis, provavelmente, com sua presença, dar mais uma demonstração de interesse aos problemas mais diretamente ligados à vida escolar da Parahyba do Norte. Este certamente

contou ainda, com a presença de diversas autoridades, professores, convidados e comissões de alunos de todos os grupos escolares da capital.

Figura 08: Aspecto da inauguração do Jardim da Infância do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, vendo-se ao centro o interventor Gratuliano Brito. E a direita, em destaque, a figura da professora Alice de Azevedo Monteiro, proferindo discurso inaugural do jardim de infância —oficial||.



Fonte: A UNIÃO, 04 jul. 1934, p. 1.

Segue a baixo trecho do discurso proferido pela educadora Alice de Azevedo Monteiro:

[...] A bela oração da diretora do Jardim de Infância é a seguinte:

—Exmo. sr. interventor federal, sr. diretor do Ensino Primario, meus colegas, senhores. A designação do exmo. sr. Interventor Federal interino, dr. Argemiro de Figueirêdo, enconbrindo a mais cativante das generosidades, encarrega-me do Jardim da Infancia [...] pondo-me assim

aos ombros responsabilidade igual á que assumi, atendendo ao desejo do sr. Diretor do Ensino Primario, o qual provocou tal designação.

[...]

Será uma escola para filhos do povo, os quais aqui encontrarão com os cuidados e carinhos maternos os meios de realizar uma educação que as mães muita vez são incapazes de lhes dar. Receberão êles lições da vida pratica, adquirirão habitos de higiene, de cortezia, de solidariedade, de fraternidade.

Procurarei entregar aos cursos primários meninos fortes, alegres e disciplinados e á Paraíba jardineiras dignas dela.

Desejo vencer!

Que o Senhor me inspire! (A UNIÃO, 1934).

4.2 A ESTRUTURA FÍSICA E O MODELO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO EMPREGADO NOS JARDINS DE INFÂNCIA

Os primeiros jardins de infância paraibanos foram alocados de maneira improvisada em espaços adaptados dos grupos escolares da Capital, provavelmente porque possuíam espaço físico mais adequado, uma vez que:

Para atender aos pré-requisitos, tanto de estética e higiene, estas edificações (grupos escolares) possuíam pé direito alto, esquadrias (portas e janelas) amplas, que possibilitavam uma melhor circulação do ar (precavendo a disseminação de doenças contagiosas), e maior iluminação natural. (LIMA, 2010, p. 98).

Além da estrutura física os grupos escolares eram dotados dos melhores preceitos pedagógicos e higiênicos,

sua localização privilegiada também lhes conferia características apropriadas à instalação dos jardins de infância, sobre esse aspecto Faria Filho (2000, p. 42) nos adverte que:

[...] o fato de os grupos escolares ocuparem não apenas os melhores prédios, mas também aqueles mais centrais denota, além da importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos pobres.

Sobre a criação dos jardins de infância, Frago e Escolano (1998, p. 80) destaca que:

[...] na pedagogia froebeliana dos jardins de infância, implicava a revolução dos espaços não edificadas e a necessidade de prever sua distribuição segundo funções e usos: educação física, jogos, práticas de jardinagem e agricultura, diversão ou recreio, zonas de transição, proteção e acesso - puxados ou pátios cobertos -, assim como sua ordenação ou disposição em relação ao edifício principal, o exterior e outras zonas edificadas.

Daí concordarmos com o entendimento de Frago e Escolano (1998) que sugerem a análise do espaço escolar — como constructo cultural que expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos.

Segundo informações divulgadas na imprensa local, o jardim de infância —Oficial encontrava-se com apropriadas instalações, em que se destacava um —esmerado cuidado técnico, uma vez que se encontrava localizado nas dependências físicas do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.

Aquelle Jardim installado em um espaçoso e arejado pavilhão, dispõe de uma área arborizada para recreio e aulas ao ar livre.

O mobiliário é montessoriano: - mesinhas individuais e collectivas de formas rectangulares. Dois largos armários para deposito do material didático, tem no plano superior estatuetas de animaes e objectos de arte.

Presos ás paredes estão mimosos quadros representando campos, creanças brincando, scenas de família, tudo disposto com arte e elegância: pen^ondentes das lâmpadas, figuras em madeira completam o adorno da sala.

O material didático é Montessori, Decroly e jogos brasileiros de Madame Perrelé. (A UNIÃO, p. 1, 02/10/1934).

Percebemos a presença dos jogos infantis nos jardins de infância paraibanos, o que nos leva a crer que aqui de fato houve a inserção tanto no material didático quanto no método adotado de influencias das teorias de Montessori¹⁶

16 Segundo Santos (1957, p. 413) —Quatro principios dominam o sistema de Montessori: o da *vitalidade*, o da *liberdade*, o da *atividade* e o da *individualidade*. Baseada nas modernas teorias da hereditariedade e nas concepções de Naegeli e De Vries, Montessori identifica a vida com o desenvolvimento. A educação deve ser, na sua opinião, essencialmente vital e ter um sentido biológico, promovendo condições que facilitem a plena expansão do desenvolvimento. Para isso, se impõe que a criança seja educada em inteira liberdade. —O verdadeiro desenvolvimento, diz Montessori, não depende de uma precoce orientação ou adaptação do

(1870-1952) e Decroly¹⁷.(1871-1932), além é claro, do próprio Froebel, que inaugurou a idéia dos *kindergartens* ou jardins de infância.

Nesse sentido, cabe destacar a descrição de uma sala de jardim de infância elaborada em texto da educadora Alice de Azevêdo Monteiro, publicada na Revista do Ensino, no ano de fundação do primeiro jardim de infância de iniciativa particular, em 1932.

A escola moderna é a escola-oficina, escola-laboratório, escola jardim. Escola que perdeu o jeito austero de sala de conferencia para gente tristonha e experiente para ser um alegre salão, onde os moveis praticos e baratos, claros e leves, inteligentemente dispostos, são avivados pela graça moderna dos cretones floridos, bizarros, vistosos, tão ao gosto dos brasileiros, gosto todo feito de claridade, do sol e de exuberâncias de vegetação...: cadeirinhas leves, podendo ser transportadas por qualquer

ser infantil às finalidades da espécie, mas da possibilidade de realizar as condições de vida necessárias a cada momento de sua evolução. Assim sendo a escola deve ser organizada de modo a deixar a criança em plena liberdade.

- 17 Ainda segundo Santos (1957, p. 419) —Em 1901, Decroly fundou em Uccle, nas proximidades de Bruxelas, um instituto destinado à educação das crianças anormais. O estudo da infância sugeriu-lhe os princípios fundamentais do seu sistema pedagógico: —a educação individual para cada criança, sob o ponto de vista físico e psicológico; adaptação da escola às necessidades da criança; contato sempre que possível, da infância com a natureza; método dos centros de interesse; participação ativa da criança em sua própria educação. Os magníficos resultados obtidos por Decroly com seus processos educativos levaram-no a aplicar os mesmos às crianças normais, fundando, para isso, uma escola na rua Ermitage, que se tornou famosa no mundo inteiro e que teve por lema — *Escola para a vida pela vida*.

criança, armários-prateleiras para o material variado e atraente, trabalhos dos alunos enfeitando as paredes...e flôres...e plantas...e luz...tudo que faz a alegria, o bom humor, a felicidade das cousas puras e elevadas...[...]
(MONTEIRO, jul 1932, p. 47).

A minuciosa descrição acerca das condições físicas ideais de uma sala de Jardim de infância, descrita na citação acima, podem ser observadas nas figuras 08 e 09. Vejamos:

Figura 09: Sala de aula do Jardim de Infância do Grupo Escolar Epitácio Pessoa.



Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Epitácio Pessoa.

Na figura (08) é possível identificar nessa sala de aula de jardim de infância a presença na decoração do ambiente as carteias infantis contendo motivos de animas, dos quais

podemos identificar: patos, galinhas, cavalos, camelos e zebras. Tanto as mesas como as cadeiras constituem tamanho adequado para crianças pequenas, o espaço da sala é amplo, e pela presença e altura das janelas, também seria bastante arejado e iluminado, estando assim, condizente com os pressupostos de higiene. A direita da imagem também nos apresenta material didático exposto em cavaletes (não há como precisar se são desenhos utilizados pelos professores nas aulas ou exposição das produções das crianças).

Figura 10: Sala de sala de aula do Jardim de infância do Grupo Escolar Eptácio Pessoa.



Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Eptácio Pessoa.

É possível notar na imagem acima, outro formato de ordenação do espaço físico da sala de aulas do jardim de

infância, pois os bancos estão dispostos em ordem crescente do menor para o maior tamanho, muito provavelmente, para melhor dispôr as crianças de 4 a 6 anos, ou seja, contribuindo para o não prejuízo da aprendizagem, pois tal disposição das crianças sentadas em níveis diferenciados de altura em virtude do tamanho de cada um dos bancos, favoreciam que todas elas observassem plenamente a exposição das aulas, sem obstáculos quanto ao campo visual. Além disso, é possível notar a presença de figuras de carneiros representados nos pés dos bancos. Na mesa do professor constam duas cadeiras, isso porque todas as salas de aula contavam com a presença de uma professora e uma auxiliar (adjunta).

Percebemos a necessidade da construção de espaços adequados para os jardins de infância. Não bastaria a formação especializada dos professores, mas também, salas de aula, mobiliário e material didático adequado.

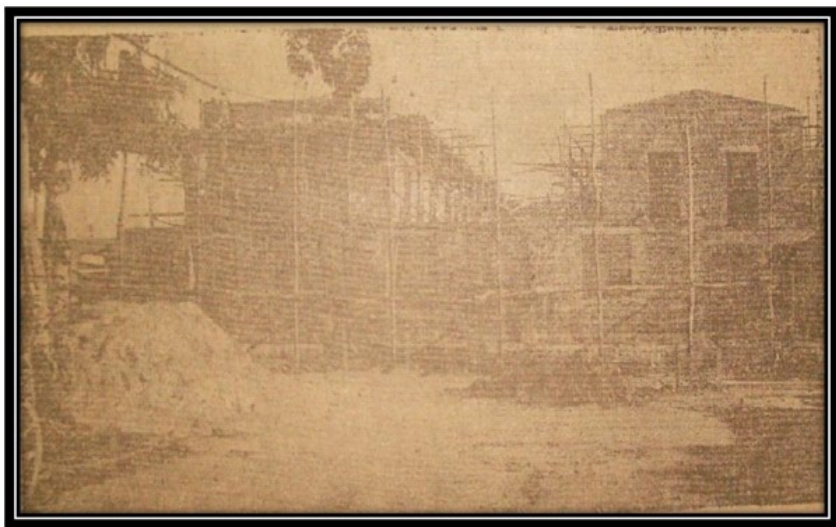
No ano de 1937, a Revista do Ensino publicou o relato do Diretor do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, João da Cunha Vinagre, encaminhado ao Diretor do Departamento de Educação, expondo os principais fatos ocorridos nesse estabelecimento de ensino durante os primeiros meses de funcionamento das aulas após a reforma empreendida nas dependências do edifício escolar.

O predio com as modificações porque passou e com a ampliação realizada offerece hoje um aspecto de verdadeiro conforto aos alumnos e corresponde aos verdadeiros preceitos de hygiene escolar. Os salões de além de luz suficiente e de bom arejamento têm a capacidade para 40 alumnos. Possui

o prédio 7 salões para o funcionamento das aulas, auditório, um salão adaptado para o Jardim de Infância com capacidade para 60 alunos, salas para directoria, bibliotheca e museu, gabinete dentário e gabinete para professores. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 43).

Os melhoramentos empreendidos no prédio do Grupo Escolar Eptácio Pessoa (ampliação) acresceram uma área coberta compreendida em cerca de 1.121 metros na preexistente de 406m. As obras de ampliação e a dimensão dessa construção pode ser melhor observada na figura a seguir:

Figura 11: Grupo Escolar Eptácio Pessoa (João Pessoa). Obras de ampliação.

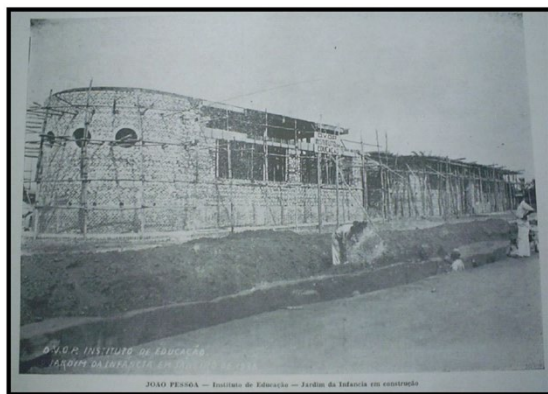


Fonte: Jornal –A União, 1936.

Mas a mudança mais significativa no que tange a construção de edificação adequada a um jardim de infância e a realização eficaz das suas práticas pedagógicas inovadoras voltadas à primeira infância se iniciou em 1935, no governo do Interventor Argemiro de Figueiredo, que:

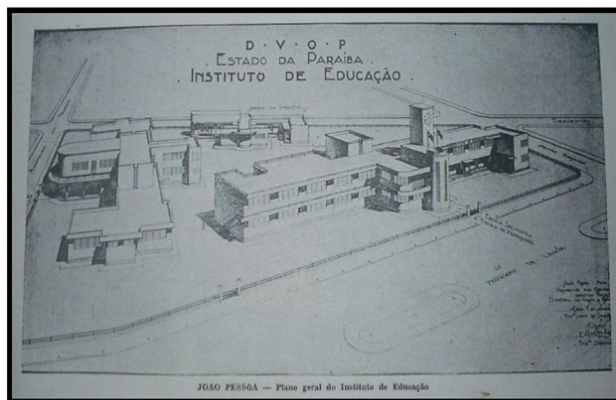
[...] imbuído do espírito de renovação educacional que se instalou em todo território, com a nova Constituição de 16 de julho de 1934, enviou em abril de 1935, aos grandes centros educacionais do país (Rio de Janeiro e São Paulo), o responsável pelo Departamento de Educação, professor José Baptista de Mello, para estudar in loco as realizações desses centros com a finalidade de organizar um plano de reforma educacional para o Estado. (CARVALHO, 2003, p. 84).

Segundo Pinheiro (2002, p. 190), em virtude da Reforma da Instrução pública, sob a lei n. 16, publicada em 13 de dezembro de 1935, ouve uma reestruturação do aparelho administrativo-pedagógico, e com isso a antiga Escola de Aperfeiçoamento, situada no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, seria transferida para acomodações próprias e adequadas ao seu pleno funcionamento, integrando o Instituto de Educação que passou a compreender, [...] a Escola de Professores; a Escola Secundária, equiparada ao Colégio Pedro II; a Escola de Aplicação; e o jardim de infância.

Figura 12: Plano geral do Instituto de Educação.

Fonte: PARAÍBA, Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da. **Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo.** Brasil; Imprensa Oficial, 1938.

Ainda no ano de 1937, teve andamento às obras de construção do Jardim de infância do Instituto de Educação da Paraíba. Observemos:

Figura 13: Prédio do Jardim de Infância do Instituto de Educação em construção.

Fonte: PARAÍBA, Departamento de Estatística e Publicidade do Estado da. **Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo.** Brasil; Imprensa Oficial, 1938.

Como podemos observar na figura acima, o edifício em construção do jardim de infância (atual Escola Estadual Argentina Pereira Gomes) achava-se anexo ao complexo de edificações do Instituto de Educação, que compreendia além do jardim de infância, a Escola de Aplicação e o Curso de Aperfeiçoamento de Professores. O jardim de infância possuiria amplas dimensões, ocupando um prédio unicamente projetado para esse fim. A citação a seguir pode nos dá uma síntese das dimensões espaciais dessa edificação:

O edifício do Jardim de infância terá só um pavimento com 49m,50 de frente por 25m,00 de fundo na parte mais larga.

Ocupará uma área de 734 metros quadrados, com 4,00 de pé direito. São as seguintes as suas divisões: 1 hall (5m,00 x 2m,20); 3 salas de aula (9m,00 x 7m,00 cada uma); 1 salão para festas (20m,70 x 7m,00 terminando em semi-círculo com 3m,50 de raio); 1 sala para diretoria (5m,00 x 4m,15); vestiário (7m,00 x 4m,20); refeitório (10m,39 x 5m,00); cozinha e copa, conjugadas (6m,00 x 4m,00); secção sanitária (6m,00 x 4m,00) contendo 4 W.C., 3 lavabos e banheiro. Na parte posterior, uma varanda ou galeria coberta com 2m,00 de largura.

Conforme referi antes, os edifícios estão projetados de maneira que fácil e econômico será ampliá-los mais tarde, quando necessário. De resto é mais uma vantagem da moderna arquitetura facilitar o crescimento natural do prédio, não o subordinando, desde a sua forma inicial, aos limites acadêmicos da simetria, não considerando acabado. Nas edificações escolares, então, sobe de importância o assunto, são aquelas, talvez, que mais necessidade têm de

crescer. O prof^o Lourenço Filho diz expressivamente que um caráter essencial ao edifício escolar é ser obra inacabada. (A UNIÃO, 24 out. 1937, p. 3- 4).

Entre a criação do Instituto de Educação (que compreendia também um jardim de infância) em 1935 via decreto do governo, até sua inauguração em 1939, foram decorridos quatro anos para a finalização das obras de construção desse novo complexo educacional. Sua inauguração contou com a presença de políticos, autoridades religiosas e do ensino, intelectuais, professores e vários populares.

Figura 14: Ato inaugural do Instituto de Educação da Paraíba. Do alto, vê-se da esquerda para direita: 1) Discurso do Cônego Matias Freire, 2) Discurso de Argemiro de Figueiredo, 3) A oração do Dr. Álvaro de Carvalho, 4) Um aspecto do público presente no auditório do Instituto de Educação



Fonte: LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências. Figuras e Fatos da Paraíba.** Imprensa Oficial, João Pessoa; 1939.

Na mesma ocasião da inauguração do Instituto de Educação, foi solenemente inaugurado o jardim de infância. Vejamos:

Inaugurado também o Edifício do Jardim de Infância. Após a sessão solene, o Interventor Arge-miro de Figueiredo em companhia do diretor do Lyceu Paraibano e autoridades do presentes a cerimonia, dirigiu-se ao edifício do Jardim de Infancia, percorrendo demoradamente. Aquela dependência do Instituto de Educação, que o Chefe do Governo declarou inaugurada, destaca-se pelo seu todo arquitetônico, que apresenta linhas modernas e bem acabadas. (A UNIÃO, 20 abr. 1939).

Conforme nos assegura Lima (2010, p. 124), as festas escolares marcaram:

[...] ritos de passagem e a difusão de costumes, envolvendo em determinados segmentos sociais o espírito cívico, ou seja, as festas escolares se configuravam em um acontecimento público que reunia no mesmo evento a comunidade escolar, as famílias dos alunos, políticos, intelectuais e a imprensa de modo geral. Faziam-se discursos, cantava-se, representava-se, tudo com preparação prévia visando mostrar a disciplina e a excelência pedagógica do estabelecimento de ensino e da educação nele ministrada. Por consequência, aspectos da modernidade educacional eram transmitidos através das mudanças cotidianas da escola, dentro e fora dela, com seus ritos, hinos e passeatas, difundindo assim os princípios republicanos.

No item seguinte, uma discussão mais detida a cerca das praticas e métodos destinados aos jardins de infância, particularmente, os paraibanos.

4.3 OS JARDINS DE INFÂNCIA E A PEDAGOGIA DOS SENTIDOS: ESCOLA PARA ELITE OU PARA AS CLASSES POPULARES?

Cabe ressaltar ao leitor que, a Pedagogia dos sentidos deve ser entendida como uma perspectiva pedagógica que poderia ser ensinada tanto para os filhos da elite como para as crianças pobres.

Estudar, brincar... é preciso que a criança não chegue á distinguir diferença de sentido nestes dois verbos e, como diz Ferriér estude brincando e brinque estudando (MONTEIRO, jul. 1932, p. 47).

Os jardins de infância na Paraíba surgem dentro dos ideais do movimento de renovação educacional propugnado pelos pioneiros da educação nova.

Vivemos em uma época que os problemas referentes ás crianças ocupam o primeiro lugar nas cogitações das elites dirigentes, decorrendo daí o interesse que despertam as iniciativas visando guiar os seus primeiros passos e preparalas para o embate da vida, empregando-se a **persuasão** em vez do **castigo corporal**. (SILVESTRE, 4 nov. 1934, p. 3).
Negrito Nosso

Segundo a pedagogia moderna, não caberia mais a escola enquanto espaço de educação infringir castigos físicos como método de ensino e disciplinamento dos alunos. Ainda mais, nas escolas maternas e jardins de infância, uma vez que essas instituições educativas deveriam ser como jardineiras, pois:

A criança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora, pedindo carinhosos e inteligentes cuidados... A mestra, sabendo mais psicologia que pedagogia será mais mamã que mestra: toda bondade e simplicidade, sem pose nem reumatismos...tão capaz de ensinar ginástica como de cantar ou consolar uma criança, e sobretudo amiga, bem amiga dos pequeninos, com um grande coração capaz de guarda- los todos nêle...[...] (MONTEIRO, abr. 1942, p. 25).

As professoras de jardins de infância, também denominadas de — jardineiras||, ainda segundo Monteiro (1942, p. 25) — nivelariam o terreno, onde os professores primários semearão||. Caberia, portanto, a essas mestras abandonar o método tradicional, e aderir ao método de ensino intuitivo, bem de acordo com a proposta de escola ativa. Nesse sentido, em artigo publicado na *Revista de Ensino*, intitulado *Jardins de Infancia*, Alice de Azevêdo Monteiro discorre sobre como deveriam ser ministrados os conteúdos de ensino para essas escolas em particular:

Nas escolas maternais são abolidas as teorias, as definições, os grandes princípios, ensinando-se com o exemplo, tendo em grande conta a individualidade da criança. Respeitando-se a vontade própria como um meio favorável á evolução infantil: nada de arbitrária. A criança ir-se-á habituando confiar em si mesma, preparando-se para de futuro vencer as dificuldades da vida. (MONTEIRO, abr. 1942, p. 26).

Portanto, no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido nos jardins de infância, o interesse da criança deveria ser o centro orientador do programa escolar.

A expansão dos jardins de Infância ocorreu lentamente e carregou consigo a marca de que apenas crianças de elite, que frequentavam jardins de meio período, tinham o direito de aprender pela pedagogia dos jogos, organização de escola tipicamente froebeliana. (CARVALHO, 2003, p. 62).

De fato, na Paraíba, a expansão dos jardins de infância foi lenta, contudo, discordamos de que somente as crianças da elite tivessem acesso à pedagogia dos jogos, pois é recorrente a presença das atividades lúdicas com a presença de materiais concretos e jogos nos jardins de infância públicos da capital paraibana, não sendo a utilização desses recursos didáticos exclusivos dos filhos da elite que poderiam frequentar os cursos de jardim de infância pagos. Assim, a utilização desses recursos didáticos pode ser observada na imagem a seguir:

Figura 15: Grupo de crianças, professores e autoridades do ensino no ato inaugural do Jardim de Infância no Grupo escolar Isabel Maria das Neves.



Fonte: Jornal —A União||, 02 out. 1934, p. 2.

Se observamos atentamente, veremos além da disposição das mesas e cadeiras em tamanho padronizado e adequado a estatura média das crianças de faixa etária entre os 4 e 6 anos de idade, dispostas no amplo salão do jardim de infância, há a presença também de jogos, brinquedos e/ou matérias concretos sobre as mesas enquanto as crianças as manuseiam.

Carvalho (2003) prossegue sua discussão, tentando fazer uma aproximação, a nosso ver incorreta, tanto do modelo didático-pedagógico e dos fins destinados dos jardins de infância da Paraíba com o modelo assistencialista empreendido em grande parte do país.

[...] a educação da infância, inclusive porque era a necessidade daquele momento, teve desde os primórdios um aspecto mais **assistencialista** do que pedagógico e, quando se instalava em instituição escolar, servia para atender os abastados economicamente, fato que pressupomos ter ocorrido na capital da Paraíba. (CARVALHO, 2003, p. 69. *Negrito nosso*).

Ao analisarmos, a afirmativa acima se encontrou uma ambigüidade no discurso, que ora apresenta os jardins de infância como instituições destinadas aos filhos da elite, e ao mesmo tempo assegura que essas eram instituições assistencialistas. Se essas escolas não possuíam caráter pedagógico, mas sim assistencialista, e sabendo que, por princípio toda e qualquer instituição de caráter assistencialista, principalmente naquele momento histórico, configurava-se como entidade destinadas aos desprovidos e carentes, como é possível a elite destinar seus filhos para o convívio em mesmo ambiente com os filhos do povo?

O primeiro jardim de infância paraibano, como já destacamos em momentos anteriores no nosso texto, surge por iniciativa particular, o que sugere no primeiro momento seu caráter elitista, afinal nem todos poderiam pagar para manter seus filhos nessa inovadora instituição destinada ao bem estar e ensino infantil. Vejamos a tabela de preços do jardim de infância mantido pela professora Alice Azevedo Monteiro em sociedade com a também professora, Nayde R. Martins Ribeiro:

CURSO MODELO (Jardim de Infancia e curso primário)

Para o **Jardim de Infancia** serão admittidas creanças desde os três annos de idade.

[...]

É a seguinte a tabela cobrada pelo novo externato:

Jardim de Infancia.....10\$000

Curso primário.....15\$000

Aulas Avulsas.....10\$000

(A UNIÃO, 31 jan. 1932, p. 8).

Se compararmos os valores com o salário mensal e/ou anual de um (a) professor (a) primária de grupo escolar nós nos aproximamos da real dimensão do custo de matricular uma criança, nesse período, em um jardim de infância particular.

Nesse sentido, nos reportamos à notícia veiculada pelo periódico local *A União* em 1934, na qual divulgou na integra o comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública, que publicou os vencimentos do professorado primário no Brasil em 1932. Vejamos:

[...] resumidamente, pois, para cada Unidade da Federação, quaes eram as categorias e os

vencimentos annuaes do respectivo professorado em 1932.

No Distrito Federal, o corpo docente propriamente dito se distribuía por cinco categorias - uma de professores —directores de escola||, quatro de —adjuntos|| e uma de —coadjuvantes do ensino||. Os vencimentos destes montam a 7 contos de réis, enquanto que os dos adjuntos de 1^a, 2^a, 3^a e 4^a classes eram, respectivamente, de 7800\$, 6:600\$, 5:400\$ e 3:600\$, subindo os dos directores a 10:200\$. Mas os adjuntos recebiam a responsabilidade de direcção da escola.

[...]

As categorias no magistério do Estado da Parahyba eram de — professor|| e a de — adjunto||, variando, porem, o vencimento de cada uma conforme tinham exercido na capital, em cidade do interior ou em villa. O — professor|| vencia, no primeiro caso, 3:960\$, no segundo, 3:600\$, e no terceiro, 3:240\$. Ganhava o —adjunto|| 2:400\$ na capital e 1:800\$ nos outros casos. (A UNIÃO, 28 set. 1934, p. 1).

Realizando uma rápida comparação entre a mensalidade cobrada no jardim de infância particular 10\$000 (dez mil réis mensal), em um ano letivo (dez meses, com exceção dos meses de férias, janeiro e junho), os pais ou responsáveis legais pela criança desembolsariam a quantia de 1:000\$ (um conto de réis), enquanto que, um professor primário receberia ao final de um ano de exercício do magistério na capital paraibana a quantia de 3:960\$ (três contos e novecentos e sessenta mil réis) e o adjunto 2:400\$ (dois contos e quatrocentos mil réis) anuais

Percebemos que em virtude dos valores cobrados naquele primeiro momento o jardim de infância era restrito a uma parcela restrita. Contudo, a inauguração do jardim de infância —oficial|| nos revela o acesso das camadas populares a essa modalidade de ensino especializada, o jardim de infância. Mas como seria possível ser ao mesmo tempo uma instituição inovadora, com métodos e práticas pedagógicos modernos, que possibilitaria uma educação ativa, voltada tanto para a elite como para a população carente? Essas instituições também possuíam caráter assistencialista? Acreditamos que sim!

Portanto, cumpre-nos esclarecermos essa situação, uma vez que indícios nos levam a crer que, o jardim de infância —oficial anexo ao Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, se atendia aos filhos da elite muito provavelmente também atendia ao das classes menos favorecidas, pois em nota publicada em periódico de grande circulação local, sob o título: —A gota de leite, vê-se que, o Estado não provia de todo o necessário para a manutenção do Jardim de Infância — Oficial, necessitando este para seu funcionamento diário do auxílio social, vejamos:

A professora Alice de Azevêdo Monteiro, diretora do Jardim de Infância anexo ao Grupo Escolar —Dr, Tomás Mindêlo||, está dirigindo cartas aos proprietários de estábulos desta cidade, solicitando, de cada um, meio litro de leite por dia, para ser distribuído entre as crianças do aludido estabelecimento.

Já responderam prontificando-se a atender àquela educadora os drs. Meira de Menezes e José Maciel e o professor Sizenando Costa. E' de esperar que os demais proprietários de estábulos não se excusem a essa louvável contribuição.

Por ocasião de ser inaugurado o Jardim de Infância e 2 de julho próximo, o representante da Companhia Nestlé, sr. Lourival Lisboa, oferecerá às crianças um lanche de produtos daquela acreditada Companhia (Jornal —A União||, 26 jun.1934, p.3).

Acreditamos que os jardins de infância na Paraíba possuíram uma dupla conotação, tanto possuíam um caráter assistencial, pois se destinavam de certo modo ao cuidar, ao zelar pelas crianças (tanto da elite, como da classe popular), bem como, essas escolas caracterizavam-se pelos métodos e práticas inovadores no processo de aprendizagem.

Parece a muita gente impossível que uma criança de 3 anos arranje flores em um vaso, procurando depois coloca-lo sobre a mesa em posição de maior realce...

Isto se faz diariamente nos —jardins||, apreciando-as, cultivando-as, colhendo-as com a cutela de quem conduz cousas muito frágeis e preciosas...

Cultivando os sentidos desenvolve-se o bom gosto, o senso de harmonia, de elegância, sem desprezar o amôr, ao bem e as qualidades do caráter, que são igualmente uma forma de elegância e de bom gosto...

O canto, como forma mais bela de que se serve a arte para expressar o sentido é um grande auxiliar as lições sejam melhor compreendidas e conservadas em memória, doutro é o grande meio para o desenvolvimento do entusiasmo patriótico. Em nosso —jardim|| há um pequenito de 3 anos que ao cantar o Hino Nacional diz sempre um Brasil tão límpido e vibrante, que so ele vale por todo o hino. Todos os alunos sem exceção erguem-se silenciosos, escutando o

hino incomparável, quando tocado por uma vitrola da vizinhança... O canto fez vibrar neles - e Deus o sabe se indissolúvelmente - a fibra patriótica dos coraçõesinhos em botão (MONTEIRO, jul 1932, p. 47- 48).

Durante a 3ª Semana Pedagógica realizada na capital paraibana, em novembro de 1936, foram apresentados jogos educativos por diversos estabelecimentos de ensino primário à exposição pedagógica promovida pelo Departamento de Educação. Vejamos a relação do material apresentado pelo Jardim de Infância do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello:

3 colleções de encaixes sólidos.

1 colleção de encaixes planos constando de 6 pranchas. 1 colleção de 10 paralelepípedos. 1 colleção constando de 7 cubos.

2 caixas para numero, sendo uma de 1 e 5 e outra de 6 e 8. 2 placas para o estudo do sentido do tacto.

1 colleção de bolas para o estudo das cores.

1 mappa do Brasil sendo os Estados recortados.

1 colleção de 10 hastes.

TRABALHOS CONFECCIONADOS PELOS ALUNOS 1 colleção de modelagem.

1 album confeccionado por todos os alumnos. 1 colleção de 32 cadernos. Directora - Alice Monteiro Professora - Hilda Cavalcanti

(REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 98).

Jogos e outros trabalhos executados pelas professoras do Jardim de Infância do Grupo escolar Epitácio Pessoa:

1 Jardim - 1 - Jogo de formas e côres associadas - Decroly e Monchamp.

- 2 - Jogos de formas classificações combinadas - Decroly e Monchamp.
- 3 - Jogo A mesa e a bola - Decroly e Monchamp.
- 4 - Jogo A cadeira e a mesa - Decroly e Monchamp.
- 5 - Jogo Os cubos - Decroly e Monchamp.
- 6 - Jogo Decomposição por adição - Decroly e Monchamp.
- 7 - Jogo Dominós para adição - Decroly e Monchamp.
- 8 - Jogo 10 cubos de tamanhos desiguaes, empregados para a percepção das formas e cores - Kergomard e Brés. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 93-94).

A 3ª Semana Pedagógica contou ainda com a presença de variado número de jogos particulares (de procedência privada das professoras) que completaram a exposição:

Jardim de Infância do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves:

- 1 - 7 Jogos para educação dos sentidos. (Methodo Decroly) - Clementina Maia.
- 2 - 2 Jogos sobre ocupações e construções. (Froebel) - C. Maia.
- 3 - Dominó - Percepção visual. - C. Maia.
- 4 - Tactil - Educação dos sentidos.
- 5 - Exercício com os números e associação do signal graphico á quantidade. Educação do sentido chromatico. - C. Maia.
- 6 - 2 Jogos de associação do algarismo a quantidade. (Methodo Mackinder) - Henriqueta de Belli.
- 7 - Educação do sentido básico. - C. Maia.
- 8 - 2 Jogos de encaixe e quebra cabeça - Marluce Barros.
- 9 - 13 Albuns dos alumnos do Jardim. (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 103).

Por fim, mas não menos significativo, foram também apresentados os trabalhos de classe desenvolvidos pelos próprios alunos dos jardins de infância, a saber:

GRUPO ESCOLAR—S. ANTONIO||

Trabalhos de classe

JARDIM DA INFANCIA

Dois jogos de observação - Carmem Menezes.

Dois jogos de encaixe - Carmem Menezes.

Interpretação da fabula de La Fontaine, —A Raposa e a Cegonha||. Um caderno de Jardim de Infancia.

(REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 104-105).

O jogo e o brincar eram atividades diferentes da realidade do trabalho, cada um deles produziria conhecimento e cultura também distintos. Não ser —aluno, e/ou fazer atividades diferentes das escolares tradicionais, não significava deixar de lado o desenvolvimento cognitivo das crianças, assim como não significava despreocupar-se com o —conteúdo que seria trabalhado com elas. No que concerne aos métodos e procedimentos didáticos aplicados e/ou associados à educação pré-escola, os jardins de infância através dos jogos, brincadeiras, músicas, trabalhos manuais e demais materiais e procedimentos artísticos e culturais, garantiam a efetivação de novas formas de expressão, ou seja, além da expressão verbal e do pensamento científico enfatizadas pelo modelo escolar tradicional. Significava garantir o lúdico enquanto diversão e/ou atividade prazerosa que geralmente era negligenciada pelas instituições de ensino formal, restritos aos horários de recreação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a educação infantil deu um grande salto qualitativo no século XX. Além dos estabelecimentos destinados a essa faixa etária, de 3 a 6 anos, terem crescido

em números de forma substancial ela passou a ser reconhecida como parte do processo educativo, passando a ocupar o centro de diversas discussões educacionais, inclusive no que diz respeito à formação dos profissionais que iriam atender essas crianças.

Ao examinarmos o processo de modernização da educação infantil, podemos perceber a criação dos jardins de infância, tanto no âmbito particular quanto na esfera do público e/ou oficiais como sendo parte de um projeto reformador mais abrangente, pois, notadamente naquele momento, representava uma das maiores aspirações da —Pedagogia Moderna porque propunha conseguir que a criança aprendesse sem esforço, ou seja, espontaneamente. Para isso, os jardins de infância, tiveram como principal objetivo fazer com que a criança aprendesse a partir da utilização de meios didático-pedagógicos (jogos e brincadeiras) e do ensino intuitivo/ativo.

Desde seu surgimento como parte da organização escolar pública, o jardim de infância foi regulamentado como estabelecimento adjunto à escola primária, instituindo assim uma condição de preparo para as crianças adentrarem ao universo de escolarização formal propriamente dito.

No plano das prescrições legais havia previsão destes estabelecimentos de educação infantil desde 1917, pois no texto da Reforma Camillo de Hollanda já há indicação da possibilidade de criação de um Jardim de Infância destinado às crianças de 3 a 6 anos. De modo diferente foi contemplada esta escola infantil em legislação de 1917, surgiram como um nível de ensino próprio, ou seja, —autônomo, pois não estaria vinculada a preparação das normalistas como instituição anexa a Escola Normal. Assim, a princípio, na Paraíba, pertenciam os jardins de infância ao ensino primário, como a

primeira etapa —pré-escolar ao curso primário, seguido do curso elementar e complementar.

Ao compararmos o contexto paraibano com o nacional, percebemos que lhes assemelha apenas o fato de que os jardins de infância foram instituídos primeiramente por iniciativa particular. Na Paraíba, ao contrário dos grandes centros (Rio de Janeiro e São Paulo), a institucionalização dessas instituições educativas foi tardia. Além disso, os jardins de infância aqui surgiram anexos aos grupos escolares e não a Escola Normal, para a prática das normalistas. O jardim de infância só assumiria esse caráter de escola — observatório para a especialização das normalistas, com a criação via nova regulamentação do ensino primário em 1935, e inauguração em 1939, do edifício do Instituto de Educação da Paraíba.

Por fim, constatamos que, o fato da sociedade naquele momento histórico, através da educação escolar, privilegiar um determinado tipo de conhecimento considerado necessário para a adaptação do indivíduo enquanto cidadão vê-se que a partir da introdução das idéias renovadoras do escolanovismo no cenário educacional paraibano, não mais se justificaria negligenciar todos os outros tipos de conhecimento, principalmente os relacionados às crianças pequenas em idade pré-escolar. De fato, a escola tinha (e tem) seu papel bem definido em relação à aquisição do conhecimento já produzido e sistematizado. No entanto, a educação anterior a escola primária, poderia proporcionar as condições adequadas para um desenvolvimento infantil autônomo.

Nossa pesquisa teve como propósito contribuir para a produção do conhecimento na área da História da Educação Brasileira, mais particularmente a paraibana,

buscando apreender o movimento de instituição dos primeiros Jardins da Infância criados na Capital paraibana, fundados por iniciativa da educadora Alice de Azevedo Monteiro, no século XX, que corresponde ao período de transição da primeira a segunda República, articulando-o aos processos de desenvolvimento da educação voltada a primeira infância.

REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006 (Coleção História).
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 9ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. Tradução de João Maia. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1983. (Biblioteca de história; v. 5).
- CAMPOS, M. M; ROSEMBERG, F. (orgs); **Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte**. São Paulo, Cortez/FCC, 1998.
- CAMPOS, M.M; ROSEMBERG, F; FERREIRA, I.M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. São Paulo, Cortez/FCC, 1993.
- CARVALHO, Roberta Costa de. **Educação da Infância na Capital da Paraíba: o Jardim de Infância na década de 1930**. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE, João Pessoa; 2003.

CORAZZA, S. M. **História da infância sem fim**. Ijuí/RS: Ed. UNIJUÍ, 2000.

FAVIANNI, da Silva. **A Eva do século XX: Analice Caldas e outras educadoras - 1891-1945**. João Pessoa, PB: PPGE/UFPB, 2007. (Dissertação de Mestrado)

FRAGO, Antônio Viñao. **Alfabetização na sociedade e na história**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

FRAGO, Antônio Viñao & ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FRAGOSO, Verônica de Souza. **Associação Pelo Progresso Feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (Década de 1930 e 1940)**. João Pessoa, PB: PPGE/UFPB, 2007. (Dissertação de Mestrado)

FREITAS, M. C. de (org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1997.

FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GÉLIS, J. A individualização da criança. In: ARIÈS, P., CHARTIER, R. (orgs.). **História da vida privada**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991, v.3, p.311-29.

GONDRA, J. G. (org.). **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

GUIRALDELLI JR., Paulo. (Org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez; Curitiba; Editora da Universidade federal do Paraná, 1997.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**: ensaios. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante, 3 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KISHIMOTO, T. **A pré-escola em São Paulo**. São Paulo, Loyola, 1988.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro, Achiamé, 1984.

KUHLMANN Jr., M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais**. Bragança Paulista, SP: EDUSEF, 2001.

KUHLMANN Jr., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 2^a ed., Porto Alegre: Mediação, 2001.

KUHLMANN Jr., M. O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: *final do século XIX, início do século XX*. In: MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p.3-30.

KUHLMANN Jr., M.. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. C., KUHLMANN JR., M. (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.459-503.

LEITE, Maria. **Educação pré-primária**. REVISTA DO ENSINO, Ano X, Maio, Junho e julho de 1942, nº 18, p. 83-85.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos.**

João Pessoa, PB: PPGE/UFPB, 2010. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de Lima. **Alice Azevedo Monteiro e os Jardins de infância na Paraíba.** *Anais* do IX Encontro Cearense de Historiadores da Educação - ECHE, e do II Encontro Cearense de Geografia da Educação - ECEGE, **Tempo, Espaço e Memória da Educação: Pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo.** Sobral-Ceará, 2010.

LIMA E MOURA, Francisco Coutinho de. **Reminiscências. Figuras e fatos da Paraíba.** Imprensa Oficial. João Pessoa, 1939.

MAGALHÃES, Josa. **O jardim de infância.** A União, 03 abr.1932.

MERISSE, A. [et al.] **Lugares da infância:** reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo:Arte 7 Ciência , 1997.

MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MONTEIRO, Alice de Azevedo. Brincar e estudar. REVISTA DO ENSINO, Ano I, Julho de 1932; nº 2, p.47-48.

____. **A Educação dos Parvulos e o Jardim de Infância.** REVISTA DO ENSINO, Ano V, Dezembro de 1937; nº 14, p.23-25.

____. **Jardins de infância.** REVISTA DO ENSINO, Ano X, abril de 1942; nº 17, p.25-26.

____. **A mulher, a criança e o lar.** BOLETIM DE EDUCAÇÃO. N. 1, João Pessoa, PB: Imprensa Oficial/ Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Parahyba, 1937, p. 73-75.

PAIVA, Bruna Maria Morais de. **Escolarização na Primeira República: organização e funcionamento do ensino noturno na Parahyba do Norte (1916-1931)**, João Pessoa, PB: PPGE/UFPB, 2010. (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PRIORE, M. D. (org). **História da Criança no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 1996.

_____. **História das crianças no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto 1999.

POSTMAN N. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Grafhia, 1999.

ROUSSEAU, J. J. **Emilio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1992.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de História da Educação**. São Paulo, Companhia Editora Nacional; 1957. (Curso de Psicologia e Pedagogia - vol. 2).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil. Conceito e Reconstrução Histórica. In: NASCIMENTO, Isabel Moura... [et al.], (Ogs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP; Autores Associados: HISTEDBR, 2007. (Coleção memória da educação).

_____. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José C. & NASCIMENTO, Maria

Isabel Moura. (Org.) **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. 1ª Edição, Autores Associados, 2005.

SILVESTRE, Agrício. **Vitrine**. A UNIÃO, 4 nov. 1934; p. 3.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo, SP: UNESP, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.) **Grupos escolares- cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal Diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

FONTES/DOCUMENTOS:

Jornal A UNIÃO, Parahyba, 1920; Jornal A UNIÃO, Parahyba, 1921;

Jornal A UNIÃO, Paraíba, 1932; Jornal A UNIÃO, Paraíba, 1933;

Jornal A UNIÃO, ano, Paraíba, 1934;

Jornal O EDUCADOR, Parahyba, Ano I; n. II; 07/11/1921,

Jornal O EDUCADOR, Parahyba, Ano I, n. XVI; 09/03/1922.

REVISTA DO ENSINO, Ano I, Julho de 1932; nº 2, p.47-48.

REVISTA DO ENSINO, Ano X, abril de 1942, nº 17.

REVISTA DO ENSINO, Ano X, Maio, Junho e julho de 1942, nº 18, p. 83-85.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO (Departamento Oficial de Propaganda e Publicidade do Estado da Parahyba) - N. 1; IMP. OFF. - João Pessoa, 1937; p. 73-75.

PARAHYBA, Estado da. **Relatório da Diretoria do Ensino.** 1933.

ANEXOS

Anexo I

Discurso proferido pela professora Alice de Azevêdo Monteiro durante a inauguração do primeiro Jardim de Infância —Oficial|| do Estado, alojado no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello.

[...] A bela oração da diretora do Jardim de Infancia é a seguinte:

—Exmo. sr. interventor federal, sr. diretor do Ensino Primario, meus colegas, senhores. A designação do exmo. sr. Interventor Federal interino, dr. Argemiro de Figueirêdo, enconbrindo a mais cativante das generosidades, encarregame do Jardim da Infancia da Escola de Aperfeiçoamento, pondo-me assim aos ombros responsabilidade igual á que assumi, atendendo ao desejo do sr. Diretor do Ensino Primario, o qual provocou tal designação.

Não se trata aqui de um —jardim de infância|| simplesmente; cogita-se antes de uma escola para o preparo de **jardineiras**.

Daqui sairão para todos os pontos do Estado as futuras pioneiras do pensamento de Froebel, sintetizado em expressão tão verdadeira e singela, que persiste sempre através o evoluir da ciencia e dos tempos, resistindo á critica dos reformadores.

Dizer **Mãe** é dizer educadora. Não é possivel entretanto transformar os lares em escola; transformemos assim a escola em lar.

Aqui chegando a criança notará algumas diferenças apenas: as mamãs não se impacientam jámais e os irmãosinhos são numerosos e quase da mesma idade, enchendo a sala toda...

Em breve tempo serão levados a notar que são eles mais numerosos ainda e não só encham as salas, mas, a terra inteira: **fraternidade...**

O Estado da Paraíba é um formidável lutador em questões de ensino. Relativamente está em condições quase idênticas às dos mais adiantados Estados da Federação|| Mantém o número de escolas que lhe é possível manter; paga um não muito pequeno número de professores. No entanto é fantástico o número de analfabetos aqui existente. Porque? Incapacidade dos professores? Não, porque jámais um professor paraibano fez figura feia ao lado dos mais competentes do País. Deficiência de métodos? E' possível que não porque o nosso professor é um esforçado, que prefere conservar as roupas no fio a deixar repousar na poeira das livrarias os compêndios de Pedagogia, que para aqui são solicitados constantemente. Porque, então?

Quem se perder alguma vez pela Torrelandia, Jaguaribe, Rogers e bairros semelhantes observará a poeira das ruas salpicada de figurinhas lamentáveis de meninos, quase sempre pardos ou negros, enlameiados e descalços, a chupar um dedo sujo, olhando-nos com esse olhar infeliz de criança sem carinhos...

As escolas públicas estão cheias e... os cursos particulares quase vazios... A não ser os dos professores de mais nomeada no **metier**, os demais se arrastam penosamente com 6 e 8 alunos o ano todo...

Apenas abertas as matrículas nas escolas públicas, são imediatamente encerradas, tal é o número de crianças apresentadas no primeiro dia.

Desejaria saber se todas essas crianças precisam realmente do auxílio público para a sua educação?! Quantas delas, tomando lugar ao garotinho triste das avenidas, poderiam frequentar as escolas particulares, onde o mestre esforçado e pauperrimo tão mirrado honorários cobra!

Gostaria que houvesse uma lei, qualquer coisa que regulasse isto; não porque pratique eu mesma o ensino par-

ricular, pois é por todos sabido o numero regular de alunos que tenho o prazer de ensinar, mas para que seja possivel se realizar em maior escala a desanalfabetização do povo.

Um garotinho daqueles que perambulam enlameiados e tristes sobre a poeira da via publica, desde que recebesse das caixas escolares ou semelhantes associações filantrópicas um par de alpercatinhas de cinco mil réis, uma roupinha e um avental de chita, estaria pronto para frequentar um dos futuros jardins da infância oficiais, onde pelo menos aprenderia a não chupar o dêdo, a conservar o corpo limpo e a não brincar na poeira...

Porque não temos reservas a contento? Porque elas não surgem milagrosamente do sólo. E' preciso que o povo se prepare para o desempenho honesto de suas humildes profissões, compreendendo que todas elas são nobres, quando exercidas com dignidade e competencia.

Tão necessario é para a felicidade da Nação que haja bons soldados, médicos, doutores da lei, como alfaiates, professores, costureiras e cosinheiras. Todos juntos formam a harmonia da vida. Antes preparar-se para bom cosinheiro ou hábil copeiro, que fazer o curso de vadiagem, catando niqueis ás esquinas, onde os deixa escapar o pessoense generoso e irrefletido em cousas de educação.

Que o professor da Paraíba ajude o povo a reservar nas escolas os seus lugares, vibrando golpe mortal ao analfabetismo, á vadiagem, á exploração dos pequeninos entes abandonados.

Quando um desses infelizes meninos me pede um níquel, desejo replicar-lhe: —dar-te-ia um banho, uma roupa lavada se quisesse e... um lugar na escola onde ensino. Um níquel não t'ó darei porque irás arrisca-lo no **bozó**, nalgum escuso recanto ou deixa-lo cair nas mãos criminosas dum tutor de ocasião.

Ha cousa de alguns dias, um visitante eventual do meu —Curso Modêlo, disse- me textualmente: —A senhora mal imagina a força moral de sua escola.

A Fulaninha - e citou-me uma das minhas adoráveis gurisinhas, era uma menina terrível; hoje é outra... bonitos modos... carinhosa...

Tenho uma boneca aguardando a idade exigida e em breve tê-la-á por aqui...

Essas palavras não eram pronunciadas pelos lábios futeis dum lisongeador de

salão, cujas frases passamos fugazes e inexpressivas aos ouvidos, quais folhas mortas açoitadas pelo vento. Eram palavras dum homem probo e leal, dum chefe de família de caráter já amadurecido no refletir às necessidades reais da vida. E... deixei que tais palavras se me conservassem em mente, animando-me com elas a revestir-se mais uma vez da armadura de combate toda forjada em fé, em serenidade e em firmeza.

Procurarei se m'ó permitir o ilustrado diretor da Escola de Aperfeiçoamento, dar a este departamento da referida escola uma orientação em harmonia com o fim a que se destina.

Será uma escola para filhos do povo, os quais aqui encontrarão com os cuidados e carinhos maternos os meios de realizar uma educação que as mães muita vez são incapazes de lhes dar. Receberão êles lições da vida pratica, adquirirão habitos de higiene, de cortezia, de solidariedade, de fraternidade.

Procurarei entregar aos cursos primários meninos fortes, alegres e disciplinados e á Paraíba jardineiras dignas dela.

Desejo vencer!

Que o Senhor me inspire!

Fonte: Jornal —A União, Ano XLII; nº 144; 04 de Julho de 1934, p. 8.

Anexo II

Transcrição da entrevista de Alice Azevêdo Monteiro no álbum de Analice Caldas publicado na Revista Era Nova.

Como se chama?

- Alice de Azevêdo Monteiro.

Qual sua divisa?

- Cumprir o dever, *fazer o bem*.

Qual o traço predominante do seu caracter? - A linha recta.

O que desejaria ser?

- Esposa, mãe educadora.

O que mais lhe desagrada?

- Ouvir dizer mal dos outros.

Qual o divertimento que mais lhe atrae? - O theatro, principalmente o lyrico.

Qual o seu passatempo favorito? - Ouvir bôa musica.

Qual o seu principal defeito? - Susceptibilidade.

Qual o erro que merece a sua indulgencia?

- O que se commete por generosidade d'alma ou ... por ignorância.

O que pensa do flirt?

- Flirt ... flôr da neve...não póde viver em nosso clima.

O que pensa da sociedade?

- Uma escada de muitos degrãos, cuja ascensão, sendo um pouco difficil, é auxiliada pelo cynismo e pela blague...

O que diz do homem almofadinha?

- Um máo enxerto na arvore vigorosa da nossa raça.

O que diz da mulher melindrosa?

- Creaturinha frágil de corpo e de alma.

Que qualidades prefere no homem?

- Apesar de não possuir a lâmpada de Diogenes, descobri um, que reúne as qualidades que prefiro.

Que qualidades prefere na mulher?

- Meiguice, bondade, altivez e sinceridade.

Qual deve ser o typo masculino? - Hoje não existe o Spartacus.

Qual deve ser o typo feminino?

- O da brasileira, que conserva a graciosidade de mestiça.

O que pensa da religião?

- Um ninho tépido para a nossa alma, em qualquer circunstancia da vida.

O que pensa do feminismo?

- Rouba alguns atractivos á mulher...

O que diz do casamento?

- O paraíso para os que se amam ... o inferno para os outros ...

O casamento deve ser a primeira ou a ultima inspiração? - Quando feliz é mais que a primeira e ultima, é a unica...

É fatalista? - Sim.

Existem verdadeiros amigos?

- Sim. Felizmente a civilização da humanidade não chegou ainda ao ponto de destrui-os todos.

Quais os seus escriptores preferidos?

- Eça de Queiroz, Julia Lopes, Zola e Flaubert.

Quais os poetas de sua preferência?

- Olavo Bilac

Qual o seu sonho de felicidade?

- O que realizei: um casamento de amor.

Conhece ou conheceu o verdadeiro amor? - Sim.

Gosta de sonhar?

- Algum tanto ... nas horas vagas, que, aliás, não são muitas.

Que côr prefere?

- O branco, côr da pureza.

Quais as sua flôres preferidas? - Cravos.

O que seu paladar prefere? - Dôces.

Qual o animal preferido?

- Entre o gato amoroso e o cão fiel, prefiro o *homem*, que mesmo nas faltas destas qualidades tem outras...

O que mais detesta?

- A má educação, a grosseria.

Qual a sua occupação favorita?

Imprimir aspecto agradável ao foyer.

É feliz? - Sim.

Em que consiste a verdadeira felicidade?

- No amor, mas, amor grande, imenso, que abranja todas as coisas, como o de Jesus.

O que lhe poderia destruir a felicidade? - A perda inesperável dos meus. *Qual a sua verdadeira vocação?* - O magistério.

O que mais lhe irrita os nervos? - O pedantismo.

Qual a época em que quizera ter vivido? - Essa em que vivo não é das peores...

É ciumenta? - Não...

O que diz do ciúme?

- Uma triste confissão de inferioridade.

O que é a vida?

- Será aquella folha morta de que nos fala Olegario Mareano.

Como se desejaria chamar? - Gosto do meu nome.

Como desejaria morrer?

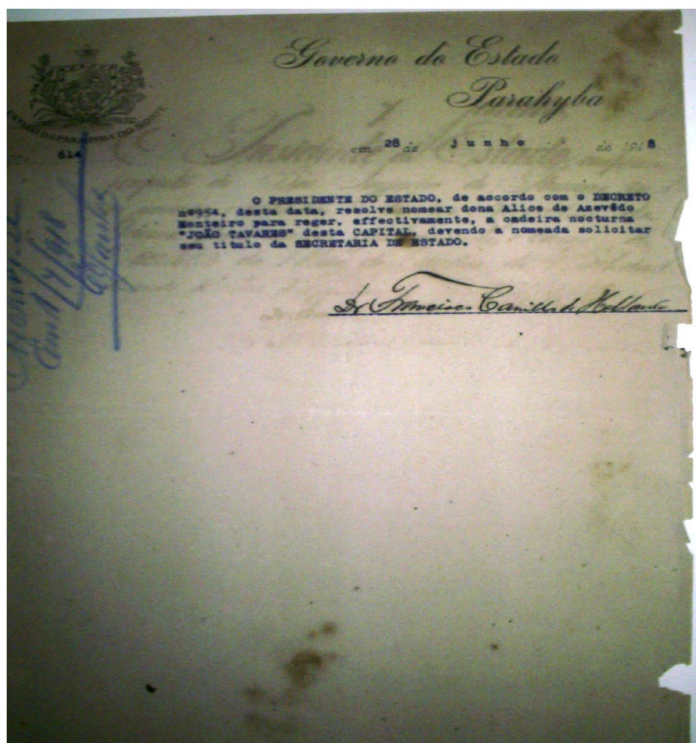
- Com o conforto da religião ao lado dos meus.

Qual o juízo que faz desse álbum?

- Um dos raios luminosos da inteligência que o criou.

Anexo III

Nomeação da professora Alice de Azevedo Monteiro para o cargo de professora efetiva da cadeira noturna João Tavares, na Capital.



Fonte: Caixa 12, volume 564 (Documento manuscrito); ano 1918. Arquivo da Histórico da Fundação Espaço Cultural - FUNESC.

O BAIRRO DE JAGUARIBE: ORIGENS, OCUPAÇÃO E FORMAS DE USO DO ESPAÇO DO BAIRRO (1930-1960)

Juliana Barros Mendonça

*O Sol nasce e ilumina as pedras evoluídas,
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas.
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas,
Não importa se são ruins, nem importa se são boas.*

*E a cidade se apresenta centro das ambições,
Para mendigos ou ricos, e outras armações.
Coletivos, automóveis, motos e metrô,
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs.*

*A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.
A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce.*

(Trechos da Música "A cidade", de Chico Science)

1 INTRODUÇÃO

Na construção do espaço urbano, o bairro pode ser observado como sendo uma espécie de micro-espaço dentro da própria cidade. O bairro se configura enquanto *locus* em que diversas experiências da vida social acontecem, tais como a moradia, o comércio, o trabalho, o lazer e outras

relações nele estabelecidas. Tais experiências suscitam a noção de pertencimento dos moradores ao referido local. Portanto, ao se configurar enquanto estrutura em que as relações sociais se concretizam, é possível afirmar que os bairros desempenham, sem dúvida, um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso do seu espaço.

Em se tratando da cidade de João Pessoa, a historiografia a respeito de seus bairros ainda é um tanto quanto negligenciada. As raras produções a respeito dessa temática são, muitas vezes, fruto da insistência e curiosidade de pesquisadores, professores e outros profissionais em deslindar o processo de urbanização da capital paraibana, além de produções elaboradas por memorialistas que, em sua maioria, não são historiadores de ofício¹. Algumas dessas pesquisas têm publicação restrita ou não chegam sequer a ser publicadas, o que contribui para que não exista, de fato, uma vasta bibliografia acerca do assunto.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo estudar o bairro de Jaguaribe através do levantamento histórico de suas origens, ocupação, processo de urbanização e formas de uso de seu espaço, abrangendo a temporalidade compreendida entre as décadas de 30 a 60 do século XX. Além disso, de forma específica, o presente trabalho objetiva analisar o processo de urbanização do bairro atrelado ao crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa no período compreendido entre as 1930 e 1960, além de proceder também ao levantamento das formas de ocupação e uso de alguns dos equipamentos urbanos nele localizados.

1 Um exemplo de trabalho dessa natureza é a obra de LIMA, João Batista de. **Oitizeiro: sua história e sua gente.** João Pessoa: Gráfica Atual, 2008.

Apesar da escassez de fontes em relação ao tema, o trabalho foi constituído com o intuito de vir a contribuir para as pesquisas que coadunam com a temática. Afinal, a ocupação e gradual processo de urbanização do bairro se configura, como já dissemos, de maneira concomitante à ocupação e urbanização da capital da Paraíba. Neste sentido, entender as origens, ocupação, crescimento e urbanização do bairro de Jaguaribe possibilita entender também, de certa maneira, como tais processos se configuraram na cidade de João Pessoa.

Uma consideração importante a esse respeito reside no fato de que este trabalho não objetiva representar uma análise memorialista, apologética ou saudosista da história do bairro de Jaguaribe, apesar de conter, em suas referências bibliográficas, obras cuja discussão centraliza-se neste tipo de análise. De forma alguma se procurou desmerecer este tipo de produção, pelo contrário, visto que, a partir dessa maneira de conceber a história do bairro é possível analisar de que forma se engendram tais versões, contribuindo assim para a análise referente à cultura histórica do bairro².

É importante ressaltar que estudar as origens, ocupação e formas de uso do espaço não só do bairro de Jaguaribe, mas também de outros bairros de João Pessoa, auxilia sobremaneira o entendimento do que podemos chamar de evolução urbana da capital, assunto um tanto quanto negligenciado dentro do fecundo campo de estudos da História Local e que, por sua vez, estabelece interfaces com outras áreas do conhecimento, tais como a Geografia, as

2 Para maiores informações sobre o conceito de cultura histórica, ver FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. In: **Saeculum** - Revista de História. João Pessoa, DH-UFPB, n.16. 2007.

Ciências Sociais, a Antropologia, a Arquitetura, a Economia, a Demografia, dentre outras.

Pelo fato da produção historiográfica a respeito do bairro de Jaguaribe se configurar como sendo um tema lacunar para a historiografia paraibana, resolvemos tratar acerca desta temática. Para tanto, ainda durante a graduação, produzimos trabalhos a respeito das origens, ocupação, formas de uso do espaço do bairro e conservação patrimonial do mesmo, além de pesquisas, leituras e investigações sobre o crescimento urbano da cidade de João Pessoa no período correspondente às décadas de 30 a 90 do século XX³.

Ademais, escolhemos tanto o tema como também a temporalidade por nós estudada, compreendida entre 1930 a 1960, pelo fato de que foi durante esse período específico que o eixo de crescimento urbano da capital paraibana passou a sofrer significativas mudanças. O espaço urbano da capital estava outrora concentrado na área que equivale atualmente à parte central da cidade e que compreende os atuais bairros do Varadouro, Centro, Roger, Jaguaribe, Tambiá e, na porção mais ao oeste, o bairro da

3 Os trabalhos por nós desenvolvidos durante a Graduação e que corroboram com a temática estudada - o bairro de Jaguaribe - foram dois. O primeiro deles intitula-se "(Re)visitando o bairro de Jaguaribe: origens, ocupação, formas de uso do espaço do bairro e conservação patrimonial" apresentado na forma de Comunicação Oral durante o XIII Encontro Estadual da ANPUH - PB, realizado no período de 28 a 31 de outubro de 2008 na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, campus de Guarabira-PB. O segundo trabalho intitula-se "(Re)visitando o bairro de Jaguaribe: origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro" apresentado na forma de Comunicação Oral durante o VIII CCHLA Conhecimento em Debate, realizado no período de 03 a 07 de novembro de 2008 no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I, João Pessoa - PB

Ilha do Bispo⁴. No século XX, mais precisamente do ano de 1950 em diante, a cidade passou a ampliar-se em direção a outras áreas, a exemplo do eixo leste, a partir da abertura da Avenida Epitácio Pessoa, na década de trinta, o que levou o crescimento da capital rumo ao litoral. Além disso, a cidade de João Pessoa expandiu-se rumo ao eixo sul e sudeste devido à influência dos equipamentos urbanos construídos durante a década de 1960, a exemplo do Campus I da Universidade Federal da Paraíba e do Distrito Industrial da cidade de João Pessoa, construído em 1963 e que se localiza nas proximidades da BR - 101, saída para Recife- PE.

Essas mudanças refletiram diretamente na configuração do espaço urbano da capital paraibana, especialmente na perda do caráter eminentemente residencial de alguns de seus bairros centrais. Nesse sentido, tem-se como exemplo Jaguaribe, bairro que passou a abranger em seu espaço não apenas residências, mas também locais destinados ao comércio e serviços, além da presença de repartições públicas que, a partir dos anos 60 do século XX, passaram a ocupar gradativamente alguns sobrados e casas outrora destinados à moradia. Parte significativa dos antigos residentes desses locais foram habitar em novas áreas de ocupação permanente da cidade, a exemplo de conjuntos habitacionais e bairros construídos no entorno da Avenida Epitácio Pessoa, tais como Miramar, Tambauzinho, Expedicionários e Bairro dos Estados, além das antigas residências utilizadas para veraneio

4 A respeito da ocupação da área da cidade de João Pessoa que compreende o bairro da Ilha do Bispo, Rodriguez; Droulers (1981) informam que esta área se localizava às margens do Rio Sanhauá e era ocupada por indígenas. Uma aldeia foi instalada no local e, após a chegada de missionários religiosos, foi denominada de Ilha do Bispo.

que se encontravam nos bairros litorâneos de Tambaú, Manaíra e, posteriormente, Bessa.

A metodologia para a realização do trabalho constituiu-se, num primeiro momento, de levantamento bibliográfico a respeito do tema. Esta etapa ancorou-se principalmente na pesquisa e obtenção de informações nas obras de autores e estudiosos que tratam acerca dos fenômenos urbanos, especialmente geógrafos, urbanistas, sociólogos e antropólogos, além de historiadores que pesquisam a respeito da evolução urbana da capital paraibana e da história dos bairros que compõem a cidade de João Pessoa. Durante esta fase da pesquisa foram realizadas também consultas periódicas aos arquivos bibliográficos dos cursos de Geografia, Ciências Sociais e Arquitetura a fim de encontrar trabalhos de conclusão de curso (monografias e/ou dissertações) que coadunassem com a temática estudada.

Com o andamento da pesquisa, fez-se necessário levantar também informações acerca do processo de urbanização e crescimento do bairro de Jaguaribe, bem como do uso dos seus espaços pelos moradores do bairro e demais habitantes da cidade de João Pessoa que, de alguma forma, travam relações sociais dentro desse espaço. Para tanto, foram realizados levantamentos sistemáticos e pesquisas em arquivos a fim de levantar uma série de livros, documentos, mapas e plantas que possibilitaram interpretações acerca dos processos de ocupação e expansão da cidade de João Pessoa e do referido bairro. Dentre os arquivos que foram visitados estão o Arquivo Público do Estado da Paraíba, localizado no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, onde foram levantadas informações coletadas nas edições do Jornal A União - órgão oficial de imprensa do Estado da Paraíba -

que estavam disponíveis para pesquisa no referido arquivo. Além desses arquivos, foi consultado também o acervo bibliográfico do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR, localizado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Com a finalidade de facilitar o entendimento acerca da temática tratada, o trabalho dividiu-se em três partes básicas, cada uma delas referente a um determinado capítulo. No primeiro capítulo apresenta-se uma análise a respeito dos conceitos de cidade e bairro pertinentes à obra de alguns autores especializados em estudos do Urbanismo, da Geografia e da Sociologia Urbana. Esse capítulo traz também uma breve caracterização do nosso objeto de estudo - o bairro de Jaguaribe - notadamente no que diz respeito à sua localização geográfica, dados referentes à população e caracterização do Vale do Jaguaribe, local onde o bairro está assentado. Finalizando o capítulo, foi escrito um panorama histórico do bairro abrangendo o período anterior à temporalidade analisada no trabalho. Dessa forma, o panorama histórico presente no primeiro capítulo abarcou dois pontos principais: a origem da área denominada Jaguaribe - que data do período colonial - e a posterior ocupação gradual das terras hoje pertencentes ao bairro e que, até o século XIX, apresentavam um caráter eminentemente rural.

No segundo capítulo foram feitas considerações sobre as transformações estruturais e sociais do bairro de Jaguaribe, atreladas àquelas ocorridas na cidade de João Pessoa, durante as décadas de 1910 a 1940. A temporalidade escolhida para análise deste capítulo objetivou destacar o início e a consolidação do processo de urbanização do bairro, além de apontar as razões pelas quais o eixo de crescimento da capital paraibana começa a se modificar.

No terceiro e último capítulo são destacadas, de maneira mais específica, as mudanças ocorridas na cidade de João Pessoa e no bairro de Jaguaribe a partir das décadas de 50 a 60 do século XX, enfatizando as novas formas de uso dos espaços da cidade e do bairro, além da chegada de novos equipamentos urbanos aos referidos locais, tais como a implantação de novos conjuntos habitacionais e de repartições públicas na área do bairro que foi, a partir de então, perdendo o seu caráter eminentemente residencial. Dessa forma, procuramos corroborar esses pontos específicos com as considerações finais acerca do tema, demonstrando que as mudanças ocorridas durante as décadas do século XX referentes ao recorte temporal deste trabalho ainda perduram, visto que se constituem inseridas em um processo dinâmico, influenciando a atual configuração do bairro e da própria cidade de João Pessoa.

2 EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO DO ESPAÇO URBANO: a cidade e o bairro

2.1 CIDADE E BAIRRO: ALGUMAS REFLEXÕES

“A cidade não pára, a cidade só cresce. O de cima sobe e o de baixo, desce”. Foi cantando o Recife como o palco das desigualdades sociais que Chico Science, falecido membro da banda Nação Zumbi definiu, à sua maneira, o que é a cidade. Como ele, porém de forma bem menos poética, alguns estudiosos de diferentes áreas se propõem a definir e estudar o que é a cidade e como se processa o fenômeno urbano.

Palavra derivada do latim *civitate*, cuja raiz etimológica é a mesma presente nos vocábulos civil,

civilidade e civilização, a cidade pode ser definida, segundo verbete da versão eletrônica do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009), como “complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, *i.e.*, dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe”.

No decorrer da história, a configuração, caracterização e importância das cidades foram características que se modificaram de acordo com os diferentes contextos históricos que contemplavam mudanças e aspectos relacionados à economia, sociedade e estruturação física do espaço urbano. Na antiga Mesopotâmia as cidades eram consideradas verdadeiros impérios cujo governo estava centralizado nas mãos de um rei, também conhecido como *lugal*, por isso eram chamadas de cidades-estado. Essas cidades eram caracterizadas por sua auto-suficiência, pelo seu afã de conquista e por governos centralizados que coadunavam com a lógica de guerra do mundo antigo - assentada na obtenção de território, na pilhagem de riquezas e na captação de prisioneiros transformados em escravos.

Outro exemplo de cidades-estado da Antiguidade foram as pólis gregas. Dotadas de governo auto-suficiente e tendo como ponto comum aspectos lingüísticos e culturais, as pólis gregas também foram um marco na existência de grandes concentrações demográficas presentes na história humana. Nesse mesmo período histórico é possível encontrar também outro grande exemplo de cidade que à época passou a ser considerada como sendo a mais importante do mundo antigo: Roma, a “cidade eterna”, cuja fundação confunde-se entre o mito e a história. A capital do Império Romano foi considerada, durante muitos séculos,

um dos maiores exemplos de concentração populacional da história.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, a vida se ruralizou na Idade Média e o contingente populacional passou a se concentrar em unidades agrícolas auto-suficientes pertencentes a senhores proprietários de grandes extensões de terra: o feudo. O temor das invasões dos povos não-cristãos, os chamados bárbaros, acabou por isolar a vida na Europa no período que compreendeu os séculos V a X. Durante um longo período de tempo estagnou-se o florescimento de grandes cidades no Ocidente.

No final da Idade Média, devido ao renascimento das atividades comerciais entre Ocidente e Oriente, tanto no decorrer como após a realização das Cruzadas, o mundo medieval, cujo maior exemplo de unidade de concentração eram os feudos, passou a se reconfigurar paulatinamente. Através da intensidade das atividades comerciais têm origem os burgos ou feiras que passaram a aglutinar, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, as atividades mercantis, reiniciando assim o processo de urbanização na Europa Ocidental. Dessa forma, cidades surgiram ou ressurgiram a partir dos burgos durante esse período.

No decorrer do percurso histórico da chamada Modernidade, as cidades tenderam a crescer, apesar da permanência de grande parte da população no espaço rural, impulsionadas também pela centralização dos Estados Nacionais Europeus, processo este intensificado nos séculos XIV e XV. Nos séculos posteriores, com o advento da industrialização, consolidada no final do século XVIII, o crescimento das cidades tendeu a se tornar mais intenso, a exemplo do que ocorreu na Inglaterra com a implantação dos cercamentos que visavam o crescimento das áreas de

pasto destinadas às ovelhas a fim de consolidar o aumento da produção de lã - principal matéria-prima das nascentes indústrias têxteis.

O estabelecimento dos cercamentos impulsionou a expulsão de considerável parcela da população campestre para as cidades industriais, locais onde os migrantes pobres acabaram por ser explorados como mão-de-obra das nascentes indústrias, trabalhando e habitando em condições insalubres, convivendo com o crescimento e o inchaço populacional que passaram a caracterizar o espaço urbano desde então.

No século XIX, não só na Europa, como também nas Américas, surgiram as grandes metrópoles, abarcando um contingente populacional cada vez maior, visto que, deste período em diante, o eixo de crescimento econômico passa a ter como principal cenário o espaço urbano, apesar da persistência da dicotomia campo-cidade e da presença, em alguns países, da maioria de sua população em áreas rurais, a exemplo do Brasil. Em nosso país, a política maciça de urbanização iniciou-se em 1930, durante o Governo Vargas e se consolidou na década de 1970, durante o Regime Militar quando, ao contrário do que ocorrera desde o período colonial, a maior parte da população brasileira passou a habitar as áreas urbanas e não a área rural.

A cidade é, portanto, no decorrer da história, caracterizada como o grande agrupamento do mundo urbano, como a concentração de pessoas num determinado espaço onde estas travam relações socioculturais, de comércio, de moradia, de enfrentamento político-militar, dentre inúmeros outros. Além disso, um ponto importante que se deve ressaltar é o fato de que a cidade, enquanto resultado do fenômeno de urbanização, se formou e de

maneira distinta para cada povo que habitava as diferentes partes do globo. Ou seja, o fenômeno urbano não se configura de maneira linear nas diversas partes do mundo no decorrer da história, apresentando, assim, características próprias para cada local em que ainda se processa, visto não estar encerrado⁵. Nessa perspectiva, é necessário indagar: a cidade se constituiu apenas como sendo a sede de um município em que reside um determinado número de habitantes? Pode o conceito de cidade ser reduzido apenas a essa categoria de classificação?

Conforme nos elucida Carlos (2005), o conceito de cidade não é definido, mas vivido pelos seus habitantes no dia a dia, na medida em que tecem as suas relações sociais nesse espaço circunscrito. A concepção de cidade para alguém que reside numa metrópole é completamente diferente da de alguém que, por exemplo, reside numa área rural e que apenas visita esporadicamente a urbe ou também de um indivíduo que vive numa movimentada metrópole e que, ao adentrar numa área rural, percebe as dificuldades em se estabelecer limites precisos entre os aspectos que pertencem exclusivamente ao campo e aqueles que pertencem exclusivamente à cidade.

Portanto, as associações e características que a cidade suscita, bem como a sua própria definição, dependem da ótica e da interpretação daqueles que convivem em seus espaços, daqueles que a elaboram e vivenciam a partir de sua própria percepção e da sua relação com os locais em que vivem e transitam. Dessa forma, pode-se afirmar que “cidade

5 Para uma melhor compreensão acerca da criação das cidades no decorrer da história, ver MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo, Editora Martins Fontes/UNB, 1982.

é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, - numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico-social". (COSTA *apud* CARLOS, 2005, p.12).

O espaço da cidade, por si só, não é um espaço uniforme, regular, mas sim recortado por fragmentos que a compõem e decompõem, por "mini-cidades" presentes em seu interior e que guardam suas próprias idiossincrasias. A esses territórios específicos, a essa espécie de "cidades dentro de cidades" denominamos "bairro". Portanto, o bairro pode ser definido como um lugar específico dentro do todo urbano, ou seja, uma das diversas partes pelas quais é composta uma cidade. De acordo com Souza (1989), a origem etimológica da palavra bairro provém do vocábulo árabe *barr* ou *bar*, cujo significado corresponde a terra, campo ou campo imediato a uma população.

O termo bairro é, portanto, um termo multiconceitual e que abrange diferentes definições que corroboram com as áreas de estudo e pesquisa às quais o conceito encontra-se relacionado. Sob a ótica do urbanismo, o termo pode ser concebido da seguinte forma: "Os bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade concebidos como [*locus*] dotado de extensão bidimensional" (LYNHC, 1997, p.52).

Em se tratando dos estudos geográficos, há os autores que observam o bairro do ponto de vista de seus aspectos estruturais, ou seja, de sua extensão, estrutura e quantidade exata de habitantes. Porém, há aqueles para os quais o bairro não pode ser caracterizado apenas por seus aspectos morfológicos ou topográficos, mas também humanos.

Com relação à primeira perspectiva, pode-se utilizar a caracterização do bairro para Ledrut (1971, p.127) visto que

considera a seguinte interpretação: “(...) o bairro deve ter certos limites na extensão que ocupa e no volume de sua população. Um bairro cujo núcleo de recursos esteja a serviço de mais de 5.000 habitantes, não é mais, em absoluto, um bairro”.

Todavia, o bairro é mais do que simplesmente um dos determinados espaços que compõem a cidade. O bairro não deve ser reduzido a um espaço geográfico qualquer inserido no espaço urbano, mas deve ser entendido como célula pulsante da vida cotidiana da cidade, lugar onde, no decorrer do tempo, se travam mudanças históricas e sociais que refletem diretamente na modificação morfológica da paisagem urbana e na vida cotidiana de seus habitantes. Assim, é por essa razão que

(...) por sua própria natureza, o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído de variadas significações conferidas pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar - seu ponto de partida e chegada. (SILVA, 1999, p.12).

Dessa forma, por ser observado como uma espécie de micro-espaço dentro do espaço urbano, os moradores estabelecem com o bairro a noção de pertencimento mais efetiva do que com o espaço maior que é a cidade, ou seja, desenvolvem um aspecto identitário em relação a este. É no bairro em que se vive que muitas relações do campo social são vivenciadas no dia a dia em locais destinados ao lazer, ao comércio, à religiosidade e onde se encontram também os lugares reservados às demandas dos serviços mais imediatos.

Nesse sentido, é importante ressaltar a possibilidade de conceber o bairro como local que traz em si uma dupla repre-

sentação: uma de natureza objetiva e outra de natureza subjetiva, tomando por base as idéias expostas pela pesquisadora Ana Fani Carlos, para quem o bairro é o local em que ocorre o “(...) imbricamento entre histórias coletivas e individuais ligadas a um fragmento do espaço metropolitano” (2001, p.229).

No bairro, a representação de natureza objetiva se dá quando o observamos em seus aspectos geográficos, geralmente voltados para a nossa própria orientação: seus limites, suas ruas, praças, avenidas entre outros equipamentos urbanos pelos quais se transita, pelos quais os moradores e transeuntes se orientam geograficamente. São esses alguns dos elementos que nos guiam, que nos dão referência dentro do espaço circunscrito.

O aspecto subjetivo, por sua vez, é representado pela relação de importância que o espaço do bairro possui para determinado indivíduo ou para uma determinada comunidade. O lugar onde se nasceu, cresceu e habitou evoca a memória. Portanto, muitos são os lugares do bairro que fazem menção a esta relação subjetiva do morador com o espaço, a exemplo da rua onde despreocupadamente se caminha, da praça enquanto espaço lúdico democrático, do mercado, do bar da esquina e das calçadas, locais em que se configuram as relações de vizinhança, em que se interage com os outros indivíduos, em que as relações sociais se estreitam. Portanto, é possível afirmar que, na relação entre indivíduo- coletividade- bairro há a formação de identidade, de pertencimento e de evocação de sentimentos dos habitantes para com o local.

Não é forçoso lembrar também que os bairros, por se configurarem enquanto *locus* onde as relações sociais acontecem - além do fato de terem a sua paisagem modificada no decorrer do tempo pela ação humana daqueles que neles residem ou que neles travam relações são, por excelência, locais

dotados de historicidade. Este caráter histórico dos bairros está assentado não apenas nas origens de sua área geograficamente circunscrita, mas também no seu processo de ocupação e nas diferentes formas de uso de seus espaços no decorrer do tempo, refletidas nas mudanças registradas em sua paisagem. São as mudanças referentes a esses aspectos que permitem as reconfigurações da estrutura e das práticas sociais inerentes ao bairro. Pode-se afirmar, portanto, que as transformações ocorridas no bairro forjam uma nova representação simbólica do local para os indivíduos que nele residem e para aqueles que transitam em seu interior. As mudanças históricas, sociais, estruturais e econômicas do bairro refletem e são refletidas no todo que é a cidade.

Antes de se adentrar especificamente no ponto central da análise deste trabalho, ou seja, nos estudos acerca do bairro de Jaguaribe realizados através do levantamento histórico de suas origens, ocupação, processo de urbanização e formas de uso de seus espaços durante as décadas de 1930 a 1960, buscou-se caracterizar o objeto de pesquisa, além de traçar um panorama histórico das transformações sociais e estruturais ocorridas no bairro numa temporalidade anterior à estudada, contemplando as suas origens e informações a respeito das primeiras ocupações do local onde hoje está assentado o bairro, correspondendo a uma temporalidade que abrange desde o período colonial até o final do século XIX.

2.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO DE JAGUARIBE

De acordo com Lima (2007), o bairro de Jaguaribe está localizado na porção central do município de João Pessoa, compreendendo uma área total de 2.448.195 m²,

distanciando- se cerca de 1,5 Km do centro da cidade. Os limites do bairro, definidos de acordo com a Lei nº. 1.574 de 04 de setembro de 1998, são os seguintes: ao norte, Jaguaribe limita-se com os bairros do Centro e da Torre; ao sul, com o Varjão e Cruz das Armas; ao leste com a Mata do Buraquinho e a oeste com o bairro das Trincheiras. Ainda segundo a mesma Lei, a área compreendida pelo bairro tem início na junção da Avenida João Machado, perpassa o perímetro composto pelas Avenidas Pedro II, Paulo Afonso, Feliciano Cirne, Rua Marcílio Dias, Avenida João da Mata e Rua das Trincheiras, tendo como término a já citada Avenida João Machado.

Procedendo a uma caracterização geográfica do bairro e tomando como base os dados obtidos através do Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000, é possível observar que o bairro de Jaguaribe “(...) possui cerca de 2% da população residente no município de João Pessoa, o que em números [absolutos] gira em torno de 14.386 habitantes, dos quais 6.186 são homens e 8.182 são mulheres” (LIMA, 2007, p.31). No tocante aos domicílios existentes no bairro, o autor nos elucida que⁶

Jaguaribe possui 3.805 domicílios registrados, dos quais 71%, ou seja, 2.489 são domicílios próprios e 29%, o que corresponde a 1.033 domicílios, são alugados. Ao relacionarmos a quantidade populacional do bairro (14.368 moradores) com o número de domicílios registra-

6 Para uma análise completa da caracterização feita por este autor acerca dos aspectos geográficos, sociais e econômicos do bairro, ver o segundo capítulo de LIMA, Glauber Floro. **A Feira de Quarta-feira em Jaguaribe**. 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

dos obtemos uma média de 3,77 pessoas por domicílio (LIMA, 2007, p.32).

Outro ponto importante acerca da localização geográfica do bairro de Jaguaribe é o fato do mesmo estar assentado na área conhecida como Vale do Rio Jaguaribe, rio este que, por sua vez, percorre várias áreas da cidade de João Pessoa. De acordo com Rafael (2003), a nascente do Rio Jaguaribe se encontra na área Sul da cidade de João Pessoa, nas proximidades do Conjunto Esplanada, entretanto, o autor não referencia de forma específica onde se localiza a nascente desse rio. O Rio Jaguaribe tem a extensão de 21km aproximadamente e perpassa a área urbana de alguns bairros e praias da Grande João Pessoa. Além dessas áreas e do próprio bairro de Jaguaribe, o percurso do rio compreende ainda os atuais bairros do Castelo Branco, Miramar e Tambaú. O Rio Jaguaribe desemboca no Oceano Atlântico, mais precisamente em lugar localizado, segundo o autor, entre as praias de Ponta de Campina, Bessa e Intermares.

De acordo com o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa (1994, p.19) o Vale do Jaguaribe está localizado

(...) na área das Zonas Especiais de Preservação, que são porções do território, localizadas tanto na área urbana como na área rural, nas quais há o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais

Assim, os aspectos geográficos ressaltados nesta análise são apenas alguns dentre os muitos outros que compõem a área do bairro de Jaguaribe. Com a finalidade de se compreender melhor as origens, ocupação e formas de uso do espaço do bairro fez-se necessária a pesquisa acerca

de sua história e das mudanças estruturais e sociais ocorridas no bairro no decorrer do tempo.

2.3 PANORAMA HISTÓRICO DO BAIRRO DE JAGUARIBE: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XIX

A cidade de João Pessoa, segundo dados da historiografia oficial, surge em 05 de agosto de 1585 com o nome de cidade de Nossa Senhora das Neves em homenagem à santa padroeira do dia de sua fundação. Em 1587 a cidade ganha o pré-nome “Filipéia” em homenagem ao soberano rei Felipe II, à época governante de Portugal e Espanha posto que, a partir de 1580, as Coroas desses países europeus estavam com os governos unificados através de um acordo político denominado de “União Ibérica”⁷.

Durante o período colonial, a ocupação da principal cidade da Capitania Real da Paraíba se concentrou no entorno do Rio Sanhauá, o mais importante ancoradouro e rota de entrada e saída de passageiros e de produtos comercializados neste território. Assim, pode se afirmar que, nos primeiros anos de colonização da Paraíba, a proximidade das construções, engenhos e povoados existentes na Capitania aos rios era de fundamental importância para a sobrevivência de seus moradores, afinal a capital da Paraíba se originou às margens do Rio Sanhauá, mais precisamente nas encostas que subiam pelas colinas em direção ao leste e, por este motivo, as suas principais moradias, prédios públicos e comerciais foram construídos no entorno desta

7 Para maiores informações sobre o processo de conquista da Capitania da Paraíba e da atual cidade de João Pessoa ver o primeiro capítulo de GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na Capitania da Paraíba -1585 - 1630. Bauru: EDEUSC, 2007

área, ao contrário do que ocorreu em outras capitais da atual Região Nordeste, tais como Recife e Salvador, que tiveram o seu eixo de crescimento partindo do litoral. Esse traçado original de ocupação da capital paraibana desde o período colonial acabou por definir, até meados do século XX, o eixo de crescimento da cidade, que seguiu da área central/fluviial para a faixa litorânea.

As origens da área da cidade de João Pessoa conhecida como Jaguaribe datam do período colonial, mais especificamente a partir do ano de 1587. Vale salientar que a área em que hoje está localizado o bairro é identificada pela historiografia como pertencente, à época da colonização da Capitania da Paraíba, ao povo potiguara, uma das diversas nações indígenas que habitavam o litoral nordestino. Uma das evidências para este fato está ancorada justamente na origem da palavra Jaguaribe que significaria “rio dos jaguares” ou “rio onde as onças bebem água”, de acordo com as pesquisas realizadas por Chagas (2000).

No ano de 1587 é concedida pela Coroa Portuguesa uma sesmaria em favor do senhor Francisco Gonçalves Serralheiro. Tal sesmaria estaria localizada na área em que atualmente se encontra o bairro de Jaguaribe, limitando-se com a região do Varadouro e com uma área indígena denominada Aldeia Braço de Peixe, área outrora pertencente ao povo potiguara, mas que, após a conquista, acaba ficando sob o domínio do povo tabajara, aliado dos lusitanos quando se consolida a conquista da Capitania:

Joam Tavares cappitão mor e governador nesta cidade de Nossa Senhora das Neves capitania da Parahyba por el rey nosso senhor faço saber aos que esta minha carta de data e sesmaria virem, que no anno do nascimento de Nos-

so Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oytenta e sete annos, aos oyto dias do mez de fevereiro do dito anno nas pouzadas de mim escrivão pareceu Francisco diz morador nesta cidade, e por elle me foi dado huma petição com um despacho do senhor Joam Tavares capitão e governador, a qual petição e despeção é o seguinte, Senhor diz Francisco Gonçalves Serralheiro assistente nesta povoação da Parahyba, em a qual está em serviço de sua majestade que a elle lhe he necessário mil braças de terra em Jaguaribe em coadra além do ryo da banda do sul e assim mais a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde he aldeã do Braço do Peixe, contestando com agoa salgada. O que se achar para nella dita terra fazer benfeitorias, pelo que pede a vossa mercê lhe mande passar sua carta de data e receberá mercê. Passe carta ao suplicante de mil braças de terra em coadra na parte que pede, de cincoenta braças da banda dos manguez no varadouro para cazas e quintal, não prejudicando aos caminhos e serventias desta povoação. “Joam Tavares”. (apud CHAGAS *et al.*, 2000, p.11).

É importante ressaltar que a ocupação gradual da área onde hoje está localizado o bairro de Jaguaribe não se deu apenas através da seção de sesmarias por parte da Coroa Portuguesa aos colonos interessados. Alguns dos súditos que suplicavam terras à administração portuguesa não chegavam sequer, por diferentes razões, a habitá-las, o que passava a qualificar esses locais como sendo “terras devolutas”, ou seja, abandonadas. Sob essas condições, a legislação portuguesa da época permitia o acesso de outros

proprietários a essas terras outrora abandonadas, desde que os mesmos fizessem uma petição formal à Coroa⁸.

Um comportamento representativo desse tipo de procedimento foi manifestado no ano de 1706, pelo capitão Manoel Gomes Pereira; morador e proprietário de sesmaria na Cidade da Parahyba. Em documento endereçado ao governador da capitania, esse capitão declarou ser conhecedor de existência de sobras de terras em quadro, a meia légua do Rio de Jaguaribe, as mesmas desejava lavrar e aproveitar em seu nome Para tanto, pedia-as junto com todos os logradouros que nelas existiam. Alegava, o requerente, que as terras suplicadas limitavam-se com as de Francisco Barboza. E como não se sabia notícias deste proprietário já há vários anos, afirmava desconhecer se as terras que considerava ser propriedade daquele, realmente eram, ou se tratavam de terras devolutas ou de algum outro proprietário, uma vez que não havia quem por elas houvesse procurado ou apresentado algum título (CHAGAS *et al.*, 1998, p.04).

8 É importante ressaltar que, na documentação pesquisada, apresenta-se um hiato de 119 anos em relação à primeira petição de terras referente à área onde hoje se localiza o bairro de Jaguaribe. Esta característica denota o quanto a ocupação da principal cidade da Capitania da Paraíba se configurou de forma esparsa e pontual. Vale destacar também que, em nossa pesquisa, não tivemos acesso a algum outro documento ou carta de petição à Coroa Portuguesa que datasse do século XVII, mas apenas aos documentos hora apresentados: o primeiro pertencente ao século XVI e, o segundo, ao início do século XVIII.

Dessa forma, caso a Coroa deliberasse a favor do proponente, as terras consideradas devolutas seriam conferidas àqueles que tivessem condições de nelas habitar e fazer benfeitorias, contribuindo assim para o processo de colonização e o projeto de ocupação engendrado pela Coroa Portuguesa na capitania.

A ocupação e urbanização da cidade colonial, portanto, engendrou-se aos poucos. Uma das características desse processo está ancorada no fato de que as principais construções da cidade da Parahyba estavam localizadas nas partes mais altas de seu traçado urbano, cuja finalidade era tanto a de denotar poder das instituições - seja da Igreja Católica ou da Coroa Portuguesa - como a de facilitar a defesa do território contra os invasores inimigos.

Outra característica concernente à cidade da Parahyba no período que perpassa desde o início de sua colonização, no século XVI até o século XIX é, conforme Chagas *et al.* (1998) o que denomina “despovoamento” da cidade. De acordo com esta idéia, duas foram as razões para que cidade se configurasse como pouco povoada em comparação a outras capitais: o desinteresse de alguns colonos em fixar residência na mesma, visitando-a esporadicamente apenas para tratar de negócios que porventura tivessem na cidade. A outra diz respeito à resistência da população indígena para se retirar das áreas ocupadas pelos luso-brasileiros desde a colonização, impedindo a fixação por completo dos colonos ao local.⁹

9 Uma outra razão pode ser apontada ainda, conforme elucidam Rodriguez; Droulers (1981) pelo fato de que o crescimento urbano e econômico da Capitania da Paraíba ter sido eclipsado pelas cidades de Olinda e Recife, à época dois dos principais núcleos urbanos não só da vizinha Capitania de Pernambuco, mas do Brasil Colonial.

A área conhecida como Jaguaribe é um exemplo disso: originalmente pertencente aos indígenas da nação potiguara e dotada de grandes porções de mata fechada, Jaguaribe só passa a ser efetivamente “anexado” ao espaço da cidade a partir do século XIX, visto que “(...) até o final do século XIX, Jaguaribe era uma área quase que desabitada, uma vez que poucas pessoas [se] aventuravam [a] residir-lo, isso por que ainda não apresentava as características que proporcionassem a satisfação as necessidades do grupo social que se urbanizava”¹⁰ (Chagas *et al.*, 1998, p.15).

A partir de 1850, mais precisamente com o surgimento da chamada Lei de Terras¹¹ durante o Governo Imperial no Brasil, alguns dos moradores da cidade da Parahyba passaram a se declarar proprietários de terras localizadas em Jaguaribe. A fim de confirmarem o *status* de legítimos donos, muitos passam a redigir documentos que comprovavam tal situação

Declaro eu abaixo assignada que sou senhora e possuidora, por título de herança de minha finada mãe a Senhora Dona Anna Joaquina de São José Henriques, de uma parte no sítio Jaguaribe, no subúrbio do mesmo nome localizado nesta cidade no valor de duzentos mil réis, cujo sítio limita com terra do sítio de João

10 Nesse caso, faz-se menção às classes sociais mais abastadas que, à época, residiam nas áreas dos atuais bairros do Centro e Varadouro e que, na transição do século XIX para o século XX, passaram a habitar as áreas das Trincheiras, Tambiá e Avenida João Machado, um dos principais corredores de Jaguaribe que, a partir de 1910, transformar-se-á numa espécie de *boulevard* da cidade, caracterizada pela construção de residências de alto padrão.

11 Para maiores informações sobre a Lei de Terras promulgada durante o Segundo Império no Brasil ver COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

Carneiro, e pelo nascente e poente com terras da Santa Casa de Misericórdia. Parahyba, 3 de julho de 1856. Maria da Conceição Henriques. Nada mais se continha em dita declaração a que me reporto. O vigário Joaquim Antonio Marques (CHAGAS, *et al.*, 2000, p.13).

A leitura de tal documento suscita a interpretação de que, por se tratar de uma área formada por matas e por apresentar características rurais, além da distância do principal núcleo urbano da capital paraibana (área que atualmente abrange o Centro e o Varadouro), Jaguaribe foi um local negligenciado para fixação de moradias até o século XIX. Quando uma nova conjuntura política e econômica emerge no país, obrigando os súditos do Império Brasileiro a registrar suas terras para que possivelmente não viessem a perdê-las, Jaguaribe passa a se configurar como território pertencente à cidade e que, mesmo que um pouco afastado do núcleo urbano principal, possuía algum valor econômico para aqueles que porventura fossem proprietário de terras lá existentes.

Assim, é possível perceber que a ocupação do bairro de Jaguaribe tende a se processar de maneira lenta e gradual desde o período da colonização até o século XIX. Na transição para o século XX, também de maneira lenta, é que a localidade passou a receber melhoramentos urbanos, graças à construção de equipamentos públicos e privados em seu espaço. Portanto, apesar desse lento processo, Jaguaribe não perde, na passagem do século XIX para o XX, as características de “um grande sítio”¹² o que, de certa maneira,

12 Na pesquisa realizada, apesar de encontrarmos várias referências ao fato de que a área hoje pertencente ao bairro de Jaguaribe apresentava feições rurais, não detectamos menção de que as propriedades existentes nessa localidade produzissem gêneros alimentícios destinados ao abastecimento

coaduna com as feições rurais de algumas outras localidades da cidade da Parahyba no mesmo período.

Dessa forma, percebe-se que a área da cidade denominada como Jaguaribe não se originou propriamente com as características de um bairro em si, mas sim com feições rurais que perduraram até o final da década de 30 do século XX, quando o bairro perpetua lentamente seu processo de urbanização e passa a sofrer, até o final dos anos 60, significativas mudanças em seu espaço, mudanças essas que coadunam também com a transformação da paisagem e do espaço físico da cidade de João Pessoa no mesmo período.

3 UM OLHAR SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DO BAIRRO DE JAGUARIBE DURANTE AS DÉCADAS DE 1910 A 1940.

Na composição das cidades o movimento de ocupação do espaço urbano caracteriza-se como sendo um fenômeno dinâmico. O espaço urbano não é imutável, ao contrário, ele é, a cada momento, reorganizado de maneira não-linear e de acordo com diversos fatores que podem ser de natureza social, econômica, especulativa, dentre outras. Portanto, é possível afirmar que as formas de ocupação do espaço de uma cidade ou de um bairro demonstram não apenas a

da capital paraibana à época (séculos XVI-XIX) A única informação que encontramos em nossa pesquisa referente a este ponto específico é o fato de que, no local onde atualmente se encontra a confluência entre as Avenidas das Trincheiras e João Machado existiu um matadouro e uma feira onde eram comercializados produtos vendidos aos viajantes que adentravam a cidade por aquele caminho. Para maiores informações recomendamos a leitura de TINEM, Nelci *et al.* Trincheiras: a expansão para o sul. In: TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais: leituras das ruas de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

mudança física em sua paisagem, mas também as mudanças econômicas, históricas e sociais que esse determinado local sofreu e sofre no decorrer do tempo.

Com o bairro de Jaguaribe não foi diferente. Este espaço da cidade que, durante muitos anos, caracterizou-se pelas suas feições rurais e por ser uma espécie de “área rural anexa” da cidade da Parahyba passou a compor a área urbana da capital no decorrer das primeiras décadas do século XX. Todavia, essa mudança se desencadeou gradualmente e, durante muitos anos, Jaguaribe continuou conservando as suas feições rurais, apesar das intervenções urbanas que marcaram as mudanças ocorridas não apenas em uma porção do bairro, mas também na capital paraibana durante as décadas de 1910 e 1920,

(...) entre as décadas de 1910 e 1920, se enviavam sucessivos esforços em promover o apagamento de rastros da cidade colonial, em sua estrutura e configuração, e na adoção de novos parâmetros estéticos nas construções, instalação e renovação de serviços urbanos da capital (TRAJANO FILHO, 2006, p. 32).

Durante as primeiras décadas do século XX a ocupação de Jaguaribe passou a se configurar de maneira mais premente. O bairro recebeu a população proveniente do interior do Estado que se estabeleceu na capital paraibana e que era composta por dois grupos sociais distintos: os abastados proprietários de terras e os migrantes pobres que fugiam das secas. O primeiro grupo era composto por membros das elites açucareira e algodoeira que, no início do século XX, passam a residir na cidade da Parahyba. Esta população de elite se estabeleceu nas áreas urbanas devido

à mudança do eixo dinâmico da economia, pois, embora a produção agrícola ainda acontecesse na zona rural, a comercialização e a exportação de mercadorias ocorriam no espaço comercial que tinha o Centro e o Varadouro como elementos vitais para a circulação, acumulação de capital e exportação de produtos agrícolas.

A parcela mais abastada da população advinda do interior do Estado instalou-se mais precisamente nas imediações da Rua das Trincheiras e Avenida João Machado, ambas localizadas nas cercanias do bairro de Jaguaribe. Essas duas artérias urbanas passaram a ser ocupadas por uma população pertencente à elite e, por essa razão, tais ruas acabaram recebendo benfeitorias por parte poder público da época:

(...) um fato emblemático que serve de baliza como marco inicial do processo de modernização da capital paraibana nas primeiras décadas do século XX é a abertura da Avenida João Machado, na região de Jaguaribe. Onde antes predominavam construções precárias em ruas aterradas e tomadas pelo mato, abriu-se um *boulevard* extenso e largo, que facilitava o acesso a essa área da cidade que iniciava um processo de ocupação pelas classes mais abastadas que fugiam dos sobrados do Centro. A regularidade da nova via afirmava-se como um gesto simbólico de negação do passado tortuoso das ruelas coloniais e de suas pragas. A

13 De acordo com PETTI (2002, p.65), *bouvelard* significa “passagem sobre a muralha de uma cidade fortificada, palavra de origem alemã *bollwerk* que significa baluarte”. Conforme a versão eletrônica do Dicionário Aurélio (2009), a versão em português da palavra seria “bulevar” e esta significa “rua larga e arborizada; avenida”.

modernidade ensejada parecia se avistar sem empecilhos na perspectiva retilínea da Avenida João Machado (TRAJANO FILHO, 2006, p. 33).

Não apenas essa porção do bairro de Jaguaribe, mas também parte da área central da cidade da Parahyba “mergulhava” nas novidades e mudanças trazidas pela modernidade¹⁴. Conforme informações de Chagas (2004), a capital paraibana “fervilhava” a esta época, sobretudo nas ruas do Varadouro, locais em que se concentrava o seu comércio, ou seja, na Rua Maciel Pinheiro - antiga Rua do Comércio - e Rua Barão do Triunfo. Nessas artérias, as vitrines das lojas ostentavam os modelos de última moda advindos de cidades como Recife¹⁵, Rio de Janeiro e Paris. Os anúncios publicitários dos jornais - meio de comunicação que se direcionava a uma elite letrada - se configuravam como verdadeiros “convites” para o consumo.

Assim, não só a cidade da Parahyba se modernizava e modificava, mas também a rotina de seus moradores sofreu mudanças. Dentre outros fatores, foram responsáveis pela nova configuração da vida cotidiana as inovações proporcionadas pelo emprego de novas tecnologias, a exemplo do advento da luz elétrica, dos bondes e do

14 Nossa análise das mudanças ocorridas na cidade da Parahyba no início do século XX está pautada no capítulo intitulado “Urbanidade, modernidade e cotidiano” In: CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

15 Para maiores informações acerca dos reflexos do processo de modernização na cidade do Recife, ver OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo: memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (Século XX). In: **Saeculum** - Revista de História. João Pessoa, DH-UFPB, n.16. 2007.

saneamento das principais ruas da cidade. Os habitantes pertencentes ao estrato mais elevado da população deveriam se portar e se vestir como pessoas “modernas”. O consumo funcionava como uma espécie de “passaporte” capaz de conduzir esses cidadãos a uma condição de vida “cosmopolita”, o que - guardadas as devidas proporções - coadunava com as configurações de outras grandes cidades do Brasil e do mundo, cujas mudanças, melhorias urbanas e aformoseamento de seus espaços públicos e privados serviam de modelo para a capital da Parahyba.

Foi durante o governo de Camilo de Holanda (1916 - 1920) que a capital recebeu a visita de arquitetos de renome nacional e internacional que, por sua vez, tinham como finalidade o embelezamento dos espaços públicos da cidade à moda européia. De acordo com Chagas (2004), os arquitetos¹⁶ que aqui estiveram aceitaram também a incumbência de reformar ou construir residências de alto padrão de forma a atender aos pedidos de alguns membros da elite que, à época, se estabeleciam nas proximidades da Rua das Trincheiras. Essas moradias, algumas construídas ou reformadas em estilo neoclássico - tendência arquitetônica tão em voga na Europa à época - possuíam amplos terraços ou varandas que facilitavam a circulação do ar, características que coadunavam com as indicações de salubridade tão difundidas pelos sanitaristas do início do século XX.

É importante ressaltar que na Rua das Trincheiras se encontravam também residências de menor porte, ou seja, casas simples, sem terraços ou varandas e que serviam de

16 Nesse grupo de arquitetos que vieram à época à capital estavam os italianos Fiorillo, Dilascio e Goia, além dos brasileiros Otávio Freire e Clodoaldo Gouveia.

habitação para pessoas que possuíam um poder aquisitivo mediano, a exemplo de funcionários públicos, empregados do comércio, profissionais liberais, comerciantes de pequeno porte, dentre outros. Essas habitações dividiam o espaço com os chamados “casarões” ou “palacetes” da citada rua.

Outro espaço de moradia da cidade cuja ocupação era majoritariamente de profissionais liberais provenientes da classe média era formado pelas ruas Direita e Nova, respectivamente as atuais ruas Duque de Caxias e General Osório. Nesses logradouros estavam localizadas casas mais simples que se caracterizavam por serem geminadas ou conjugadas. Algumas dessas residências eram compostas por dois pavimentos: um térreo e um primeiro andar. Por essa razão, seus habitantes geralmente possuíam um estabelecimento comercial ou de serviços na parte inferior, residindo com a sua família na parte superior do imóvel, conferindo assim ao espaço central da cidade uma dupla utilização: uma como moradia e outra destinada às atividades de comércio ou serviços.

Devido às melhorias públicas advindas através do emprego de novas tecnologias, a exemplo da luz elétrica e dos serviços de transporte realizado através dos bondes, as residências deixavam de ser, aos poucos, os únicos espaços de sociabilização dos habitantes da cidade. Fazia-se necessário para esses moradores ostentar a sua condição de “modernos” nos lugares em que pudessem ver e serem vistos. Esses lugares eram as praças existentes na cidade.

Uma das praças mais freqüentadas por parte dos representantes da elite da capital era o chamado Jardim Público, a atual Praça João Pessoa. Nessa e em outras praças era comum a realização de retretas para divertir os freqüentadores. As retretas eram breves audições musicais

que traziam um seletivo repertório de músicas instrumentais. Tais músicas eram, geralmente, executadas por bandas marciais.

Com a finalidade de zelar não apenas pela integridade do espaço físico das praças, mas também pela “moral e bons costumes” por parte de seus frequentadores, era comum a existência, em cada praça, de um zelador. As praças à época, a exemplo do próprio Jardim Público, também eram protegidas por grandes gradis de ferro¹⁷, além de possuírem um portão que geralmente era fechado a cadeado e cuja chave ficava em poder do zelador do local. Esses espaços de sociabilidade eram, portanto, restritos às classes sociais mais abastadas. O acesso da população de baixo poder aquisitivo a estes locais se dava, em geral, quando membros deste estrato social realizavam trabalhos no próprio Jardim Público ou nas áreas próximas a este.

Apesar da realização das modificações urbanas e pelo fato dos espaços de diversão/sociabilização se concentrarem nas áreas da cidade ocupadas pelas elites, deve-se lembrar que não somente os membros desse estrato social compunham a população da cidade e, por conseguinte, do bairro de Jaguaribe. Nas primeiras décadas do século XX ocorreu à cidade da Parahyba uma significativa parcela de migrantes de origem rural cujo principal objetivo era fugir, literalmente, das intempéries naturais que ocorriam em algumas cidades do interior do Estado, notadamente a seca. Conforme nos elucidou o geógrafo Milton Santos, esse é um fenômeno que ainda ocorre nos dias atuais, visto que

17 Segundo informação fornecida pessoalmente pelo historiador Waldeci Ferreira Chagas em 30/05/2009, os gradis outrora pertencentes ao Jardim Público estão atualmente protegendo o Cemitério Senhor da Boa Sentença, localizado no Varadouro.

O espaço produtivo propriamente dito é cada vez mais a cidade, onde também as populações humanas se concentram mais. A cidade se torna ainda um meio de trabalho para a maior parte da população ativa e o meio de existência para a maior parte das pessoas (SANTOS, 2009, p. 115).

O acesso à moradia para a população pobre foi facilitado por instituições de caridade de caráter religioso que aforavam terras para esses migrantes. Uma das instituições que realizava o trabalho de aforar terras aos mais necessitados era Santa Casa de Misericórdia da Parahyba.

Procedentes das diversas cidades do interior da Parahyba, as famílias pobres, ao chegarem à capital, procuravam em Jaguaribe um lugar para morar. Como os proprietários dos sítios e terrenos não os habitavam, alocavam essas famílias. Essa medida reproduziu na cidade a rede de proteção às classes pobres e foi eficaz, sobretudo por que se tornou indispensável à manutenção da ordem, à medida que tirava as famílias pobres da rua e impunha-lhes o controle. Os proprietários dos sítios foram incentivados pelos provedores da Santa Casa de Misericórdia, que não se cansavam de recomendar aos proprietários de terras a colaboração com os necessitados (CHAGAS, 2004, s.p).

Esta população de migrantes alocados em Jaguaribe geralmente residia em pequenos casebres, muitos deles com o teto coberto por palha. Os migrantes encontravam meios de se manter precariamente na capital por que conseguiam

trabalho à custa de pequenos biscates ou empregos de baixa remuneração nas áreas próximas a Jaguaribe. Esses trabalhadores geralmente exerciam as profissões de alfaiate, sapateiro, costureira, empregada doméstica, estivador, entre outros. Muitos trabalhavam nas cercanias da área central da cidade, mais precisamente no Porto do Capim e no Varadouro. As empregadas domésticas, por sua vez, atendiam as famílias que residiam em áreas como Trincheiras e o Centro.

Entretanto, apesar de ter recebido este afluxo de moradores durante as primeiras décadas do século XX, Jaguaribe ainda não apresentava infra-estrutura condizente para isso. Foi a partir da efetiva modernização da cidade da Parahyba na década de 1910 que algumas das benfeitorias direcionadas às áreas centrais chegaram ao bairro, porém elas se restringiram aos lugares que se encontravam geograficamente mais próximos do Centro ou que eram habitados pela população de maior poder aquisitivo.

No mais, em outros lugares do bairro, os próprios moradores procuraram melhorar as condições de vida, a exemplo das áreas destinadas ao tráfego visto que, conforme nos elucida Chagas *et al.* (2000), as primeiras ruas do bairro foram abertas pelos próprios moradores e não pelo poder público, a exemplo das ruas Vera Cruz (Aderbal Piragibe), Rua da Concórdia (Senador João Lira), Rua do Meio (Maximiano Machado), Rua da Glória (antiga Minas Gerais e atual Monsenhor Almeida), Rua da Alegria (atual Almeida Barreto) e Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino). À medida que essas artérias iam sendo abertas, surgiam os primeiros quarteirões, visto que eram compostos por ruas paralelas e transversais, conferindo ao bairro as suas primeiras feições de paisagem urbana.

As condições efetivas de salubridade e higienização ficaram restritas à área em que as residências arrojadas do bairro se faziam presentes. A população das extensões mais periféricas de Jaguaribe, porção do bairro em que se localizavam as casas simples, os pequenos casebres de palha e as bodegas¹⁸, continuou sendo negligenciada durante as décadas iniciais do século XX, ou seja, continuou sem receber as benfeitorias que foram realizadas pelo poder público na porção do bairro em que se localizavam as residências de alto padrão. Jaguaribe, portanto, passou a se configurar nesse período como área da cidade destinada à fixação da população pobre. Dessa forma, “No que se refere especificamente ao bairro de Jaguaribe, foi a condição social, ou seja, o fato de ser [lugar de] pobre que possibilitou aos indivíduos a identificação com este lugar (...)” (CHAGAS, 2004, s. p).

Dessa forma, Jaguaribe era reconhecido pela população da cidade da Parahyba como “lugar de pobre”, lugar insalubre e excluído das benfeitorias urbanas ditas modernas que já despontavam em outras áreas da capital, a exemplo da água encanada, da iluminação pública e do saneamento existente no perímetro do Centro da cidade. Um dos fatos que comprovam esta condição de Jaguaribe enquanto zona periférica da capital foi a epidemia de varíola que grassou na Parahyba nas primeiras décadas do século XX¹⁹. Além da varíola, a febre amarela foi outra doença que

18 As bodegas são pequenos estabelecimentos que comercializavam gêneros alimentícios e demais produtos de primeira necessidade. Posteriormente, esses estabelecimentos passaram a ser conhecidos como “vendas” ou mercearias cujos proprietários faziam uso, em sua contabilidade, das vendas anotadas em cadernetas - o popular “fiado”.

19 Para maiores detalhes sobre o assunto, ver o item “Salubridade e higienização” presente no capítulo 5 “O bairro de Jaguaribe no contexto da

contaminou e provocou mortes durante o mesmo período. Dada as suas características de lugar insalubre, sem calçamento, limpeza e saneamento básico, Jaguaribe foi visto pelas autoridades políticas e sanitárias como uma espécie de “corpo infecto- contagioso” que precisava de “tratamento adequado” para consolidar a erradicação dos focos de doenças que se concentravam na área, visando impedir que as mesmas se espalhassem para o restante da cidade.

É importante lembrar que, no início do século XX, as práticas sanitaristas eram tratadas, grosso modo, como “medicina vestida de polícia”²⁰. A responsabilidade pela emergência de epidemias e pelas condições de insalubridade e falta de higiene em que se encontravam as localidades mais pobres não era imputada ao poder público, mas sim aos próprios moradores. Tal opinião era, inclusive, partilhada por alguns membros da categoria profissional dos médicos e por representantes da Administração Pública,

Na compreensão do prefeito Walfredo Guedes Pereira, a insalubridade das ruas de Jaguaribe se devia aos maus hábitos de higiene dos moradores do bairro. Esse prefeito julgava-os ignorantes e insistiu na necessidade deles adotarem os preceitos de uma vida saudável e [que] colaborassem com a salubridade; só assim a cidade

cidade da Parahyba” que se encontra em CHAGAS, Waldecir Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Recife, 2004. (Tese de Doutorado/PPGH/UFPE).

- 20 Para mais informações a respeito da Primeira República e das práticas sanitárias aplicadas nesse período no Brasil, mais especificamente na capital federal, o Rio de Janeiro, ver CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

estaria livre das imundícies que ameaçavam os seus habitantes (CHAGAS, 2004, s.p).

Em suma, as epidemias eram interpretadas como sendo culpa da própria população e de sua “falta de educação e compostura” e não pelo fato dos governantes negligenciarem a construção de obras visando melhoramentos urbanos que proporcionassem as condições básicas de higiene e moradia nas áreas mais pobres da cidade, a exemplo de Jaguaribe.

Sem que as ações efetivas de combate às epidemias fossem tomadas por parte das autoridades responsáveis, o poder público limitou-se a incentivar a campanha de vacinação no bairro e em suas adjacências. A ordem de vacinação deveria ser cumprida a todo custo, mesmo que para isso fosse necessário invadir residências fechadas ou usar a força policial que acompanhava os médicos ou agentes sanitários durante suas incursões pelo bairro. Portanto, antes de se configurar numa ação planejada visando à conscientização dos habitantes das áreas mais pobres, essas ações assumiam um caráter repressor e discriminatório.

Porém, é importante ressaltar que nem todas as autoridades médicas da cidade da Parahyba apoiavam as decisões tomadas pelo poder público com relação ao combate das epidemias. Um dos principais opositores aos métodos profiláticos adotados pelo governo da época era, de acordo com Chagas (2004), o médico José Maciel²¹. Para este médico não seria possível haver o combate eficaz às doenças encontradas na área se o próprio bairro não fosse dotado de

21 Para maiores informações, seguindo as sugestões de CHAGAS (2004), recomendamos pesquisa no Livro de Ata de Reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba entre os anos de 1925 a 1928.

infra-estrutura básica que garantisse condições dignas de higiene, limpeza e, por conseguinte, saúde para a população que nele residia.

Conforme o exposto, apesar da ausência de uma política efetiva de melhoramentos urbanos, o bairro acabou ganhando algumas melhorias através da criação de equipamentos relacionados à educação e à religiosidade. Com objetivo de atender à elite agrária que por hora se fixara na cidade, em especial na Rua das Trincheiras, foi criada uma espécie de “rede de serviços” privados e religiosos nas proximidades dessa artéria do bairro. São exemplos da chamada “rede de serviços” a criação do Curato de Nossa Senhora do Rosário (1923) e construção da matriz do bairro que tinha o mesmo nome e foi concluída na década de 30, além da criação do Externato Sagrada Família, visando à educação das “filhas da elite”.

A população pobre passou a contar também com alguns benefícios como o Orfanato D. Ulrico, instituição criada em 1912 e posta em funcionamento no ano de 1922, cuja direção estava a cargo das Irmãs da Ordem de Santa Catarina de Sena. Esse local tinha como função acolher as filhas das famílias migrantes pobres recém-chegadas à capital e que não tinham condições de criá-las. Nessa instituição de longa permanência as garotas aprendiam uma profissão, como a de costureira ou de empregada doméstica. Ao completarem idade suficiente para serem devolvidas às suas famílias, caso não quisessem optar pela vida religiosa, as meninas eram, na maior parte das vezes, encaminhadas para trabalhar nos lares das famílias da elite paraibana, as mesmas famílias cujas doações mantinham aberta a instituição e garantiam o funcionamento de seus cursos.

Nas primeiras décadas do século XX o bairro também foi contemplado com a construção de um chafariz erguido

na antiga Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino) em 1913. É válido destacar também que o serviço de iluminação pública foi instalado na mesma rua na década de 30. Assim, é possível apontar para o fato de que a Rua da Palmeira foi, das artérias do bairro, uma das que mais receberam melhoramentos urbanos no início do século XX por conta de ser uma das principais artérias de ligação entre Jaguaribe e o Centro.

Do ponto de vista dos transportes públicos, Jaguaribe passou a contar, em 1932, com o serviço de bonde cuja finalidade era a de atender ao segmento populacional do bairro que se deslocava do mesmo para trabalhar no Varadouro e no Centro. De acordo com Chagas (2004), o bonde contava apenas com o funcionamento e horário restritos aos dias úteis. As viagens eram realizadas no início da manhã, quando os trabalhadores se deslocavam para suas jornadas de trabalho, e ao fim da tarde, quando retornavam às suas residências.

No que tange ao aspecto das residências encontradas no bairro, a arquitetura das casas existentes à época era um elemento que, sem dúvida, demonstrava o poder aquisitivo de seus moradores. Nas proximidades da Rua das Trincheiras e Avenida João Machado, eram recorrentes os palacetes dotados de terraços amplos, grandes janelas, varandas e que apresentavam áreas verdes, tais como jardins e pomares. As casas dos moradores pobres, ao contrário, eram minúsculas, contando apenas com porta e janela frontal, sendo conjugadas ou geminadas às casas vizinhas, quando não eram construídas de alvenaria ou mesmo de taipa, tendo o teto coberto por palha.

Tal diferença social suscitou uma espécie de “linha divisória” entre duas áreas do bairro às quais autores, como

Ribeiro (2000), fazem referência como sendo “Jaguaribe de Cima” e “Jaguaribe de Baixo”. Segundo este mesmo autor, a divisão desses “dois bairros dentro de um só” tendeu a se acentuar, notadamente nos anos 40 do século XX, e pode ser percebida até os dias atuais. Todavia, é possível observar que esta divisão entre a área nobre e a área pobre do bairro foi consequência da própria dinâmica de ocupação do espaço do mesmo, pois

(...) a forma de acesso à terra resultou na configuração de dois espaços distintos. Enquanto a área do bairro, localizada à direita da Rua Aderbal Piragibe ([correspondente à Rua das] Trincheiras) configurou-se [como] o espaço da elite e foi beneficiado com os serviços de melhoramentos urbanos da cidade, a área à esquerda dessa rua ficou à mercê dos serviços de melhoramentos urbanos. Essa foi ocupada pela gente pobre, pessoas comuns que chegando à capital da Paraíba em busca de meios de vida, recorreram às instituições de caridade que as alojaram nessa artéria de Jaguaribe. (CHAGAS *et al*, 2000, p.19).

Nesse sentido, no que concerne a ocupação do bairro de Jaguaribe, uma interpretação crítica pode ser levantada: até que ponto a cessão ou o aforamento de terras por parte das instituições religiosas (Santa Casa de Misericórdia, Ordem dos Franciscanos, entre outras) para a população de migrantes pobres que advinham do interior pode ser percebida apenas como “um ato de caridade”? Não teria a elite, através disso, uma espécie de controle dos espaços da cidade que podiam ser ocupados, afastando os pobres para as áreas mais periféricas da urbe, separando-os ao máximo

do convívio nas áreas ditas melhoradas e civilizadas da capital? Este é um ponto que merece reflexão e investigação mais apurada por parte dos historiadores²².

Nos anos 40 do século XX o bairro de Jaguaribe, apesar de se configurar enquanto área próxima ao Centro da cidade e, por conseguinte, ao principal núcleo urbano da capital, ainda apresentava feições rurais, a exemplo da permanência de casas de taipa e casebres em algumas de suas ruas.

À época, Jaguaribe continuava sendo servido pelo bonde, principal meio de transporte que atendia à população do bairro, notadamente ao estrato social mais pobre, diminuindo a distância entre o bairro e o Centro. Além da linha que trafegava diretamente pelo bairro, segundo Ribeiro (2000), existiam linhas de bondes maiores cujos trajetos e alguns pontos de parada ficavam próximos às cercanias do bairro, a exemplo dos bondes que se dirigiam de Cruz das Armas ao Centro e que serviam como mais uma opção de transporte aos moradores de Jaguaribe. De acordo com o autor, por apresentar menor capacidade para passageiros por conta de seu tamanho, o “bondinho de Jaguaribe”, como era conhecido, também fora apelidado pelos moradores do bairro com as alcunhas de “lore”, “lambreta” e “caixa de fósforos”.

No que diz respeito ao encanamento e saneamento do bairro é possível perceber que, ainda na década de 40, este não fora completamente saneado. Prova disso era a existência de um chafariz localizado nas imediações da

22 Em sua tese de doutorado, o historiador Waldecir Ferreira Chagas iniciou uma discussão a esse respeito: “Se isso assegurou às classes pobres a oportunidade de sobrevivência e um lugar para morar, também se constituiu num meio de mantê-las isoladas e controladas” (CHAGAS, 2004, s.p.).

avenida 1º de Maio com a Rua Alberto de Brito. A água do dito chafariz não era distribuída gratuitamente, mas sim comprada. A atividade de carregar água para as residências, portanto, era um hábito comum para os moradores de Jaguaribe:

Carregar água era tarefa de crianças e adultos nos anos 40, e mesmo no início dos anos 50. Uns para encher as formas de barro de suas casas, outros faziam esse trabalho para as residências de várias pessoas daquela área ganhando dinheiro com essa atividade (RIBEIRO, 2000, p.33).

Ainda no que concerne às condições de saneamento, um ponto curioso era a existência de uma espécie de “quartinhos de banho” muito utilizados pelos moradores que não tinham condições financeiras e até espaço para armazenar em suas casas uma grande quantidade de água, exceto aquela que fosse de uso emergencial, ou seja, para beber e cozinhar²³.

O gradual adensamento populacional verificado em Jaguaribe nos anos 40 continuou a perpetuar a divisão social perceptível durante o processo de ocupação iniciado nas décadas anteriores. Portanto, a denominação “Jaguaribe de Cima” e “Jaguaribe de Baixo” não se configuraria apenas como uma “separação simbólica” no território pertencente ao bairro, mas sim numa diferenciação social que correspondia à realidade. Assim, os moradores que residiam na parte “de Cima” de Jaguaribe habitavam as residências mais belas e espaçosas do bairro, além do fato das mesmas estarem locali-

23 Para maiores detalhes, ver o capítulo “Jaguaribe: meu novo lar” In: RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe**: um passeio histórico de 1940 a 1970. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

zadas nas áreas que receberam a maior parte das melhorias urbanas. Faziam parte desse conjunto de artérias do bairro, segundo Ribeiro (2000), as ruas Aderbal Piragibe, Osvaldo Pessoa, Capitão José Pessoa, Monsenhor Almeida, Maximiano Machado (antiga Rua do Meio) e Vasco da Gama.

O chamado “Jaguaribe de Baixo”, por sua vez, era composto pelas seguintes ruas: Carmelo Ruffo, Professor Renato C. da Cunha, Senhor dos Passos, Praça Aquiles Leal (antiga Praça Onze), Alberto de Brito, 12 de outubro, 1º de maio e Floriano Peixoto. É importante ressaltar que, nas fontes pesquisadas, não observamos qualquer menção que justificasse, de maneira direta, o emprego da denominação “Jaguaribe de Cima” e “Jaguaribe de Baixo”. Na nossa interpretação, tais alcunhas devem se referir às condições sociais dos moradores que residiam nessas áreas do bairro, sendo os “de baixo” os de menor poder aquisitivo e os “de cima” os que apresentavam melhores condições sociais.

Não encontramos qualquer ligação entre essas alcunhas e o aspecto geográfico do bairro, ou seja, ao fato da região “de cima” se referir à parte mais alta do bairro e a “de baixo” fazer menção à parte mais plana do dito local, até por que, pela sua configuração geográfica e pelo fato de estar localizado em um vale (Vale do Rio Jaguaribe) o bairro é, em suas feições topográficas, uma grande planície. A exceção no que se refere ao traçado plano do bairro é a região da Rua João da Mata em que foi construída a Balaustrada, ainda durante o governo de Camilo de Holanda (1916-1920), cuja configuração separa o bairro de Jaguaribe da depressão existe à frente do referido logradouro, local onde hoje se encontra a comunidade Saturnino de Brito²⁴.

24 Saturnino de Brito (1864 - 1929) foi o engenheiro responsável pelas obras de saneamento realizadas na capital da Paraíba durante as primeiras décadas do século. Este engenheiro foi responsável também pelo planejamento do

Nessa perspectiva, tendo em vista coadunar com a discussão acerca da ocupação dos espaços do bairro de acordo com a divisão social que se configurou no mesmo, lembremo-nos que este fato também ocorreu durante o processo de ocupação do espaço urbano como um todo, principalmente no que diz respeito à valorização de certas áreas da cidade em detrimento de outras, pois “Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado” (SANTOS, 2009, p. 122). Portanto, a presença/ausência de melhorias urbanas constituiu-se num fator determinante na ocupação do espaço do bairro de Jaguaribe, em parte distintas, por diferentes classes sociais.

A diferenciação social tão presente no bairro de Jaguaribe acabou contribuindo para que o mesmo fosse conhecido, ainda na década de 40, como sendo um local onde se realizavam diferentes manifestações culturais²⁵, predominando as de caráter religioso.

As missas realizadas aos domingos significavam para os moradores do bairro mais do que uma obrigação religiosa ou simples ato de devoção. Elas se constituíam também

traçado de saneamento de outras capitais brasileiras, a exemplo de Vitória, no estado do Espírito Santo. Nos anexos desse trabalho estão algumas plantas propostas por ele para a realização das obras de saneamento das principais vias da capital paraibana na primeira década do século XX. Para maiores detalhes a respeito de seu trabalho, recomendamos a leitura de SOUSA, Alberto *et al.* Inovação no urbanismo brasileiro da Primeira República: o traçado de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana. In: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp361.asp> Acesso em 28 de setembro de 2009.

25 Nossa análise a respeito da vida cotidiana do bairro na década de 40 está pautada no capítulo “Jaguaribe: lazer de sua gente” presente In: RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe**: um passeio histórico de 1940 a 1970. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

como eventos sociais em que as famílias se encontravam e se confraternizavam. No entorno da Igreja Matriz comentava-se sobre os mais diversos assuntos: a política local e nacional, o desempenho dos clubes de futebol, notícias de pessoas que haviam migrado para “ganhar a vida” em outras cidades - a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo, a preparação das festas de casamento e batizado dos amigos e familiares, entre outros assuntos. Nessas ocasiões conversava-se a respeito de tudo, inclusive sobre aqueles que haviam falecido há pouco ou há muito tempo atrás...

Assim, as atividades religiosas favoreciam o clima de espontaneidade, integração e intimidade entre as pessoas, o que proporcionava também momentos propícios para “flertes” e namoros entre os jovens que residiam no bairro e em suas áreas adjacentes.

A festa em homenagem à padroeira do bairro - Nossa Senhora do Rosário - se configurava como um momento prazeroso para a população de Jaguaribe, desde os seus preparativos até a realização da última noite do novenário. A festa era realizada no mês de outubro e, nessa ocasião, as pessoas se divertiam em barracas de jogos, pavilhões e parques de diversões dotados de carrossel, balanços, rodas-gigantes e outros brinquedos que encantavam crianças e adultos. O bairro, pelo menos por alguns dias, revestia-se da “áurea de inocência” das cidades do interior, cidades essas onde estavam assentadas as origens de muitos dos descendentes dos migrantes que ocuparam Jaguaribe desde as primeiras décadas do século XX.

O Natal era, ao mesmo tempo, uma festa íntima e familiar, mas que acabava se perpetuando no espaço público das ruas, sobretudo no que diz respeito à organização das lapinhas, que dividiam a preferência dos moradores do

bairro entre os cordões azul e encarnado. As lapinhas perpetuavam as suas apresentações por todo o período natalino e as estendiam até o chamado “momento do queima”²⁶, que ocorria sempre na noite de Reis, ou seja, no dia 06 de janeiro. Ainda sobre as tradicionais lapinhas, é possível afirmar que

Com a venda de votos ganhava um dos cordões - Encarnado [vermelho] ou Azul - dependendo dos simpatizantes de uma das correntes ou, de um padrinho rico de uma das componentes do grupo. O esforço dos familiares e amigos era de grande valia. A festa, no final do dia da “queima”, era espetacular, esplêndida. As roupas, os diademas, todos coloridos e iluminados com pequenas luzes conectadas a pilhas davam um aspecto singular ao espetáculo (RI-BEIRO, 2000, p.60).

As festas juninas, tradição que faz parte do imaginário do povo nordestino, também havia se consolidado no bairro como um dos momentos de diversão mais esperados do ano. À maneira do que se fazia nas cidades do interior, Jaguaribe possuía quadrilhas que dançavam nas noites festivas. Era comum os moradores se reunirem para enfeitar as ruas com bandeiras e balões. Nas bodegas e nas barracas da feira livre era comum comercializarem-se fogos de artifício que animavam as crianças e jovens, além dos ingredientes para

26 O momento do “queima” caracterizava-se pelo encerramento da lapinha quando os pavilhões que abrigavam os cordões de pastoras eram, literalmente, queimados, simbolizando a renovação pela passagem de mais um período natalino e ensejando um clima de nostalgia e despedida pelo ano que havia passado.

preparar as comidas típicas da época, a exemplo de canjica e pamonha.

No tocante às diversões de caráter lúdico não-religioso, destacava-se o carnaval. Segundo Ribeiro (2000), Jaguaribe era conhecido na cidade de João Pessoa como um verdadeiro “recanto de agremiações carnavalescas”, desde troças, cordões de frevo e até clubes carnavalescos e escolas de samba. Além do carnaval de rua, realizavam-se também as famosas “festas de clubes”, a exemplo dos tradicionais bailes carnavalescos do Clube Cabo Branco que, à época, possuía uma sede social no bairro.

Outras opções de diversão existentes no bairro eram os cinemas. Jaguaribe, a exemplo de outros bairros da capital²⁷, possuía cinemas bastante freqüentados por espectadores de todas as idades. Eram eles o Cine Jaguaribe e o Cine São José.

O Cine Jaguaribe foi inaugurado no ano de 1933 e localizava-se na confluência entre as ruas Capitão José Pessoa e Aderbal Piragibe. Nas telas do dito estabelecimento era comum a exibição de filmes hollywoodianos e dos chamados seriados. Esses últimos eram exibidos em partes e geralmente possuíam duração de uma semana.

É importante registrar que, de acordo com Ribeiro (2000), a divisão social existente no bairro se refletia também dentro do próprio cinema durante as sessões. Segundo esse autor, os ingressos vendidos para as sessões nesse estabelecimento eram divididos entre os “de primeira” e os “de segunda” categoria. Os primeiros davam acesso às poltronas da sala de projeção em que o conforto e a visibilidade eram me-

27 Outros exemplos de cinemas existentes na capital à época eram segundo Ribeiro (2000), o Cine Metrôpole e Torre (Torre), Cine Glória (Cruz das Armas), São Pedro e Astória (Varadouro), dentre outros.

lhores sendo, portanto, mais caros. Os “de segunda” davam acesso às poltronas menos confortáveis e mais próximas à tela de projeção, o que dificultava a visibilidade dos espectadores. Pelo fato desses ingressos terem preços módicos eram muito procurados pelos espectadores residentes nas áreas periféricas do bairro, além de atrair também uma clientela proveniente de locais como Varjão (atual bairro do Rangel) e Oitizeiro (atual bairro dos Novais).

No Cine Jaguaribe também era comum a realização de sessões reservadas ao público feminino, geralmente realizadas às segundas feiras, no horário da tarde. Os ingressos para as senhoras e senhoritas eram vendidos a preços mais baixos e os filmes exibidos eram direcionados a este público, cuja preferência estava voltada para as comédias leves e filmes românticos.

O outro cinema existente no bairro era o Cine São José, fundado em março de 1952 e que pertencia ao Círculo Operário de Jaguaribe, localizado na Avenida Senador João Lira no prédio de número 689.

O bairro de Jaguaribe também era conhecido, à época, pela realização de torneios desportivos de diversas modalidades dentre as quais, sem dúvida, destacava-se o futebol. Um exemplo de agremiação desportiva existente no bairro era o Esporte Clube Cabo Branco, atualmente com sede no bairro de Miramar. A antiga sede deste clube, em Jaguaribe, localizava-se no quarteirão que abrange importantes artérias do bairro - as avenidas 1º de Maio, Osvaldo Pessoa, Vasco da Gama e Floriano Peixoto. A área ocupada pelo clube outrora pertencia ao hipódromo da cidade, cujo acesso se localizava na Rua 1º de Maio. Por essa razão, durante muitos anos, essa artéria do bairro ficou conhecida como “Rua do Hipódromo”.

Rua 1º de maio - antiga Rua do Hipódromo - há vários anos tornou-se Avenida 1º de maio, data em que se comemora o dia do trabalho. Sua primeira designação se deve ao fato de ali ter existido (...) um prado ou hipódromo que, depois, se transformou num campo de futebol pertencente ao Esporte Clube Cabo Branco. Nada mais resta do velho estádio do bairro de Jaguaribe. Sua entrada se localizava onde se acha o posto Nossa Senhora da Penha (AGUIAR, s.d, s.p.).

Nas décadas de 40 e 50 a existência de locais ainda desabitados no bairro, os chamados terrenos baldios, permitia a improvisação de campinhos de futebol utilizados por times amadores e profissionais que tinham sede em Jaguaribe. No período que abrange as décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, Jaguaribe passou a ser conhecido como um verdadeiro “celeiro de craques” do futebol paraibano. São exemplos de times de futebol que surgiram no bairro nesse período, entre amadores e profissionais, as seguintes agremiações: Esporte Clube Cabo Branco, Sport Clube, Palmeira, Filipéia²⁸ (campeão paraibano no ano de 1946), *Red Cross*, *Penãrol*, ABC e Estrela do Mar (campeão paraibano em 1959).

Este último clube, o Estrela do Mar, de acordo com informações de Ribeiro (2000), transformou-se num dos mais conhecidos times de futebol do bairro. Composto por jovens católicos que assistiam ou auxiliavam as missas realizadas na Igreja do Rosário, o clube foi organizado e incentivado pelo pároco do bairro - frei Albino. Esse

28 De acordo com Ribeiro (2000), o campo do Filipéia localizava-se nas imediações da antiga Escola Industrial/Escola Técnica/CEFET (atual IFPB).

sacerdote conseguiu apoio e patrocínio para a agremiação com a finalidade de construir uma sede para o clube. Para tanto, conseguiu amealhar recursos financeiros que vieram diretamente da Alemanha. Porém, após a morte do religioso, no ano de 1974, o patrimônio da agremiação foi sendo dilapidado gradativamente.

As diversões relacionadas às atividades desportivas, notadamente o futebol, faziam parte da vida cotidiana dos moradores do bairro de Jaguaribe, sobretudo daqueles que participavam das chamadas “peladas” e treinos, tanto na qualidade de espectadores como também na de jogadores ou técnicos de agremiações. Apesar da rivalidade natural que existia por parte dos times de futebol era comum o fato de um jovem jogador defender mais de uma agremiação sem que isso gerasse problemas para os clubes. Pelo fato dos times serem compostos por jogadores que também exerciam outras atividades profissionais, a exemplo de operários, pequenos comerciantes, motoristas dentre outros era comum, na falta de um jogador da equipe, a substituição do mesmo por um companheiro de outra agremiação sem que esse fato gerasse maiores problemas. Provas disso estão nas fotos de clubes de futebol da época apresentadas por Ribeiro (2000) em que é recorrente a presença de jogadores que defendiam mais de um clube nas partidas amistosas ou competitivas realizadas nos campos do bairro ou em outras localidades²⁹.

Portanto, nessa concepção, é possível afirmar que o futebol, no bairro de Jaguaribe, se constituía num elemento que contribuía para promover a integração e sociabilização

29 As fotos estão dispostas na referida obra, especificamente entre as páginas 75 a 90.

dos moradores, pois mesmo existindo a natural rivalidade na disputa entre os times havia, acima de tudo, o respeito e confiança mútua entre os moradores que compunham as agremiações, quer na condição de jogadores, de técnicos ou de professores.

A descontração das pessoas nas calçadas, o livre caminhar, as ruas que quase não possuíam tráfego e que, ao contrário, “pertenciam” às crianças que brincavam em suas extensões de forma espontânea, a grande quantidade de festas religiosas, regionais e profanas entre outras tantas características transmitiam ao bairro de Jaguaribe e ao cotidiano de seus moradores um “ar despreocupado”. Os espaços do bairro, no período que abrange até a década de 50, eram basicamente ocupados por residências, algumas “vendas” e equipamentos religiosos e desportivos que marcavam a paisagem do local.

Se compararmos o bairro de Jaguaribe de outrora ao que se apresenta nos dias atuais, onde o tráfego se processa de forma intensa, em que ruas e calçadas pertencem, literalmente, aos carros - tanto como vias de transporte como também enquanto locais para estacionamento - e pela constante preocupação da população com a violência, são perceptíveis as mudanças estruturais, históricas e sociais ocorridas nesse espaço e também na cidade de João Pessoa no decorrer do tempo. Os espaços do bairro, sem dúvida, passaram por intensas transformações, mudanças essas que se desencadearam, de maneira concomitante, às mudanças de ritmo das atividades cotidianas realizadas por seus moradores.

Portanto, a cidade não sofre modificações apenas em sua paisagem, mas também nas relações sociais que determinam as formas de uso dos espaços a ela pertencentes, conforme esclarece o geógrafo Milton Santos,

(...) a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial (...). Como toda e qualquer outra forma de repartição no espaço, é dependente da maneira como os instrumentos de trabalho e os fatores de produção se distribuem. Há, portanto, uma relação de causa e efeito recíprocos entre a cidade, como ela se organiza materialmente, e a urbanização como ela se faz (SANTOS, 2009, p.114).

Essas mudanças, por sua vez, se apresentaram de forma mais dinâmica e intensa quando o eixo de crescimento da cidade de João Pessoa modificou a sua direção, na década de 50. Este é, portanto, o fato que marcou as metamorfoses ocorridas na cidade de João Pessoa e, por conseguinte, no bairro de Jaguaribe no advento dos anos 50 e 60 do século XX, modificação está que será, por sua vez, o principal objeto de estudo e discussão no terceiro capítulo deste trabalho.

4 NOVAS FORMAS DE USO DO ESPAÇO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA E DO BAIRRO DE JAGUARIBE NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.

Ao se observar o crescimento e expansão urbana da cidade de João Pessoa do período colonial aos dias atuais percebe-se que, em relação a esse processo, a cidade possui duas importantes características que denotam sua singularidade. A primeira diz respeito à direção de seu eixo de expansão urbana, cuja forma, diferente de outras capitais do Nordeste, caracterizou-se por ser radial, partindo da área central, ou seja, das cercanias do Rio Sanhauá e do Varadouro

em direção à orla marítima (litoral), ao contrário do que ocorreu com outras capitais nordestinas, a exemplo de Recife e de Salvador.

Outra singularidade perceptível durante o processo de expansão urbana da capital da Paraíba é o fato de que, mesmo com a acentuada especulação imobiliária dos dias atuais, o espaço urbano de João Pessoa ainda consegue conservar diversas áreas dotadas de cobertura vegetal,

(...) a cidade pessoense (...) guarda sua individualização que a faz diferente das outras cidades, através do seu verde que, numa visão aérea, parece estar mergulhada num bosque não somente graças à Reserva Florestal [do] Buraquinho, mas também aos coqueiros litorâneos, às árvores frutíferas que pontilham avenidas e quintais, às palmeiras imperiais, acácias e paus d'arco que decoram praças e jardins (RODRIGUEZ; DROULERS, 1981, p.11).

Apesar da citação acima indicar a realidade encontrada em João Pessoa na década de oitenta, a cidade continua ostentando o título de “Cidade mais verde das Américas” e sendo considerada também como uma das mais verdes do mundo.

Dessa forma, observa-se que a paisagem da cidade e as formas de uso de seu espaço foram se modificando lentamente desde o período de sua fundação. Essas transformações, no entanto, tendem a se acentuar durante os anos 50 e 60 do século XX, visto que a cidade de João Pessoa passou pelo que podemos chamar de verdadeiro processo de redefinição de seu crescimento urbano, com a mudança do eixo de expansão da capital em duas direções: uma a leste, rumo ao Oceano Atlântico e outra em direção ao sul e

sudeste, principalmente após a construção de importantes obras que serviram como espécies de “marcos balizadores” de sua redefinição urbana. Foram elas a abertura e adequação da Avenida Epitácio Pessoa (1933), fundação do Campus da Universidade Federal da Paraíba - UFPB (1963), construção do Distrito Industrial de João Pessoa (1963) e surgimento dos conjuntos habitacionais financiados pelo poder público. Esses últimos já na década de 1950 e, de forma mais acentuada, na década de 1960, redefinem a paisagem da capital, dotando-a de mais espaços de moradia ao mesmo tempo em que eliminam alguns dos vazios urbanos que, à época, ainda persistiam na paisagem pessoense.

Este processo de transformação do espaço urbano da cidade de João Pessoa, por conseguinte, acarretou também mudanças na área da cidade até então ocupada, a exemplo do que ocorreu no bairro de Jaguaribe. Seus efeitos foram sentidos no bairro notadamente no que diz respeito aos novos usos que passaram a ser conferidos a alguns de seus espaços, bem como no que se refere à construção e adequação de novos equipamentos urbanos públicos e privados.

Ainda no final da década de 1930 e início da década de 1940, a cidade de João Pessoa sofreu significativas alterações em sua paisagem urbana. A própria região central da cidade que, até então, concentrava expressivo adensamento populacional nas proximidades do Varadouro, sentia os efeitos da urbanização. A modernização do Centro concentrou-se onde hoje estão localizadas importantes artérias de ligação da capital, a exemplo das modificações realizadas no Parque Sólon de Lucena, da inauguração do Instituto de Educação da Paraíba e da abertura da Avenida Getúlio Vargas, obras essas que foram executadas durante o

governo do então interventor Argemiro de Figueiredo (1935-1940), passando a conferir a esta parte da região central da cidade feições consideradas, à época, como sendo modernas.

Na década de 1950 o grande “marco” do desenvolvimento urbano foi a ocupação efetiva das margens da Avenida Epitácio Pessoa que, segundo João e Beatriz Lavieri (1992), havia sido inaugurada em 1933. A ocupação das cercanias desse importante corredor de ligação da cidade abriu espaço para a construção de moradias nos nascentes bairros que se localizavam em seu entorno, a exemplo de Tambauzinho, Miramar, Bairro dos Estados e Expedicionários, incentivando assim a “migração” de pessoas que residiam no Centro da cidade e adjacências para esses novos locais de moradia.

A conversão desse território em cidade, que ocorre de maneira mais consistente a partir da década de 1950, e da qual é emblemática a ocupação das margens do eixo central de expansão em direção às praias definido pela Avenida Epitácio Pessoa, acompanha e sucede iniciativas circunscritas de provisão habitacional por parte do Estado, (...) e voltadas sobretudo ao atendimento das camadas médias da população em processo de deslocamento das áreas centrais (...) (TRAJANO FILHO, 2006, p.41).

O Centro da cidade, por conseguinte, passou a se configurar enquanto local em que se concentraram as funções majoritariamente ligadas ao comércio e à prestação de serviços, o que contribuiu por configurar a paulatina escassez de residências na área central da capital.

Portanto, conforme o exposto, é perceptível o crescimento da cidade cada vez mais acentuado em direção

ao leste. Entretanto, a respeito desse ponto específico, naturalmente surge a seguinte indagação: se a capital estava crescendo rumo a essa direção, quais foram os fatores que efetivamente impediram a sua expansão urbana na direção contrária, ou seja, a oeste? Lembremo-nos que, rumo a oeste, a cidade de João Pessoa limita-se com dois municípios que hoje compõem a sua região metropolitana: Bayeux e Santa Rita. Esses municípios, portanto, já se configuravam, à época, como áreas efetivamente ocupadas mas que, no entanto, não deixaram de interferir no processo de expansão da capital paraibana, visto que “(...) pela proximidade, estes núcleos, embora ainda autônomos, começaram a configurar um processo de conurbação³⁰ com João Pessoa, definindo uma espécie de barreira à expansão da cidade naquela direção” (LAVIERI; LAVIERI, 1992, p.06).

Ainda em relação a este assunto, de acordo com estes autores, outros elementos da paisagem natural da cidade de João Pessoa direcionaram o seu crescimento rumo ao leste (porção litorânea) e rumo ao sul e sudeste, conforme veremos mais adiante, impedindo o crescimento da cidade para outras direções. Esses elementos naturais são os acidentes geográficos dos vales dos rios Paraíba, Sanhauá e Jaguaribe - todos compostos por amplos manguezais - além da Mata do Buraquinho.

A partir da década de 1960 o crescimento em direção à parte sul e sudeste da capital passa a se configurar com a fundação de três marcos redefinidores da expansão da cidade: a construção de conjuntos habitacionais (1950-1960), a fundação do Campus da UFPB (1963) e o surgimento do

30 Conforme versão eletrônica do Dicionário Aurélio (2009), conurbação é o conjunto formado por uma cidade e

Distrito Industrial de João Pessoa (1963). A construção dos conjuntos habitacionais, por exemplo, foi um reflexo do processo de reorientação da política urbana por parte do Governo Federal e que se irradiou também para a instância local. Essa política ganhou ênfase na década de 1960 em diante, entretanto, a construção de novos conjuntos já se fez sentir desde a década anterior.

A implantação dos conjuntos habitacionais, portanto, trouxe mudanças na paisagem urbana da capital desde 1950. Um exemplo disso foi a inauguração dos conjuntos construídos no bairro de Jaguaribe, tais como a Vila Popular, que contava com 150 unidades habitacionais (UH's), o Conjunto José Américo de Almeida, mais conhecido como Vila dos Motoristas³¹ (50 UH's) e o Conjunto dos Bancários³² (32 UH's), todos construídos antes de 1963. Esses conjuntos modificaram sobremaneira a paisagem do bairro de Jaguaribe ao eliminar, de forma gradativa, alguns dos vazios urbanos e terrenos baldios que ainda existiam naquela localidade, a maioria localizados nas proximidades da Mata do Buraquinho.

Durante este mesmo período, mais precisamente no ano de 1963, a implantação de uma nova obra urbana financiada pelo Governo Federal acaba contribuindo para

seus subúrbios, ou por cidades reunidas, que constituem uma seqüência, sem, contudo, se confundirem.

31 Apesar de possuir o mesmo nome, não confundir este conjunto habitacional, construído em 1950, com o Conjunto José Américo de Almeida, localizado atualmente nas proximidades da garagem da empresa de transportes públicos Transnacional e que foi construído em 1978, sendo dotado, de acordo com Lavieri; Lavieri (1992), de 870 unidades habitacionais.

32 Apesar de possuir o mesmo nome, não confundir este conjunto habitacional com o Conjunto dos Bancários, localizado nas proximidades da Avenida Empresário João Rodrigues Alves (principal artéria de ligação do bairro dos Bancários). Esse conjunto foi construído em 1980 e possuía, segundo Lavieri; Lavieri (1992), 1500 unidades habitacionais.

direcionar, de forma mais efetiva, a expansão urbana da capital rumo ao eixo sul e sudeste. Essa obra foi a construção do Anel Viário da cidade de João Pessoa. Este equipamento urbano teve como função facilitar o transporte de mercadorias em direção ao Porto de Cabedelo e acabou por atrair também a construção de dois importantes vetores de direcionamento dos novos rumos de expansão da capital: o Distrito Industrial e o Campus da UFPB.

O Distrito Industrial de João Pessoa se configura como

Resultado da política de industrialização da SUDENE³³ [e] (...) foi localizado ao longo da BR-101 de ligação com Recife, numa posição extremamente favorável dentro da rede de rodovias interurbanas, inclusive em relação à cidade de Cabedelo, com a qual passou a estabelecer ligação, facilitando o intercâmbio com o Porto ali existente. Sua localização neste ponto viria também [a] reforçar a tendência de crescimento da cidade no sentido da ligação com Recife, fortalecendo o processo de ocupação do bairro de Cruz das Armas (LAVIERI; LAVIERI, 1992, p.11).

Portanto, a construção do Distrito Industrial impulsionou cada vez mais o crescimento da cidade rumo

33 Para maiores considerações sobre a fundação e funções da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - sugerimos duas obras cujos autores pertencem à área de Economia. A primeira delas é o capítulo intitulado "Condicionantes históricos do setor de pequena produção urbana de João Pessoa" presente em OLIVEIRA, Carlos Gonçalves de. **Pequena Produção de Móveis e Esquadrias de Madeira na cidade de João Pessoa**. João Pessoa, IDEME, 1988. A segunda é MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ao sul, acelerando o processo de ocupação e urbanização do bairro de Cruz das Armas³⁴. A paisagem urbana do referido bairro foi se modificando visto que, além de se configurar enquanto espaço residencial, Cruz das Armas passou também a abarcar em seu território equipamentos voltados ao comércio e serviços, especialmente aqueles relacionados aos setores de alimentação e serviços de mecânica devido ao fato de, pela proximidade com o Distrito Industrial, ser constante o tráfego de veículos automotores no local.

O outro importante elemento que contribuiu para acelerar o desenvolvimento urbano de João Pessoa rumo ao eixo sul e sudeste foi a construção do Campus da Universidade Federal da Paraíba, em 1963. A construção desse equipamento teve como objetivo principal unificar em um só espaço os cursos de graduação cujas instalações se encontravam espalhadas por diferentes áreas da capital, sobretudo no Centro da cidade. A construção dessa obra passou a atrair a instalação de outros equipamentos urbanos ao seu redor, visto que esta se configurava como “(...) [a] primeira atividade urbana permanente da cidade situada a sudeste, para além do Vale do Jaguaribe” (LAVIERI; LAVIERI, 1992, p.10). Um exemplo foi a construção de outro conjunto habitacional, o Castelo Branco, no ano de 1969, que contava com 630 UH's, configurando-se até então como o maior dos conjuntos habitacionais de João Pessoa.

34 Para maiores informações acerca da evolução urbana do bairro de Cruz das Armas recomendamos a leitura do capítulo intitulado O bairro de Cruz das Armas (Almas) In: CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Práticas Políticas e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na década de 1930**. 1996. 133 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

Nesse sentido, é possível afirmar que a crescente implantação de conjuntos habitacionais na cidade de João Pessoa durante as décadas de 1950 e 1960 se configura, conforme afirmam os Lavieri (1992) como um verdadeiro vetor de desenvolvimento da expansão urbana da capital³⁵, possibilitando assim a ocupação de novas áreas até então inexploradas ou antes inacessíveis do espaço que formava a cidade de João Pessoa.

Entretanto, o gradativo adensamento populacional verificado nas novas áreas de expansão da cidade não teve apenas nos conjuntos habitacionais o único “elemento chave” capaz de impulsionar a expansão da capital paraibana rumo a outras direções. É importante lembrar que, além da política de financiamento das novas unidades habitacionais implantadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH e pelo Banco Nacional de Habitação - BNH existiram também os chamados “financiamentos isolados”, cujos recursos financeiros eram provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos - SBPE.

Através desses recursos foram construídas as chamadas residências de alto padrão localizadas, em sua maior parte, ao longo do eixo de ligação com a praia (cercanias da Avenida Eptácio Pessoa) ou mesmo à beira-mar. De fato, a aceleração do processo de construção dessas

35 É importante lembrar que a política de construção de conjuntos habitacionais não cessará na cidade de João Pessoa e em outras cidades brasileiras até os anos 80 do século XX. Para maiores informações a respeito do tema, recomendamos a leitura de duas obras da área de Arquitetura e Urbanismo que esclarecem possíveis dúvidas sobre este ponto específico. São elas FERRAZ, Sônia Tadei; DUAYER, Juarez. **Pesquisa, Produção e Consumo da Habitação e o Mercado Imobiliário de João Pessoa.** João Pessoa: Departamento de Arquitetura da UFPB, 1985; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **O BNH e a Nova Forma do Estado no Brasil pós-64.** 1985 (Dissertação de Mestrado/MSC/UFPB).

unidades habitacionais, principalmente aqueles localizadas à beira-mar, tendeu a se acentuar durante os anos setenta em diante, o que acabou por modificar o caráter do uso do espaço nas áreas próximas ao litoral. Se antes elas eram utilizadas exclusivamente para veraneio, a partir de 1970, de acordo com os Lavieri (1992), elas passam a apresentar o caráter de moradias fixas, fenômeno estimulado a partir dos financiamentos liberados pelo SBPE nos últimos anos da década de 60.

Conforme o exposto, é possível perceber que a cidade de João Pessoa tende a modificar sua paisagem urbana e seus eixos de crescimento na medida em que novas obras impulsionam as transformações engendradas em diferentes lugares da cidade. Nesse sentido, deve-se destacar que tais mudanças interferiram diretamente na formação de um novo quadro econômico para a capital paraibana, a exemplo do acentuado crescimento do setor secundário e terciário da economia em detrimento do setor primário. Dessa forma, devido ao fenômeno de aceleração de sua expansão urbana nas décadas de 1950-1960, a cidade de João Pessoa passou a perder gradativamente áreas rurais que outrora se localizavam dentro do próprio perímetro urbano e que eram destinadas ao seu abastecimento.

Paralelamente à expansão da malha urbana ocupada, o território do Município de João Pessoa foi perdendo gradativamente sua importância como *locus* de produção agrícola. Favorecida pela implantação do Distrito Industrial e pelo crescimento das atividades do setor terciário, praticamente toda a área do Município foi tendendo a se urbanizar. Assim, enquanto em 1960 15,4% da população econômica-

mente ativa estava ocupada em atividades ligadas ao setor primário, ao final da década este percentual era de apenas 4,3%. Por outro lado, no mesmo período, o percentual referente à população empregada no setor secundário cresceu de 12,2% para 17,8% e a ocupada no setor terciário cresceu de 72,4% para 78,7%³⁶ (LAVIERI; LAVIERI 1992, p. 18).

Através do levantamento dos fatores que impulsionaram a aceleração do crescimento urbano de João Pessoa é possível notar que, quando se trata deste assunto, outros elementos interferem diretamente na análise, configurando os estudos históricos que tratam acerca da questão urbana enquanto um campo de conhecimento interdisciplinar permeado por saberes concernentes a outras áreas de pesquisa, a exemplo da Geografia, da Arquitetura, da Economia e da Demografia.

Outro ponto que pode ser ressaltado é o fato de que se mostra relevante a utilização de um método de análise que tenha como ponto de partida o elemento “macro”, ou seja, a cidade, para que se possa tecer considerações a respeito do elemento “micro”, no caso de nossa análise, o bairro de Jaguaribe. Dessa maneira, após caracterizarmos o crescimento e as modificações sofridas nas formas do uso do espaço urbano da capital paraibana passamos a desenvolver uma análise cujo foco se concentra em Jaguaribe, mais precisamente nas novas formas de uso que os espaços do

36 Os percentuais utilizados por esses autores foram calculados com base nos dados disponíveis nos Censos Demográficos da Paraíba realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE nas décadas de 1960 e 1970.

bairro adquiriram, acentuadamente, no decorrer das décadas de 50 a 60 do século XX.

O bairro de Jaguaribe, por configurar-se como sendo uma área situada nas proximidades do Centro da capital, passou a assumir um papel relevante no período de aceleração das transformações da cidade de João Pessoa quando, ainda na década de 50, cedeu espaço para a instalação de conjuntos habitacionais populares. As novas unidades habitacionais do bairro passaram, portanto, a preencher vazios urbanos existentes no local, imprimindo assim uma nova configuração em sua paisagem urbana.

Muitas casas que ficavam nas ruas próximas da Mata do Buraquinho eram de taipa, cobertas de telhas ou cobertas de palha. Mesmo nos anos 40 já existiam as casas de tijolos (alvenaria), cujos estilos de construção eram variados, isto é, casas sem recuo, construídas no limite do terreno (na parte da frente) e casa com recuo (jardim). Foram edificados muitos conjuntos residenciais abrangendo um lado inteiro de um quarteirão de rua. (...) Esses conjuntos lineares de casas eram construções feitas pelos chamados Institutos de Pensão como IPASE, IAP-TEC, IPEP (Montepio do Estado), IAPFESP, IAPI, IAPC, que premiava alguns filiados (institutos federais foram substituídos pelo INPS), que tinham trinta anos para liquidarem o valor da casa sem correção (RIBEIRO, 2000, p.212).

Dessa forma, uma considerável parcela de habitantes, a maior parte provenientes de cidades do interior ou de áreas mais afastadas de João Pessoa, foi atraída para esses espaços outrora desabitados do bairro que, de forma natural, passou a apresentar uma crescente demanda de bens e serviços neces-

sários à vida cotidiana e ao atendimento de necessidades imediatas. Um exemplo disso foi a construção do antigo Mercado Santo Antônio, localizado atualmente em frente ao Centro Administrativo. Este equipamento foi edificado na administração do prefeito Apolônio Sales de Miranda, ainda na década 1950 e acomodava, em seu interior, alguns estabelecimentos de comércio e serviços, a exemplo de mercearias, armazéns, barbearias, bares e restaurantes que, à época, eram chamados pelos comerciantes e feirantes (retalhistas) de “hotéis”.

No entorno desse equipamento comercial ficava a tradicional feira de Jaguaribe que acontecia exatamente no espaço onde hoje está localizado o Centro Administrativo Estadual. A feira realizava-se tradicionalmente às quartas-feiras e caracterizava-se por ser um espaço livre onde os feirantes instalavam suas bancas ao entardecer da terça-feira, desarmando-as no final da tarde da quarta-feira, de modo que, nos outros dias da semana, o espaço ficava livre, sendo a comercialização restrita ao interior do mercado Santo Antônio. Com a transferência da feira para um novo espaço, mais precisamente onde hoje está localizado o atual mercado do bairro, na área lateral do IFPB, o antigo mercado de Santo Antônio ainda mantém a sua fachada e um pouco de sua antiga estrutura, reduzida a alguns boxes onde ainda se comercializam bens e serviços.

No que diz respeito a outros equipamentos urbanos públicos ligados à prestação de serviços que foram instalados no bairro à época, destaca-se a Maternidade Cândida Vargas, fundada no ano de 1945 durante o governo do interventor Ruy Carneiro³⁷. Esse equipamento destinado

37 No que diz respeito às datas de fundação e demais informações sobre os equipamentos urbanos existentes no bairro de Jaguaribe reiteramos que esses dados foram colhidos *in loco* através de um levantamento, visto

à prestação de serviços de saúde nas áreas de ginecologia, obstetrícia e neonatal atendia aos mais diversos segmentos da população, considerando que o mesmo estava vinculado à Legião Brasileira de Assistência - LBA. Por ser considerado um hospital de referência, sua clientela ultrapassava as fronteiras do município de João Pessoa, estimulando assim um fluxo constante de usuários provenientes de todo Estado e até mesmo de cidades localizadas em estados vizinhos.

Além da Maternidade Cândida Vargas, Jaguaribe dispunha, até o final da década de 1960, de mais duas maternidades: a Maternidade Frei Martinho e São Vicente de Paula. A primeira, localizada na Rua João da Mata, primava pelo atendimento particular e de profissionais ligados aos institutos de previdência representantes de entidades classistas. Atualmente esta instituição não funciona mais.

A segunda, ou seja, a Maternidade São Vicente de Paula, caracterizava-se por desenvolver trabalhos em duas vertentes: uma no campo da filantropia e a outra pela prestação de serviços particulares, atendendo assim a uma clientela humilde ao mesmo tempo em que prestava serviços também a uma clientela detentora de um alto poder aquisitivo. É válido destacar que este estabelecimento de saúde não restringia o seu atendimento apenas à maternidade, mas também dispunha da realização de tratamento médico em outras especialidades, sendo conhecido na cidade pela denominação de “Casa de Saúde São Vicente de Paula”.

A Casa de Saúde São Vicente de Paula, localizada na Avenida João Machado, próxima ao Orfanato Dom Ulrico,

que se realizaram visitas sistemáticas aos estabelecimentos para que fossem colhidas essas informações. Tais visitas foram realizadas no mês de dezembro de 2009.

surgiu a partir do antigo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Estado da Paraíba, fundado em 1912, inaugurado no ano seguinte e que passou a desenvolver suas atividades em sede própria no ano de 1927 durante a administração do então prefeito Guedes Pereira.

Ainda no que se refere aos equipamentos públicos da área de saúde, na década de 60 foi inaugurado em Jaguaribe um equipamento urbano hospitalar especializado no tratamento do câncer: o Hospital Doutor Napoleão Rodrigues Laureano. O referido hospital está localizado na confluência das Avenidas Capitão José Pessoa e Engenheiro Leonardo Arcoverde, exercendo as suas atividades desde 1962 até os dias atuais.

Assim, é possível perceber que o bairro de Jaguaribe apresenta desde o início do século XX uma tendência a receber investimentos públicos que garantiam a construção de equipamentos voltados para a prestação de serviços na área de saúde. Tal característica mantém-se até os dias atuais, com destaque para a presença de hospitais particulares, clínicas e policlínicas, além de hospitais públicos de referência no tratamento de várias enfermidades, tais como tuberculose e AIDS (Hospital Clementino Fraga), doenças infantis (Hospital Arlinda Marques) e atendimento clínico e ambulatorial (PAM de Jaguaribe). Neste último, o PAM de Jaguaribe, funcionou, durante a década de 60, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba,

A faculdade possuía vários serviços médicos que atendiam ao povo. Havia um departamento de clínica infantil sob a orientação do Dr. João Medeiros, onde médicos-professores trabalhavam. O local destinado às doenças infecto-contagiosas, e o hospital infantil, ali permane-

ceram durante o tempo em que a faculdade de medicina funcionou [em Jaguaribe] (RIBEIRO, 2000, p.165).

Todavia, entre as décadas de 50 a 60 do século XX, Jaguaribe não apenas modificou sua paisagem urbana pelo fato de receber alguns equipamentos públicos e privados, mas também por perdê-los. Um exemplo disso foi a transferência da sede social do Clube Cabo Branco que antes se localizava no bairro e que passou a exercer suas atividades, a partir do ano de 1957, num novo bairro da cidade: o bairro de Miramar. A mudança de localização da sede social deste clube coaduna com a política de adensamento populacional dos novos bairros localizados às margens da Avenida Eptácio Pessoa e acaba por atrair, para o seu entorno, uma população residente em moradias consideradas de alto padrão e detentoras de certo poder aquisitivo.

(...) dia 12 de fevereiro do ano de 1957 (data em que começou a derrubada das instalações da agremiação acima citada), do mesmo lado da Igreja, estava o muro do campo de futebol do Esporte Clube Cabo Branco, começando na esquina da Vasco da Gama até a esquina da 1ª de Maio com a Floriano Peixoto. (RIBEIRO, 2000, p.119).

Em se tratando dos equipamentos públicos e privados referentes à área de educação, o bairro de Jaguaribe também foi dotado de instituições que atuavam nesta esfera desde o início do século XX, com a instalação do Externato Sagrada Família, ainda na década de 30. Este estabelecimento de ensino tinha como clientela as filhas das famílias de maior

poder aquisitivo da capital, sobretudo dos habitantes do bairro de Jaguaribe e adjacências.

Além do Externato Sagrada Família, a população do bairro, especialmente a de menor poder aquisitivo, podia contar com a presença dos chamados Grupos Escolares geridos pela iniciativa pública. Dentre estes educandários se destacavam o Grupo Escolar Santo Antônio, ligado à Igreja do Rosário, como também o Grupo Escolar Isabel Maria das Neves que atende a população até os dias atuais e localiza-se na Avenida João Machado, próximo à sede da Primeira Regional de Ensino, órgão ligado à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

Outro equipamento educacional de relevante importância para o bairro era a Escola de Aprendizizes Artífices³⁸, fundada em 1910 durante a administração do então presidente da república, Nilo Peçanha. A escola localizava-se na Avenida João da Mata e destinava-se a atender uma clientela de menor poder aquisitivo, constituída por rapazes que, além de adquirirem conhecimentos a respeito das disciplinas básicas do currículo escolar desenvolviam também os conhecimentos práticos voltados para atividades relativas ao mundo do trabalho, a exemplo de marcenaria, tipografia, alfaiataria entre outras.

No ano de 1947 houve, por parte do poder público, a intenção de modificar o local em que se encontrava a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, dotando-a de um prédio mais moderno com infraestrutura capaz de abrigar os novos cursos técnicos. Este prédio localiza-se na Avenida 1º de Maio

38 Para maiores esclarecimentos sobre a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba recomenda-se a leitura de FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos:** a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba (1910-1940). João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

e teve sua construção iniciada em 1951, conforme elucidam Ferreira (2002) e Ribeiro (2000). Desse período em diante, a referida escola passou a ser denominada de Escola Industrial Federal da Paraíba, recebendo em 1968 a denominação de Escola Técnica Federal da Paraíba, formando assim técnicos de nível médio em diversas áreas. Nos dias atuais, com a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPB oferece não apenas cursos técnicos, mas também diversos cursos de nível superior.

Assim, deve-se ressaltar que a instalação de equipamentos públicos e privados no entorno do bairro de Jaguaribe estimulou o desenvolvimento de atividades socioeconômicas formais e informais que modificaram substancialmente a paisagem urbana e o cotidiano daquela localidade. Portanto, o bairro de Jaguaribe, enquanto *locus* que teve a função de produzir e disponibilizar uma gama de serviços especializados, passou a ter o seu raio de ação e de importância ampliado dentro do território pertencente à cidade como um todo, visto que tanto os profissionais como também os usuários, moradores do próprio bairro ou provenientes de outras áreas da capital, tiveram de alguma forma suas vidas vinculadas ao desenvolvimento e transformações observadas no bairro. Outrossim, observa-se que, no decorrer deste processo de transformações intensificados nas décadas de 50 a 60 do século XX não apenas o bairro se modificou, mas também outros lugares da cidade passaram a sentir os reflexos, diretos e indiretos, dessas transformações. Portanto, as modificações ocorridas acabaram por ultrapassar os limites do próprio bairro, engendrando-se também em outros lugares da cidade. Assim, é possível afirmar que existe uma verdadeira dialética nos processos de transformações urbanas: a cidade

se transforma modificando os espaços do bairro e estes, por sua vez, se transformam modificando os espaços da cidade. Conclui-se dessa forma que há uma clara relação de reciprocidade entre as transformações ocorridas na cidade e no bairro, a exemplo do que ainda ocorre em relação à cidade de João Pessoa e ao bairro de Jaguaribe, visto que os processos de expansão urbana da capital e do próprio bairro não se estagnaram, pelo contrário, continuam acontecendo, de forma dinâmica, até os dias atuais, num processo que foi intensificado durante as décadas de 70 e 80 do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chico Science tinha razão ao afirmar, no refrão de sua música “A cidade”, que a mesma “não pára”. Na verdade, se partirmos dos pressupostos dos estudos que tratam acerca da expansão urbana é possível perceber que o crescimento de uma cidade pode até estagnar, por uma razão ou outra, durante um determinado período de tempo, mas que ela, em suas relações internas ou em suas relações com outros espaços fora de seu território, não cessa suas transformações. A cidade tende a se modificar, de uma forma ou de outra, engendrando mudanças que, se não são refletidas em sua totalidade, podem ser registradas em importantes parcelas que compõem o seu território, ou seja, nos seus bairros.

No caso específico da cidade João Pessoa e, mais precisamente do bairro de Jaguaribe, observamos como o desenvolvimento urbano da cidade e do bairro se processou desde o período colonial e, de maneira mais específica, durante as décadas de 30 a 60 do século XX. No entanto, por se tratar de um processo dinâmico, temos certeza de que este não é um estudo terminado em si mesmo, mas que

ainda carece de maiores investigações, notadamente no que diz respeito às transformações ocorridas na cidade de João Pessoa e no bairro de Jaguaribe de forma mais recente, ou seja, da década de 1970 aos dias atuais.

A intensidade deste processo tornou-se mais visível a partir da década de 70 quando Jaguaribe passou a sofrer substanciais transformações em relação às novas formas de uso de seu espaço, principalmente pelo fato de que o bairro foi perdendo gradativamente o seu caráter eminentemente residencial para receber em seu interior mais equipamentos relacionados aos setores do comércio e serviços, em especial repartições públicas o que, de fato, passou a se acentuar após implantação do complexo denominado Centro Administrativo Estadual, no ano de 1972.

As mudanças são particularmente notáveis em Jaguaribe que recebeu, em 1972, o Centro Administrativo com as Secretarias de Estado (...) [localizando-se] a 1,5 Km ao sul da Praça João Pessoa; também lá [em Jaguaribe] se encontram outros órgãos do governo, tais como: DETRAN (Departamento de Trânsito), TC (Tribunal de Contas), CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) CINEP (Companhia de Industrialização da Paraíba) uma subestação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) (RODRIGUEZ; DROULERS, 1981, p.30).

Apesar dessa iniciativa do Governo do Estado à época, o Centro Administrativo não conseguiu comportar em sua estrutura o grande número de repartições públicas estaduais. Como alternativa para aplacar o problema, o poder público da esfera estadual passou a locar os antigos

palacetes e casarões existentes no bairro, que pertenciam a particulares, para abrigar algumas repartições públicas. Em alguns prédios foi necessário fazer adaptações na estrutura física para que viessem a acomodar melhor as funções do serviço público, visando atender a seus novos propósitos de utilização. Como exemplos de repartições públicas que funcionavam em antigas residências de Jaguaribe estavam a Comissão Estadual de Planejamento - CEPA, localizada na Avenida Capitão José Pessoa e a Fundação Instituto de Planejamento - FIPLAN, localizada na Avenida 1º de Maio. Além desses exemplos, mais prédios particulares foram ocupados pelo poder público em outros importantes corredores do bairro, tais como nas Avenidas João da Mata e Avenida João Machado, abrigando, sobretudo, órgãos ligados à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.

Essas novas formas do uso dos espaços, outrora exclusivamente destinados a residências, só foram possíveis porque parte da população de maior poder aquisitivo do bairro, a partir da expansão da cidade de João Pessoa rumo ao eixo leste, iniciada na década de 50, passou a residir em outras áreas da capital, a exemplo de bairros localizados na orla marítima e nas proximidades da Avenida Epitácio Pessoa. Assim, nos antigos casarões, por hora desocupados, instalaram-se gradativamente repartições públicas, configurando a esses espaços do bairro de Jaguaribe novas formas de uso: “Com a expansão da cidade em direção [ao] leste, ocorreu uma transferência para a Avenida Epitácio Pessoa, da burguesia urbana e rural que residia, principalmente, na Avenida João Machado e Avenida Trinchéiras” (RODRIGUEZ, 1980, p.52).

A partir da década de 90 do século XX observa-se um novo “fenômeno” no bairro de Jaguaribe: a transferência

de alguns dos órgãos públicos nele localizados para outras áreas da cidade de João Pessoa, tais como o Departamento de Trânsito - DETRAN e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO que antes ficavam bairro e agora se encontram localizados no bairro de Mangabeira. Outro exemplo de mudança de órgão público que por vários anos funcionou no bairro de Jaguaribe foi a Fundação de Ação Comunitária - FAC que outrora se localizava na Rua 24 de Maio e mudou-se recentemente para a Avenida Epitácio Pessoa.

Mesmo com tantos exemplos, a nosso ver, ainda não é possível afirmar que exista uma espécie de “fenômeno de migração” dos órgãos públicos de Jaguaribe para outras áreas da cidade, entretanto, se esta mudança continuar a ocorrer de forma mais freqüente, torna-se imperioso pensar naquilo que deve ser feito com os prédios que antes abrigavam estas repartições e que, a partir de então, podem vir a se tornar novamente desocupados. Esta deve ser uma preocupação não apenas do poder público, mas também dos proprietários dos prédios em questão. Políticas de preservação patrimonial que apontem para novos usos desses espaços podem se configurar como uma saída a ser aplicada caso esta realidade se configure.

Percebemos, portanto, que a partir dos estudos acerca dos aspectos históricos de uma única área da cidade de João Pessoa no caso, o bairro de Jaguaribe é possível traçar o perfil de seu crescimento urbano e dos elementos históricos presentes ao longo desse processo. Nesse sentido, estudar a história dos bairros pode se constituir como um importante elemento de contribuição para a construção do conhecimento na área de História Local, abordando-a de forma multifacetada, valorizando as idiossincrasias

de cada um dos bairros que compõe o todo que é a cidade, ressaltando, assim, a importância desses lugares enquanto espaço social e enquanto *locus* onde o processo das transformações que caracterizam a história da cidade se desenvolve dia após dia.

No entanto, não se deve esquecer que os bairros são os locais da cidade em que a prática das atividades cotidianas facilita o estabelecimento e estreitamento dos laços de amizade, vizinhança e pertencimento, criando nos moradores e ex-moradores desses espaços a perspectiva de identidade local. Este ponto específico, a nosso ver, é um fato que não deve ser desconsiderado em relação aos estudos que tenham como foco principal a análise da história dos bairros. Para tanto, faz-se necessário um aprofundamento investigativo que esteja metodologicamente assentado na memória dos moradores ou ex-moradores do bairro, sendo esta registrada através da coleta de entrevistas e depoimentos orais.

Nesse sentido, a memória constitui-se numa espécie de mecanismo que constrói a historicidade dos bairros através da lembrança de seus moradores, sobretudo os mais velhos. Através da narrativa desses moradores tornar-se-á possível deslindar inúmeros aspectos relativos à história e à cultura histórica de um bairro, especialmente quando se toma por base para análise a vida cotidiana e as mudanças ocorridas no modo de morar, de se divertir, de vestir, de se comportar entre outros. Evidenciando-se a memória é possível desvendar os pormenores de um dado período histórico detectando as idiossincrasias incapazes de serem percebidas apenas com o uso da documentação dita oficial.

Assim, não é forçoso lembrar que, pelo fato do processo de expansão da cidade e do bairro ser considerado como algo dinâmico e ancorado nas origens, ocupação e

formas de uso do espaço urbano, configura-se como sendo uma área específica de estudo que, no campo da História, ainda carece de maiores investigações, visto que as cidades e, por conseguinte, seus

bairros, são (...) construídos por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam [em si] uma outra coisa. (CALVINO, 1990, s.p).

Por essa razão, afirmamos que este não é um estudo acabado, mas sim um ponto de partida para maiores investigações acerca do bairro de Jaguaribe visto que, pela escassez de fontes encontradas a respeito não apenas desse tema, mas também em relação aos aspectos históricos de outros bairros de João Pessoa, esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento dos estudos acerca da história do bairro de Jaguaribe ancorada tanto na documentação dita oficial como também na memória dos seus moradores e ex-moradores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo**. 3.ed. João Pessoa: Edições FUNESC, s.d.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **Práticas Políticas e Transformações no Cotidiano dos Trabalhadores em João Pessoa, na década de 1930**. 1996. 133 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

CHAGAS, Waldeci Ferreira *et al.* O bairro de Jaguaribe: das origens à ocupação. In: **Boletim de Pesquisas UNIPÊ**, João Pessoa, v.1, 1998, p.1-19.

_____. Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe. In: **Boletim de Pesquisas UNIPÊ**, João Pessoa, v.2, 2000, p.7-20.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. s.p. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (org). **Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

GONÇALVES, Regina Célia *et al.* **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba - 1585 - 1630**. Bauru: EDUSC, 2007.

FERRAZ, Sônia Tadei; DUAYER, Juarez. **Pesquisa, Produção e Consumo da Habitação e o Mercado Imobiliário de João Pessoa**. João Pessoa: Departamento de Arquitetura da UFPB, 1985.

FERREIRA, Almiro de Sá. **Profissionalização dos Excluídos: a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (1910-1940)**. João Pessoa: Gráfica A União, 2002.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica. In: **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, DH-UFPB, n.16. 2007.

JOÃO PESSOA. Lei n. 1574, de 04 de setembro de 1994. Dispõe sobre a nomeação e delimitação dos 60 (sessenta) bairros do Município de João Pessoa e dá outras providências. **Paço da Câmara Municipal de João Pessoa**, 4 set. 1998.

LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **O BNH e a Nova Forma do Estado no Brasil pós-64**. João Pessoa, 1985. (Dissertação de Mestrado/MSC/UFPB).

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução da estrutura Urbana Recente de João Pessoa-1960/1986. In: QUIROGA, Ana Maria (org). **Evolução das estruturas urbanas do Nordeste: elementos indicativos para estudos comparados**. João Pessoa: NDHIR/UFPB, 1992, nº 29, p. 01-58.

LEDROUT, Raymond. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1971.

LIMA, Glauber Floro. **A Feira de Quarta-feira em Jaguaribe**. 2007. s.p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, João Batista de. **Oitizeiro**: sua história e sua gente. João Pessoa: Gráfica Atual, 2008.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. p.52-74.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. 2.ed. João Pessoa: Gráfica A União, p.91-93

MELLO, Oswaldo Trigueiro de A. De João Machado a Camilo os impulsos para o progresso. In: AGUIAR, Wellington; MELO, José Otávio de Arruda. **Uma Cidade de Quatro Séculos**: evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste Brasileiro**: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Editora Martins Fontes/UNB, 1982.

OLIVEIRA, Carlos Gonçalo de. **Pequena Produção de Móveis e Esquadrias de Madeira na Cidade de João Pessoa**. João Pessoa, IDEME, 1988.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Temp(l)os de consumo:memórias, territorialidades e cultura histórica nas ruas recifenses dos anos 20 (Século XX). In: **Saeculum** - Revista de História. João Pessoa, DH- UFPB, n.16. 2007.

OLIVEIRA, Jeannine Leite Montenegro. **O Bairro dos Estados**: 50 anos de história e importância para a cidade de João Pessoa. 2002. s.p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

PLANO DIRETOR DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1994.

PETIT, Eloísa. Haussmannização ou *haussmannizações*? In: _____
Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002.

RAFAEL, Rodrigo Leite. **Rio com lixo, rio morto:** situação ambiental do Rio Jaguaribe. 2003. s.p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe:** um passeio histórico de 1940 a 1970. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

RODRIGUEZ, Janete Lins; DROULERS, Martine. **João Pessoa:** crescimento de uma capital. João Pessoa: Editora Universitária, 1981.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção do espaço:** o caso da Grande João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária, 1980. p.39-59.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro Sentimental de uma Cidade.** 2.ed. João Pessoa: Editora A União, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade.** 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Manual de Geografia Urbana.** 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e Fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e Cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SILVA, Regina Celly Nogueira da Silva. **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade:** um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa. 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SOUSA, Alberto *et al.* Inovação no urbanismo brasileiro da Primeira República: o traçado de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana.

In: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp361.asp> Acesso em 28 de setembro de 2009.

SOUSA, Geyson Ulisses da Silva. **Entre os Meandros da Miséria Urbana:** a situação ambiental do Rio Jaguaribe na expansão da cidade de João Pessoa. 2003. s.p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O Bairro Contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: **RGB-** Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, abr./jun.. 1989.

STUCKERT FILHO, Gilberto Lyra. **Parahyba:** capital em fotos. 2.ed. João Pessoa: F & A Gráfica e Editora, 2004.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Do Rio ao Mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. In: TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais:** leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

TINEM, Nelci *et al.* Trincheiras: a expansão para o sul. In: TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais:** leituras das ruas de João Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1970-1984): o caso do Movimento Estudantil

Talita Hanna Cabral Nascimento

*Não há história muda. Por mais
que a queimem, por mais que a
rasguem, por mais que a mintam,
a história humana se nega a calar
a boca.*

Eduardo Galeano

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para o trabalho de conclusão de curso não foi uma escolha feita apenas para se obter um diploma de graduação. Antes mesmo de entrar para o curso, tinha muitas curiosidades acerca da Ditadura Militar Brasileira. Essa pequena curiosidade tornou-se ainda mais aguçada com os primeiros contatos que fui adquirindo com as movimentações estudantis acadêmicas, o que gerou na participação ao Centro Acadêmico de representação estudantil do curso de História: o CAHIS, por três anos. Acrescido disso, a oportunidade que tive em integrar o Grupo de Estudos sobre a sociedade civil paraibana no período

de redemocratização do Brasil (1974-1985), idealizado e orientado pelo professor Paulo Giovani. Daí em diante, a vida acadêmica esteve permeada de oscilações entre praticidade e teoria e dessas combinações o crescente gosto não só pelo tema, mas por tudo que veio a serem causas e conseqüências do autoritarismo do Estado militar e os resquícios que as instâncias, antes controladas diretamente pelo regime, ainda carregam na contemporaneidade.

Devido a contratempos, este trabalho foi estruturado em cima de revisões bibliográficas, algumas dissertações de mestrado e revistas, o que não faz perder a importância do mesmo. Nele é feito um levantamento das movimentações estudantis pós implementação do AI-5 na vida da sociedade civil brasileira, e sua repercussão frente aos demais componentes da sociedade civil e do Estado.

Para tanto, o presente trabalho está dividido em três capítulos: capítulo I é realizado um panorama da estrutura política do Brasil nos anos de 1974 a 1985, e sua desembocadura nas movimentações sociais populares e de classe média, na busca pela supressão do Estado autoritário. Neste capítulo é discutido o termo de sociedade civil em Gramsci e em Jorge Luis Acanda, dando mais firmeza as discussões; capítulo II é abordado o caso específico do movimento estudantil na década de 1970, dividido em duas partes: a primeira metade da década, encarregada de abordar as movimentações estudantis presentes nas instâncias burocráticas da Universidade, e a segunda metade da década, descrevendo o surgimento e influências das tendências políticas no Movimento Estudantil universitário; capítulo III é realizado um breve resgate cronológico do Movimento Estudantil da reconstrução da UNE à luta pelas eleições presidenciais diretas no país, as Diretas Já.

1 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A REDEMOCRATIZAÇÃO

*Só há liberdade quando se
luta pela liberdade.*
Spinoza, século XVII

*Quem controla o passado,
controla o futuro.*
George Orwell - livro 1984

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O período de 1974 a 1985 compreende a fase da história política, econômica e social brasileira denominada de redemocratização, uma vez que o país, desde 1964, estava sendo conduzido por um regime militar autoritário, suprimindo os direitos políticos e civis da sociedade brasileira em prol de um maior controle possível do país dentro de um Estado de Segurança Nacional, apoiado nos parâmetros regidos pela Escola Superior de Guerra (ESG)¹. O slogan adotado nos primeiros anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil foi “segurança com desenvolvimento”, associando “... desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o ‘inimigo interno’” (ALVES: 2005, p. 31)

Contudo, é a partir de 1974 que se tem início à liberalização gradual do regime militar. A primeira etapa, de distensão, foi conduzida pelo general Ernesto Geisel, sendo a

1 Uma melhor abordagem acerca das influências da ESG, ver: Estado e oposição no Brasil, da autora Maria Helena Moreira Alves, cap. I e II. Sobre os complexos IPES e IBAD ler 1964: A conquista do Estado, do autor René A. Dreifuss.

segunda etapa conduzida pelo militar João Batista Figueiredo na fase denominada de “abertura”. A idéia, tanto na etapa de distensão quanto de liberalização, era de promover um retorno do país a democracia, permanecendo dentro dos parâmetros de uma “democracia forte”, mantendo-se fiel ao modelo econômico de desenvolvimento adotado pelos idealizadores do Regime, dentro dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. O objetivo do governo Geisel era: “Manter o apoio majoritário dos militares reduzindo ao mesmo tempo o poder da linha dura e restabelecendo o caráter mais puramente profissional dos membros das forças armadas.” (SKIDMORE: 1991, p. 319)

Outra meta do governo Geisel era o retorno a democracia, mantendo-se fiel a visão castelista² segundo a qual após um limitado período governamental de emergência, a política nacional deveria ser conduzida a uma democracia representativa. Acreditava-se que com a democracia representativa, a população brasileira elegeria sempre o partido do governo, dando continuidade aos militares no poder.

Mas o que justifica o processo de abertura política, inaugurada em 1974?

Podem ser colocados dois principais motivos para a decisão do governo militar pela abertura política no Brasil: a primeira delas foi a derrocada do milagre econômico. A crise teria acelerado o ritmo de abertura política, já que diante da

2 Castelo Branco foi o primeiro presidente do Brasil pós golpe de 1964. A palavra “castelista”, bastante utilizado por Skidmore, remete a ala moderada dos militares e o termo em si, embora não esteja explícito, pode estar associado ao fato de Castelo Branco (além de ter sido presidente e defensor dos planos considerados “moderados”) ter sido reconhecido como um verdadeiro líder dos oficiais ligados a Escola Superior de Guerra. (SKIDMORE, 1991, p. 52)

crise a opinião pública se volta contra o Regime; a segunda justificativa teria sido o apoio que os EUA estava dando aos Direitos Humanos, em contraposição a sua antiga postura de incentivo as Ditaduras na América do Sul. Segundo Francisco Carlos T. da Silva³ as décadas de 1970 e 1980 assistiram a derrocada das ditaduras militares pela América Latina. Tais mudanças estariam atreladas a nova postura dos EUA quanto às relações internacionais.

A guerra do Vietnã dividiu a sociedade americana. A perda da guerra e o envolvimento no caso Watergate impulsionaram os EUA a buscar o prestígio perdido. E essa busca veio na figura do presidente Jimmy Carter. Carter visava elevar o prestígio dos EUA nas relações internacionais, e para tanto adere à causa dos Direitos Humanos.

O anticomunismo primário, a crença numa desastrada teoria do dominó, bem como anos seguidos de apoio às ditaduras mais liberticidas do mundo [...] mostrara-se não só ineficaz, como ainda danoso para os objetivos de longo prazo dos Estados Unidos. (SILVA: 2007, p. 250)

Agora, para os EUA, os países sob Regime Militar deveriam sinalizar para a redemocratização. Tais motivos (tanto econômico quanto internacional) teriam incentivado a idéia dos castelistas de retorno à democracia o mais breve e seguro possível.

Afora a pressão internacional, pode-se perceber que o governo Geisel de 1974 até 1978 continua a agir de maneira

3 No artigo: Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. O Brasil Republicano, vol. 4, Rio de Janeiro, 2007.

arbitrária, fazendo uso constante do AI 5 para reprimir a oposição, principalmente os comunistas. Um exemplo disto está na promulgação da Lei Falcão⁴ e do Pacote de Abril⁵ (em seguida ao fechamento do Congresso Nacional). Por outro lado, já no último ano de seu governo foi a vez de Geisel eliminar a linha dura do espaço político nacional e promover junto ao Congresso a abolição do AI-5, restituição do *habeas-corpus* para presos políticos e a suspensão da censura prévia ao rádio e à televisão. Mesmo assim, visando não fugir ao controle, declara o estado de emergência limitado, sem aprovação do Congresso, bem como a permanência da Lei de Segurança Nacional.

Porém, como passar do autoritarismo absoluto para um sistema semidemocrático?

Embora a idéia de redemocratização alimentasse a esperança dos brasileiros, principalmente daqueles que integravam movimentos de oposição de caráter classista ao regime, uma grande repressão por parte deste último permaneceu. Movimentos sociais urbano e camponês enfrentaram repressão, enquanto que grupos considerados não suficientemente preparados e organizados para representar uma oposição puderam participar das atividades política.

4 A partir das eleições de 1976, os candidatos estavam proibidos de usar os meios de comunicação visual e rádio para divulgar sua campanha eleitoral.

5 Série de medidas que visavam fortalecer o partido do governo, dentre estas medidas: as emendas constitucionais necessitariam somente da aprovação majoritária do Congresso; todos os governadores de estado e um terço dos senadores federais seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais, que incluíam as Câmaras Municipais, onde a ARENA predominava; os deputados federais seriam alocados na base média da população e não dos eleitores registrados; a Lei Falcão de 1976 foi estendida às eleições do Congresso.

Segundo Skidmore (1991), o desafio do governo Geisel estava em controlar a linha dura⁶ do Regime, ao passo que deveria também manter o controle das forças de oposição no país. Para tanto, entraria no processo de “abertura lenta, gradual e segura” a parcela da oposição que não representasse ameaça ao Regime. Seriam eles a elite oposicionista, representado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dentre outros.

Porém, foi no governo de João Batista Figueiredo que esta parcela da sociedade civil encontrou maiores brechas para atuarem em prol da democracia. Dando continuidade a política de “distensão” de Geisel, Figueiredo prossegue com a política de “abertura”, que compreendia uma série de medidas liberalizantes, porém cuidadosamente planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Estado. A idéia deste controle estava firmada na idéia de uma transição que pudesse conferir aos militares, através de seu partido, a permanência no poder mesmo que por meios eleitorais.⁷

6 A “linha dura” era representada pelo general Sylvio Frota, que teve participação ativa na derrubada do governo João Goulart e foi um dos principais defensores do aumento da repressão em 1968. Frota considerava que a liberalização só iria facilitar a vida dos subversivos que ele acreditava estarem infiltrados nos principais setores da sociedade civil. Frota também considerava-se candidato a sucessão presidencial e já articulava apoio para suceder Geisel. Informado disto, Geisel procurou barrar definitivamente as ações de Frota demitindo-o do cargo de ministro do exército. Para maiores detalhes, ver Skidmore: *Brasil, de Castelo a Tancredo*. Ed Paz e Terra: 1991, p. 385 a 397.

7 Uma prova disto está na manutenção de um único partido do governo enquanto que coube a oposição estruturar diversos partidos, sendo esta uma maneira de diluir a concentração oposicionista que se tinha no MDB. Segundo Maria Helena Moreira Alves, em *Estado e Oposição no Brasil*, “Golbery identificava como terceiro obstáculo ao êxito da institucionalização

Durante seu governo, houve a aprovação da Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. Foram anistiados todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 1961, data da última anistia. Porém, estavam excluídos aqueles que haviam se envolvido em crimes considerados “de sangue” durante a resistência armada ao governo. A lei também restabelecia os direitos políticos perdidos devido aos Atos Institucionais. Pela lei, não só civis, mas torturadores de presos políticos também foram anistiados.⁸ Também o retorno do multipartidarismo e, sobretudo, as mobilizações dos setores da sociedade civil.

Um dos componentes da sociedade civil nacional valeu-se do seu aparato moral para mobilizar a população contra o Regime. A Igreja Católica, em defesa dos direitos humanos, procuravam por ações pacíficas para se opor ao regime.

Uma vez informada de alguma prisão, a Igreja pode agir e várias formas. A CNBB ou a conferência regional dos bispos pode redigir uma denúncia formal e oficial. O bispo ou arcebispo pode interceder pessoalmente junto a alguma autoridade [...]. Fracassado estas duas iniciati-

do Estado a natureza bipolar do confronto governo – oposição. Por definição, os grupos no poder eram considerados ‘governo’ pelos eleitores. O resto era oposição [...] A solução, destinada a desarticular o sistema de oposição, era um quadro político-partidário-pluralista.” (ALVES, 2005, p. 320)

- 8 Atualmente, a mudança na Lei de Anistia é uma das lutas dos Direitos Humanos no Brasil. Já no Uruguai, no dia 12/04/2011 o Senado aprova o projeto interpretativo que anula a Lei da Caducidade. Durante 25 anos, essa norma impediu que fossem julgados os responsáveis por sequestros, torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos durante a ditadura que governou o país entre 1973 e 1985. (por Luciana Bertoia in: Agência Carta Maior, 20 de abril de 2011, acessado em: www.cartamaior.com.br).

va, a Igreja pode convocar a solidariedade internacional para proteger o preso de maiores perigos. (ALVES: 2005, p. 245).

Com uma coordenação hierárquica, tinha a CNBB que representava a cúpula da instituição e as CEBs que dialogavam com o povo e representavam a base.

A Igreja brasileira, portanto, sofreu dupla radicalização. Primeiro, foi forçada a assumir uma atitude de desafio em matéria de direitos humanos na medida em que membros do clero e do laicato [...] eram atingidos pela violência governamental. Segundo, dando prioridade ao trabalho pastoral junto aos necessitados, denunciava radicalmente o tipo de capitalismo que os tecnocratas e seus mentores militares construíam para o Brasil. (SKIDMORE: 1991, p. 362)

Além destas iniciativas, a Igreja procurava informar a opinião pública através da imprensa ou (caso esta estivesse sob forte censura) através de canais de comunicação alternativos. Outros componentes da sociedade civil nacional, antes conservadores que no governo Geisel assumem outra postura, foram a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Ambas fundadas na década de 1930, a OAB representava certa autonomia frente ao Estado. Sua autonomia deriva das suas funções como defensora da Constituição e, portanto, do Estado de Direito.

Tal como a Igreja, a OAB era tradicionalmente um órgão conservador cujos membros se tornaram mais radicais após confrontar-se com o

Estado autoritário. Assim, tanto a Igreja quanto a OAB estavam no âmago da sociedade civil que reconquistara a capacidade de opinar precisamente quando o governo Geisel resolvera aplicar seu mal definido projeto de liberalização. (SKIDMORE: 1991, p. 367)

A OAB foi uma das instituições civis que apoiaram o golpe de 1964, mas posteriormente lutaram pela abertura política. Os advogados udenistas representavam o pensamento tradicional e conservador dentro da OAB, porém até mesmo estes retrocederam frente à permanência de um Regime autoritário. Os advogados criminalistas foram os que sempre estiveram na luta contra o governo arbitrário. A meta que a OAB pretendia alcançar era a restauração do *habeas-corpus*, a revogação do AI – 5 e a anistia. A curto prazo, defendiam uma campanha afim de convencer o público de que os governos militares pós 1964 era ilegítimos porque a Constituição outorgada por eles não resultou de nenhuma assembléia constituinte eleita pelo povo.

No ano de 1978 foi publicada pela OAB a Declaração dos Advogados Brasileiros, um documento que inaugurou a nova fase mais agressiva nas atividades de oposição. Seu novo presidente, Raymundo Faoro, tornou-se o porta voz dos pontos de vista da oposição. Uma das contribuições mais importantes em que a OAB e alguns respeitados juristas estabeleceram foi:

Uma distinção entre o “Estado de Direito” (definido como sistema regido por legítimas estruturas legais) e “Estado de exceção” (caracterizado como o de estruturas legais ilegítimas). As definições e a insistência nessa distinção negavam ao Estado de Segurança Nacional a legiti-

mação que este buscara em sua constante preocupação em baixar decretos-lei, atos institucionais e complementares. (ALVES: 2005, p. 255)

Giorgio Agamben (2004) afirma que o Estado de exceção torna-se prática essencial dos Estados contemporâneos, inclusive os chamados democráticos. Segundo este autor:

Uma “democracia protegida” não é uma democracia e que o paradigma da ditadura constitucional funciona sobretudo como uma fase de transição que leva fatalmente à instauração de um regime totalitário. (AGAMBEN: 2004, p. 29)

Com estas palavras, o referido autor está analisando as sociedades européias em tempos de regimes totalitários, mas não difere do caso brasileiro sob Regime Militar, uma vez que a promulgação de Atos Institucionais (para legalizar as decisões e arbitrariedades militares) e a tentativa de manter o país sob a aparência de uma democracia podem ser enquadradas, do ponto de vista jurídico, em uma ditadura constitucional.

Outra atuação expressiva foi a da ABI. Nos primeiros anos de ditadura militar, o papel da ABI limitou-se à coordenação das atividades dos jornalistas, à defesa dos profissionais ameaçados e à promoção de debates educativos, conferências e sessões de estudo. Após promulgação do AI-5, a imprensa passou a sofrer censura prévia. Diante dessa nova conjuntura, a ABI engaja-se no combate a qualquer forma de censura e promove atividades culturais, bem como a manutenção dos debates educativos.

Além da ABI, a própria imprensa desenvolve atividades independentes de resistência a censura prévia expressas de duas maneiras: através de semanários ou tablóides alternativos de oposição, que criticavam “mais livremente” as políticas econômicas e repressivas do governo; a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, com publicações indiretas ou disfarçadas de informações, para leitura nas entrelinhas.⁹

Em 1975 Geisel promoveu a remoção da censura ao O Estado de S. Paulo e a Folha de São Paulo. Gradativamente os demais meios de informação impressa foram liberados da censura prévia, inclusive os menores jornais de oposição e os da Igreja Católica. (ALVES: 2005, p. 259) Contudo, rádio e televisão permaneceram sob censura, em uma época em que o som dos noticiários e as imagens eram essenciais para informar a grande parcela da população brasileira, que no período eram de analfabetos ou semi-analfabetos. Sobre as informações:

Os principais veículos passaram a publicar artigos criticando o modelo econômico e denunciando a corrupção de altos funcionários governamentais. Mais importante ainda, no entanto, foi o rompimento da cultura do medo, pela eliminação do silêncio: a cada denúncia de casos de tortura, a imprensa oferecia ampla cobertura, exigindo investigações e o fim da violência. (ALVES: 2005, p. 262)

Os operários brasileiros também se fizeram presentes na luta pela reivindicação de seus direitos e

9 Um exemplo disto são as receitas culinárias postadas pelos principais jornais do país no período.

pela democratização da política. Em 1978, sob governo do general Figueiredo, os operários do ABC paulista (liderados por Lula) convocam uma greve reivindicando aumento salarial bem acima da taxa de inflação, além da legalidade política de sindicalistas não oficiais. Neste mesmo ano foram registrados mais de 400 greves pelo país: motoristas de ônibus, professores, garis, empregados da construção civil, os setores siderúrgico e portuário, transporte de carga, bancário e telecomunicações. (SKIDMORE: 1991, p. 417) Embora as lutas fossem em sua maioria por reajustes salariais, foram movimentos que desafiaram as premissas do Estado ditatorial.

Em meio a esta conjuntura, há a retomada do movimento estudantil. Para tanto, vale fazer um resgate da atuação estudantil no decorrer da história nacional. As movimentações estudantis não é um fato apenas da história contemporânea, pois se faz presente desde o Brasil Império.¹⁰ Segundo Poerner (1995) mesmo antes do surgimento de entidades de organização estudantil, tal qual a UNE, as movimentações discentes podem ser enquadradas a concepção abrangente de Movimento:

As manifestações estudantis do passado brasileiro representam sempre uma posição de inconformismo da classe média urbana. As motivações aparentes do inconformismo são as mais variadas, mas um elo comum pode ser obtido: a superação das formas sociais nas diversas épocas, seja, elas colônia, regência, império,

10 Arthur Poerner traça o histórico do movimento estudantil no Brasil desde o Brasil Colônia no livro "Poder Jovem". Contudo, seu livro é questionado devido a análise linear da história do movimento estudantil.

escravatura. (FILHO; MEIRA *apud* POERNER: 1995, p. 55).

Idéia esta que encontra confrontos em trabalhos mais atuais. Para João Roberto Martins Filho (2007) a posição de Poerner frente à análise do Movimento Estudantil torna-se mistificadora, uma vez que não se propõe a tratar o objeto de estudo com criticidade. Para dar início, coloca que “as mobilizações estudantis só começam a perder seu caráter de elite no começo dos anos 1960, e a própria expressão ‘movimento estudantil’ não parece adequada antes dessa data.” (MARTINS FILHO: 2007, p. 186)

Para o autor Sérgio Adorno (1988), as agremiações estudantis do cenário político brasileiro podem ser definidos como ante salas do poder do Estado, fruto de uma relação direta entre ensino e política que é capaz de promover discussões, atividades e publicações em torno do espaço acadêmico e público.¹¹ Assim, o ritmo das movimentações estudantis seguiam o rumo das idéias liberais na política.

Já a partir da década de 1930, o que comumente se é chamada de República Nova, as movimentações estudantis vão se deparar com as reformas institucionais acadêmicas. Nesse sentido surgem as Universidades, espaços que vão reunir os diversos cursos, um corpo burocrático e apta a atender as exigências de um projeto de reforma do Estado.¹²

Com a criação da Universidade, os estudantes são “orientados” [...] a modificar o caráter de

11 Sérgio Adorno. Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1988, cap. 4

12 Fazia parte do projeto do Estado ter as Universidades como espaço de formação e especialização do trabalho, dentro da estratégia de desenvolvimento econômico nacional.

suas atividades coletivas para seguir um modelo institucional de entidade “de classe” implantado pelo Estado na sociedade civil; mudança que “dispensa” a presença de inúmeras federações, ligas, agremiações (...) para compor uma organização centralizada de cunho representativo e espírito corporativo, com assento reconhecido nas instâncias de gestão da Universidade e, posteriormente, do Estado. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 11)

Portanto, diante do Estado nacionalista, a política estudantil deveria estar voltada para formação profissional e mercado de trabalho previsto pelo Estado. Fora dessas diretrizes, era considerada dispensável. Diante de tais critérios, a UNE é criada como uma reação as perspectivas assistencialistas das agremiações associadas a Casa do Estudante do Brasil durante o Estado Novo. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 12)

A UNE foi fundada em 1937, e chaga a encampar campanhas tais quais “O Petróleo é Nosso” tendo o PSB a frente da entidade. Durante muito tempo manteve caráter nacionalista, porém a entidade estudantil também chegou a ser representada pelos interesses estrangeiros. Em 1951 ocorre a infiltração norte americana na UNE, representada pela estadunidense Helen Rogers. As entidades estudantis nos EUA tinham ligações diretas com a CIA, da qual recebiam ajuda de custo para disseminar o anticomunismo pelo mundo. (POERNER: 1995, p. 170). Do ponto de vista do posicionamento político, de 1951 a 1956 a UNE fica a cargo da direita estudantil.

Em 1961 há a ascensão católica no movimento através da AP (Ação Popular), formada por militantes oriundos da Ju-

ventude Universitária Católica e da Juventude Estudantil Católica. A AP refletia o fortalecimento da esquerda católica dentro do próprio movimento estudantil. (SILVA: 1987, p. 90). Segundo Martins Filho (2005) é a AP que introduz a idéia de necessidade de comprometimento dos jovens com os problemas da comunidade, e isso é assimilado principalmente pela parcela dos estudantes que apresentavam-se hostis ao discurso mais radical do “ateísmo comunista” (Martins Filho: 2005, p. 187)

Segundo Guilhaon Albuquerque (1977), o movimento estudantil de 1930 -68 tem uma dinâmica articulada dentro dos critérios de organização sindicais e partidárias, que conferem aos estudantes um papel político e social de destaque.

Um traço essencial do movimento estudantil brasileiro foi sem dúvida o monopólio institucional da representação. Oficializado segundo o modelo dos sindicatos, o movimento estudantil se estruturava verticalmente e tinha reconhecimento legal: o Centro Acadêmico era órgão oficial da Faculdade [...] A filiação dos estudantes era automática e os estatutos reconhecidos pela Congregação. [...] Enfim, as Uniões Estaduais e principalmente a UNE contavam com sua parte no orçamento governamental. (ALBUQUERQUE *apud* PELLICCIOTTA: 1997, p. 15-16)

Após a tomada de poder pelos militares, todo estudante universitário passa a ser encarado como potencialmente subversivo. Uma das medidas militares para a educação era de implantar o acordo MEC – USAID¹³,

13 O acordo impunha ao Brasil a contratação de assessoramento Norte Americano e a obrigatoriedade do ensino da Língua Inglesa desde a primeira série do primeiro grau. Os técnicos oriundos dos Estados Unidos

promovendo a desnacionalização do ensino brasileiro. Para implantar tal tipo educacional, precisava-se eliminar a atuação estudantil.

As movimentações estudantis devem agora responder a outros desafios trazidos pela elaboração e implantação do projeto tecnocrático e autoritário de Universidade, pela privatização e rebaixamento qualitativo da rede de ensino, pela repressão dos movimentos políticos e culturais em curso. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 19)

A lei Suplicy de Lacerda, que entra em vigor no mesmo ano da tomada de poder, colocou as entidades representativas dos estudantes a cargo do Ministério da Educação, dessa maneira desestruturando a organização estudantil. A UPE, UME, UBES, UEEs, as Uniões Estaduais de Estudantes Secundários e outras representações estudantis foram substituídas por DAs, DCE, DEE, enfim, por diretórios universitários e estaduais controlados pelo Ministério da Educação. Progressivamente foi-se diluindo o movimento estudantil católico¹⁴ e ascendendo o marxista.

No ano de 1968 é instaurado o AI -5, período em que há um maior endurecimento da repressão militar. Nesse momento, a oposição também passa a agir com violência, através da luta armada, em reflexo a própria violência militar. Nessa conjuntura, o movimento estudantil tem sua entidade de representação maior (a UNE) proibida de

criaram a reforma da educação pública que atingiu todos os níveis de ensino. O MEC/USAID, na verdade tinha como proposta inicial privatizar as escolas públicas.

- 14 A esquerda católica acreditava na mudança política – social a partir do consenso e não da força. Nesse sentido, talvez a opção estudantil em aderir ao marxismo, alguns vinculados ao trotskismo.

exercer atividades, ou mesmo de existir. A partir de então, vai se constituir lutas pela defesa não só da UNE, mas também das demais entidades de representação locais e regionais. Nesta perspectiva, não só os estudantes vinculados as tendências políticas estavam engajados, mas também a parcela de estudantes que expressavam a desilusão das correntes liberais com a permanência dos militares no poder. (MARTINS FILHO: 2005, p. 192)

Portanto, predominantemente integrante da camada média da população urbana, o Movimento Estudantil incorpora movimentos mais abrangentes à medida que percebem que suas aspirações de ascensão social estão sendo frustradas. Buscando maiores espaços de decisões no campo político e social, o Movimento Estudantil passa a compor, ao lado dos setores médios da sociedade civil, a luta contra um Estado que barrava diretamente os interesses estudantis em três aspectos: acadêmico/profissional, cultural e político. Segundo Mirza Pellicciotta (1997), são as estruturas e tensões do espaço acadêmico que dão margem as movimentações estudantis da década de 1970/80.

O movimento estudantil dos anos 70, na verdade, se apresenta como um movimento em mudança em sintonia com uma década que se afirma como “tempo de diferenças” e, neste caso, torna-se difícil trabalhar com falas exclusivamente partidárias ou com referências apenas institucionais das movimentações. (PELLICCIOTTA: 1997, p.32)

A necessidade de construção de novas perspectivas de luta acadêmica e política levam a uma fragmentação da vanguarda revolucionária, e esta fragmentação acompanhará

a retomada do movimento estudantil na década de 1970/80. Portanto, segundo Pellicciotta (1997), vários aspectos estão interligados ao Movimento Estudantil dos anos 70/80: acadêmicos, culturais e políticos. Neste trabalho daremos prioridade a um desses aspectos: o envolvimento político.

1.2 DA ESCOLHA DO TEMA: ABORDAGENS HISTORIOGRÁFICAS E METODOLÓGICAS

A temática acerca dos anos entre 1964 a 1985 tem chamado muito a atenção de estudiosos acadêmicos e de pessoas que sentem-se afeitas pela leitura de um tema que se concretizou em nosso país e está dentro do que pode se chamar de “história do presente”

Até o fim dos anos 1970, o presente era uma temática que pouco era introduzido nas discussões metodológicas e epistemológicas no estudo da História, pois os estudos até então procuravam se voltar essencialmente para o estudo da Nova História. Herdeira dos *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre, esta ausência do presente se dava principalmente porque a Nova História considerava as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que a conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance. Assim, procuravam substituir a cadeia factual pelo sentido econômico e social do tempo. Frequentemente, a Nova História ignorou o contemporâneo e, conseqüentemente, o presente e o imediato. Porém, diante desse quadro há exceções, como os artigos de Pierre Nora, *O retorno do fato*, e o de Jean Lacauture, *A história imediata*, que se constituíram reflexões essenciais sobre o presente. (NUNES: 2004, p. 50)

Apesar da tentativa das abordagens acerca da história do presente procurar espaço no campo historiográfico, só a partir dos anos de 1980 é que ela encontra espaço em conjunto com a retomada do interesse pelo político e valendo-se do papel de vanguarda desempenhado pelos historiadores do político. Entretanto, a história do presente e a história política não se constituem em sinônimos, pois a história do presente abarca não só o político, mas também está encarregada do cultural, econômico, intelectual, social, entre outros. Do ponto de vista da nova história política, esta não encontra-se exclusivamente presa à proximidade do tempo.

[...] para os historiadores, trata-se, sobretudo, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente; e o fenômeno concomitante de demanda social, uma vez que existe, desde os anos de 1950, uma grande procura por esclarecimentos sobre temas atuais, que vai além dos meios universitários. Isto levou historiadores e jornalistas a produzirem textos, para suprir esta demanda, o que se tornou um grande negócio para a indústria editorial. (NUNES: 2004, p. 51)

Apesar de se trabalhar com uma história mais recente, não difere da história mais remota, uma vez que possui objetivos, métodos e fontes:

[...] principais especificidades da história do presente: primeiro, o fato de ela se situar na emergência de fenômenos de longa duração no seio do presente, e ter por função principal mo-

dificar permanentemente o significado destes (...) e segundo a abundância de instrumentos documentais capazes de fornecer fontes ao trabalho do historiador e que contribui para modificar a própria natureza da noção de arquivo. Esta profusão exige escolha, classificação e o rigor do ofício histórico. (BERNSTEIN; MILZA *apud* NUNES: 2004, p. 52)

Contudo, uma pesquisa que consiste em estudar o político a partir da atuação da sociedade, exige um breve resgate de como anteriormente esse tipo de temática era abordada na história e em que momento se modifica, momento este em que o político deixa de ser um tema apenas elitista e o social entra em cena no campo historiográfico.

Na antiguidade, o tipo de história adotada valorizava os grandes homens, conquistadores, heróis, na perspectiva de que essa era a história que deveria ser descrita para a posterioridade. Assim era na Grécia antiga - com os seus heróis da história - e em Roma, aonde a história foi o estandarte e a justificativa das grandes conquistas, havendo o abandono da história cíclica dos gregos e adotando uma história universal, sendo o “universal” a romanização do mundo. Portanto, com os romanos, descrito por Políbio “o conceito de humanidade entra como motivação expansionista”. (REIS: 1997, p. 20).

Com a modernidade, o Estado assume o foco de importância nos estudos da história, caracterizado pelo campo de estudos denominado de político. Os pensadores do período da história que compreendem do século XV a primeira metade do século XVIII procuraram justificar a supremacia da monarquia absolutista a partir da

necessidade de um Estado forte. Dentre estes autores, estão o Thomas Hobbes e o Nicolau Maquiavel, nos quais o Estado seria aquele que representa a passagem do estado de natureza para um estado de vida em sociedade de forma contratual, baseado em leis, regras.

Século XIX ocorre a supremacia das revoluções burguesas, levando ao declínio das monarquias absolutistas e cedendo espaço as monarquias parlamentares ou a república. Esse tipo de história exercida na chamada Idade Moderna: trata-se de “histórias” que se referem cada vez mais aos Estados territoriais ou dinásticos, as conhecidas monarquias nacionais dos Estados absolutistas dos tempos modernos, constituindo-se em precursoras das futuras histórias nacionais centralizadas na idéia de Estado-nação. (FALCON: 1997, p. 101).

A Ilustração e o Romantismo acentuaram a importância do político na história, do qual poder sempre é o poder do Estado e os acontecimentos são eventos políticos. Ou seja, a história deveria ser necessariamente política, pois eventos políticos são sempre “temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.” (FALCON: 1997, p. 103).

Ainda assim, a emancipação da burguesia estimula o desenvolvimento de outra forma de pensamento que insere o social na participação política. Marx e Engels elaboram a concepção de materialismo histórico, definindo teoricamente o confronto de classes decorrente da exploração do homem pelo homem.

Porém, foi a história metódica ou positivista no final do século XIX que ocupa grande espaço nos estudos historiográficos. Introduzido por August Comte, o positivismo na história pretendeu torná-la científica, baseado no empirismo e na documentação oficial. Esse tipo de história dá supremacia ao político e seus estudos têm foco

narrativo, factual e linear. Para os metódicos ou positivistas, era extremamente importante distinguir a verdade histórica da ficção literária dos românticos, separando os fatos em dois tipos: os verdadeiros, que poderiam ser comprovados, e os falsos, de impossível comprovação. Daí a importância para os positivistas de narrar os acontecimentos passados tal qual eles realmente se passaram.

Esse tipo de história – história política tradicional – passa a ser questionada e os olhares são deslocados do aspecto político para o econômico. Uma história social e interdisciplinar entra no campo histórico: os *Annales*. O discurso adotado pela tradição francesa “origina-se na rejeição total a historiografia dominante, dita positivista. O segundo traço marcante é a rejeição à política. O jogo político, a vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado. O Estado é rejeitado como exterior à sociedade.” (DOSSE: 1992, p. 16).

Porém, do ponto de vista historiográfico, o impacto causado pelos *Annales* não teve grande repercussão fora das fronteiras francesa nos primeiros anos de sua fundação. “A idéia de uma história política em vias de extinção, [...], não se pode aplicar à Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e EUA (e ao Brasil também).” (FALCON: 1997, p. 110). A história política tradicional ainda era aplicada como narrativa, biografia, nos estudos acadêmicos até meados da década de 1960.

Por outro lado há a corrente historiográfica marxista que também veio a rejeitar o cronológico, factual e a supervalorização do Estado enquanto objeto por excelência da produção historiográfica, estudadas pelos positivistas na história. A corrente marxista desviou o olhar do historiador para as massas e para interligação entre os elementos sociais econômicos.

No período entre guerras e pós II Guerra Mundial, surgem diversas correntes marxistas sob três perspectivas de estudo: o marxismo estruturalista de Althusser, o culturalista de Thompson e o político de Gramsci, não passando despercebido a contribuição dos *frankfurtianos* e dos demais ingleses da *New Left Review*.

Foi nos anos de 1970 com a *Nouvelle Histoire* que se cria um espaço para o retorno de uma história política renovada, principalmente com a 3ª geração dos *Annales*. Ora, no momento em que a história se apresenta em migalhas, em múltiplas histórias e não mais em apenas uma, a história política também encontra campo nessa nova configuração da história. Renovada, a nova história política incrementa as suas pesquisas a interdisciplinaridade, estimulada pelo contato com as ciências sociais, psicologia, lingüística, a matemática, informática entre outras.

A Nova História Política retorna então “abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos [...]” (REMOND: 1996, p.36).

Da maneira que a história política era trabalhada anteriormente não dava para continuar sendo trabalhada no campo da história. Não é à toa que o estudo da política tornou-se objeto de despreço dos pesquisadores:

Em primeiro lugar, porque não se ganharia nada em continuar a confundir as insuficiências de um método com os objetos a que se aplica. Ou bem existe, com efeito, uma natureza própria dos fenômenos políticos, que os limita a categoria dos fatos – [...] ou bem, ao contrário,

o político, como o econômico, o social, o cultural, o religioso, acomoda-se aos métodos os mais diversos, inclusive os mais modernos, e, nesse caso, é tempo de aplicá-los ao político. (JULLIARD: 1976, p. 181)

Esse retorno da história política renovada dá-se, além das mudanças epistemológicas no campo da história, também às novas configurações em que a sociedade pós-industrial está inserida, ao menos no contexto Ocidental. O aumento das demandas do Estado com políticas públicas, a crescente participação dos setores sociais a partir da inserção da população nas decisões políticas trouxeram à tona a inevitável politização dos acontecimentos.

Neste contexto, Jacques Julliard (1995) acredita que a chamada “intervenção burocrática” (as políticas públicas setoriais) aliada aos modernos meios de comunicação e informação devam ser encarados como elementos-chave para o favorecimento desse novo olhar político:

À medida que a sociedade natural cede lugar àquilo que Alain Touraine chama de “sociedade programada”, o estudo das políticas setoriais assume importância crescente como fato de explicação [...]. Acrescentemos, enfim, que o desenvolvimento dos meios modernos e de informação torna imediatamente políticos um grande número de acontecimentos, conferindo-lhes uma repercussão pública, uma singularidade, talvez um caráter de exemplo que não existam sem tais meios. (JULLIARD: 1995, p. 183-184)

Acerca das novas correntes marxistas, estas retornam com a restauração do político na história:

Basta neste caso mencionar a importância de alguns conceitos gramscianos – hegemonia, bloco histórico, dominação *versus* direção, intelectuais tradicionais e orgânicos - e althusserianos – autonomia relativa, sobredeterminação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos de Estado. (FALCON, 1997, p. 118).

As novas discussões travadas sobre o político no campo do marxismo percebem o Estado e suas relações com a sociedade civil, além de abrir caminhos a novas investigações históricas mais amplas acerca do poder e das formas de dominação. É com base neste último aspecto da nova história política, da participação da sociedade civil e a reação do Estado, que este trabalho está fundamentado.

Neste trabalho de conclusão de curso é trabalhado o conceito gramsciano de Estado e sociedade civil a partir da teoria ampliada do Estado contida na obra “Cadernos do Cárcere”, comentadas por Carlos Nelson Coutinho, bem como a visão de sociedade civil em Jorge Luis Acanda¹⁵, também gramsciano¹⁶.

A teoria desenvolvida por Gramsci do Estado ampliado soma-se a idéia desenvolvida por Karl Marx. Em Marx, a sociedade civil é um espaço de lutas de classe. O Estado seria o reflexo da sociedade civil e esta atuaria por interesses próprios e também privados. Caberia ao Estado manter e reproduzir a divisão de classes, garantindo os

15 Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

16 Há outros estudos acerca da idéia de Estado e sociedade civil em Gramsci, uma delas está em BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. Paz e Terra, 1999. Aqui ele retira a sociedade civil do campo da superestrutura.

interesses comuns de uma classe particular que impõe seus interesses particulares como interesse geral da sociedade.

Gramsci, por sua vez, não nega as descobertas de Marx, mas acrescenta, levando em consideração a outra conjuntura em que se está vivendo. Apoiado nas descobertas de Marx sobre os “aparelhos privados de hegemonia”, em Gramsci a sociedade civil faz parte da concepção de Estado ampliado. Essa concepção comporta duas estruturas principais: a sociedade política e a sociedade civil:

Portanto, o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política [...] que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e/ou policial militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura [...] (COUTINHO: 2007, p. 127).

As duas esferas da sociedade civil conservam ou promovem uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe, sendo ela fundamental. Porém, o modo de encaminhar a conservação ou promoção irá variar. Na sociedade civil, “as classes buscam exercer sua hegemonia ... mediante a direção política e o consenso;” (COUTINHO: 2007, p. 128). Na sociedade política, haverá sempre o uso da dominação (ditadura), mediante o uso da coerção.

Ou seja, no momento da homogeneização dessas duas estruturas, o que vai definir se um Estado assume uma característica mais consensual e menos coercitiva ou vice versa, vai depender da correlação de forças dessas classes na busca pela supremacia.

Segundo Jorge Luis Acanda (2006), de 1848 a 1970 a referência ao termo “sociedade civil” havia sido abandonado, com exceção da compreensão de Gramsci sobre o tema, sendo este o único a compreender a necessidade de recuperar essa categoria, a fim de utilizá-la como elemento chave na reflexão sobre sociedade. (ACANDA: 2006, p. 30-31)

O retorno da idéia de sociedade civil no imaginário político contemporâneo está vinculado aos complexos processos político, sociais e econômicos desencadeados no mundo em fins dos anos de 1970. Acanda avalia que o retorno da idéia de sociedade civil está vinculado a três cenários de conflito político que, conseqüentemente, vão gerar conceitos teóricos distintos acerca da sociedade civil: países comunistas do Leste europeu, a nova direita dos países capitalistas desenvolvidos e a nova esquerda latino americana.

Nos países comunistas do Leste europeu, a idéia acerca do termo “sociedade civil” está vinculada a rejeição a um Estado ultracentralizador. Portanto, com o desaparecimento do campo socialista europeu, nesses lugares a visão de sociedade civil converteu-se em sinônimo de anticomunismo. Com relação aos países capitalistas desenvolvidos, surge o que vai se chamar de “nova direita”, uma vez que esses países representaram uma ofensiva neoconservadora determinados a eliminar qualquer resquício das conquistas operária e de esquerda, bem como a idéia keynesiana do “Estado do bem estar social”. Defensores

da idéia de um “Estado mínimo”, os neoliberais faziam amplas divulgações (apoiados pelos meios de comunicação mais conservadores) de que sem a intervenção do Estado, a sociedade civil se fortaleceria. Portanto, “a idéia de sociedade civil foi utilizada como base teórica da projeção política do neoliberalismo.” (ACANDA: 2006, p. 19)

Segundo Larry Diamond (1994), a sociedade civil seria “aquela esfera da vida social organizada que é voluntária, autogeradora, autosustentável, autônoma do Estado” e que “compreende cidadãos que atuam coletivamente numa esfera pública para exprimir seus interesses, paixões e idéias.” (DIAMOND *apud* ACANDA: 2006, p. 19). Nesta perspectiva neoliberal, a reação de diversos marxistas foi a de encarar a sociedade civil apenas por este ângulo e, portanto, encará-la com hostilidade.

Por sua vez, na América Latina se desenvolve o que vai se chamar de nova esquerda, fruto das décadas de 1970/1980 que foram palco da expansão de ditaduras militares por esta área geográfica. A crise dos Estados e dos partidos políticos (inclusive os de esquerda) levou muitos a defenderem novos tipos de movimentos populares identificados à sociedade civil: organizações de bairro, movimentos estudantis, feministas, sindicatos, dentre outros. Esses grupos representavam uma rejeição a política não só neoliberal, mas também de eliminação de qualquer forma de resistência popular dentro do regime arbitrário.

Ao contrário da interpretação neoconservadora, a sociedade civil foi entendida por esses grupos como uma nova força, capaz de exigir do Estado não somente a diminuição da repressão, como maior responsabilidade social. O objetivo não era a eliminação das funções sociais, eco-

nômicas e redistribucionistas do Estado, e sim o seu fortalecimento. (ACANDA: 2006, p. 22)

Portanto, o termo “sociedade civil” é conferido de muitos conteúdos e intenções, inclusive antagônicos. Contudo, o termo que iremos utilizar de sociedade civil está associado ao da nova esquerda latino americana, que insurge em oposição a um Estado de exceção, em busca da transformação do Estado, e não de autonomia em relação a este.

Levando em consideração os aspectos gramscianos da sociedade política, é esta que torna-se hegemônica no Brasil no Período de Regime Militar. O Estado de 1964 estava ali para representar os interesses de uma sociedade política que buscava uma hegemonia e um desenvolvimento do país ao lado de seus próprios interesses, longe de atender as reivindicações de trabalhadores urbanos e rurais, procurando diluir qualquer disseminação ideológica que pudesse ser de oposição aos interesses de desenvolvimento elitista.

Mesmo mediante repressão, a sociedade civil procurou agir contra o Regime, embora que reservados, na ilegalidade, impedidos de que suas propostas alcançassem um público maior. Na fase de distensão ou redemocratização, a sociedade civil vai adquirindo aos poucos espaços para disseminação de suas ideologias, mesmo no quadro de “distensão lenta e gradual”. Dessa maneira, a sociedade civil vai buscando espaço e firmando sua correlação de forças com a sociedade política então vigente. Segundo Acanda (2006, p.25), todos os projetos políticos, tanto da direita quanto da esquerda, apostam apenas na sociedade civil como único receptáculo e garantia de democracia.

1.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970: CONTINUIDADE OU RECONSTRUÇÃO?

Ouvimos com frequência diversas histórias sobre a “distensão gradual”, “aberturas democráticas” e outros mitos. Mas a realidade é de que só existe abertura para os que dependam e sustentam a política oficial [...] Para nós, “abertura” ou “distensão” significam a livre confrontação das idéias na busca de soluções que representem a maioria.

Conselhos de Centros Acadêmicos da USP, 1975

O movimento estudantil da década de 1970 difere do movimento desempenhado na década de 1960. Alguns autores propõem que o movimento estudantil, enquanto vanguarda detentora de todo seu histórico de lutas, tem suas atividades tradicionais abaladas em 1968, ou seja, tem toda sua trajetória marcada por dinâmicas, discussões, experiências e perspectiva de lutas muito específicas interrompidas pelo endurecimento do Regime Militar, com a decretação do Ato Institucional 5. Pellicciota (1997), baseia-se em autores tais quais Guilhon Albuquerque (1977) e Arthur Poerner (1995), para levantar suas primeiras problemáticas acerca do entendimento historiográfico sobre o movimento estudantil da década de 1970. A referida autora, parafraseando Albuquerque e Poerner, assim descreve:

A partir deste período, o que se constata é a derrota, o dismantelamento deste movimento, condição que o transforma enquanto objeto de estudo, em uma temática de muito poucos atrativos teóricos. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 7)

Segundo Poerner (1995), não havia mínimas condições para a sobrevivência do movimento estudantil mediante a repressão pós AI-5, embora nunca tenham deixado de existir tentativas e ações isoladas ou pontuais.¹⁷ Contudo, a volta substancial dos estudantes as ruas só se daria efetivamente a partir de 1977, ano em que ocorrem os primeiros preparativos para a reconstrução da UNE:

A volta dos estudantes às ruas somente se daria em março de 1977, [...] com reivindicações bem concretas: mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular [...]; a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; [...] o fim da aplicação indiscriminada [...] da pena de jubilamento aos estudantes de menor rendimento [...] e a libertação de colegas presos. (POERNER: 1995, p.301-302).

Apesar de Poerner (1995) esclarecer que o movimento estudantil esteve entre 1968 a 1975 engajado parte na luta armada e outra de pouca expressividade

17 Em pequenos grupos ou em ações relâmpagos houve no Brasil, dentre outros, protestos contra a presença de Nelson Rockefeller, em 1969; segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; manifestação contra as arbitrariedades e a morte do estudante Alexandre Vannucchi na USP, em 1974. Já meados de 1974 – 1975 ocorrem diversas greves pelas universidades públicas do país.

enquanto movimento organizado, e de Albuquerque (1977) alegar que a persistência estudantil durante a ditadura militar, inclusive na luta armada, só se fez devido ao caráter sindical e partidário do movimento estudantil, estas prerrogativas não esclarecem por completo a participação dos estudantes durante estes sete anos. Estudos mais recentes têm dado importância também a outros elementos que, junto à atuação política, procuram definir o movimento estudantil no Brasil durante o regime militar na luta pela democratização. São pesquisas que procuram distanciar-se da linearidade dos estudos sobre movimento estudantil.

Segundo Mirza Pellicciotta (1997), mesmo diante da repressão que abate os estudantes pós 1968, estes permaneceram articulados em movimentações, embora que em menor número de participantes e em entidades ditas “oficiais”, desempenhando atividades de viés acadêmico ou imediatista, ao passo que a cultura se fez presente no sentido de atrair a atenção e simpatia dos estudantes a causa estudantil.

Para a referida autora, o movimento estudantil da década de 1970 adquire um outro perfil se comparado as movimentações de 1964 – 68. Na década de 70, há uma recomposição de estruturas hierárquicas, na medida em que consolidam fóruns de deliberação e organização mais centralizados e fundamentados em bases político representativas, bem como a resistência à proletarianização da condição estudantil, de retomada das lutas sociais mais abrangentes e de recomposição dos projetos políticos e culturais. De 1964 a 1968:

[...] as movimentações estudan-
tis devem responder a outros

desafios trazidos pela elaboração e implantação do projeto tecnocrático e autoritário de Universidade, pela privatização e rebaixamento qualitativo da rede de ensino, pela repressão dos movimentos políticos e culturais em curso. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 19)

Ainda segundo a autora, as novas configurações políticas, culturais, sociais e institucionais que os estudantes da década de 1970 estão inseridos impossibilitam de se estudar e compreender o movimento estudantil com o mesmo olhar dos estudos sobre as movimentações até 1968:

O leque de questões, desafios, problemas e leituras políticas e culturais que se apresentam e se encontram em transformação na Universidade, no universo do mercado de trabalho ou ainda entre as concepções e condições de militância político – cultural, dizima qualquer perspectiva, neste período, de uma ação política institucional segundo os quadros estabelecidos anteriormente. (PELLICCIOTTA: 1997, p.28)

Para Daniel Sevillano (2010), além da opção “oficial” das movimentações estudantis, os estudantes procuraram também interferir enquanto oposição neste período através da cultura “marginal”. Para o referido autor, a cultura “marginal” foi utilizada também como uma forma de oposição ao Estado militar com sua cultura oficial.

Na década de 1970, o movimento estudantil passa por duas etapas: a primeira, de 1970 até meados de 1974, o movimento teve a frente uma organização mais “academicista”, ou seja, mais preocupados com as questões acadêmicas, tais quais financiamento, assistência estudantil

e ensino. Na segunda metade da década, o movimento recebe também influências das tendências políticas, o que passa a gerar certo confronto interno ao movimento, além da pressão do Estado através da polícia política.

1.3.1 Movimento estudantil na primeira metade da década de 1970

A primeira metade da década de 1970 é marcada pelos primeiros passos dos estudantes, enquanto movimento estudantil, rumo a retomada das atividades coletivas. A repressão junto a polícia política abate também a vida acadêmico/ política dos estudantes, o que os deixa sem muitas saídas para movimentos de oposição. Uma das saídas foram os movimentos que visam atividades mais “assistencialistas” (ou imediatistas) aos estudantes junto às entidades ditas “oficiais”. Por outro lado a promoção de eventos culturais no intuito de aglutinar cada vez mais estudantes para o interesse político e coletivo também se fez presente neste período.

As entidades conhecidas por “oficiais” eram os Diretórios Acadêmicos, implantados pelo regime através da Lei Suplicy¹⁸ para controlar as atividades estudantis. É na fase que vai de 1970 a meados de 1975 que os Diretórios se transformam em um meio viável de acesso às informações da Reforma Universitária e um espaço escolhido para aglutinar

18 Lei que extingue as representações estudantis, tais quais a UNE e as uniões estaduais, desmantelando as bases organizativas dos estudantes. Coube ao Ministério da Educação criar os Diretórios que estariam presentes dentro do espaço acadêmico e sob tutela do próprio ministério, inclusive na escolha de lideranças. Essa lei recebeu esse nome devido ao ministro da educação do período, Flávio Suplicy de Lacerda.

o repúdio ao controle do espaço acadêmico pelo regime, bem como o repúdio ao controle das informações. “[...] é neste momento que o projeto de Universidade se torna mais uma vez objeto central de um percurso crítico e coletivo de reflexões e aprimoramentos.” (PELLICCIOTTA: 1997, p. 72)

Segundo Pellicciotta (1997), a revitalização dos diretórios enquanto instâncias coletivas se dá através da aproximação estudantil via cultura, ou seja, a revitalização dos Diretórios está intrinsecamente relacionada ao afastamento do caráter meramente administrativo imposto pelo regime militar, este calcado em uma lógica produtivista e autoritária.

O diretório, portanto, se configura como um instrumento político na medida em que se identifica com os problemas efetivos da formação e inserção profissional colocados no interior da Universidade, ou ainda, em que se configura como um espaço de discussão crítica e luta política pela sobrevivência “qualitativa” desta instituição, formação e inserção dos estudantes na universidade. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 74)

A relação DAs e estudantes se dava a partir de comissões existentes dentro das salas de aula, que levava a entidade as problemáticas estudantis. Portanto, esse maior contato com os estudantes e a escolha pela luta estudantil imediata ou academicista agrega aos poucos a simpatia e participação da base estudantil.

Na UFBA, representantes discentes “oficiais” conseguem rebaixar pré – requisitos de algumas disciplinas, substituir matérias optativas

não oferecidas, realizar concursos de monitorias [...] Como decorrência, estas conquistas levavam à elaboração de um plano de trabalho para o conselho de representantes com o propósito de reaparelhar bibliotecas, lutar por concursos docentes, por novas monitorias e revisões curriculares. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 81)

Ainda dentro desta perspectiva academicista dos diretórios nesta primeira fase da década de 1970, pode-se perceber oscilações ou contradições dentro da atuação estudantil:

Por um lado, trata-se de restituir/resgatar um lugar estudantil nas estruturas de gestão da Universidade em nome de se defender uma perspectiva “alternativa” de formação e inserção profissional; por outro, trata-se de negar esta estrutura para afirmar uma outra possibilidade de vida e participação estudantil no próprio espaço acadêmico. Esta oscilação é constante e ela se configura através de projetos políticos diferentes: ora o diretório se aproxima da lógica acadêmica [...] ora é promotora de um afastamento mais profundo para a construção de alternativas mais radicais (sejam organizadas, sejam mais contra-culturais). (PELLICCIOTTA: 1997, p. 82)

Sobre a cultura, é verificado seu uso nesta primeira fase nas articulações políticas, usando-se de linguagens e temas culturais para a promoção de atividades coletivas, dentre elas debates e atos políticos de enfrentamento ao Estado. Quanto a sua intervenção no espaço acadêmico e nas atividades estudantis:

As atividades artísticas, por sua vez, ao se configurarem como experiências de linguagem política, trazem para o âmbito da discussão acadêmica uma interpretação sensível a outros desafios que se enfrentam neste momento e que dizem respeito de maneira mais abrangente às problemáticas da cultura. (PELLICCIOTTA: 1997, p. 83-84)

Os aspectos culturais são utilizados pelos estudantes não só no sentido de aglutinar um maior número de participação estudantil em encontros e assembléias, mas também como oposição a cultura dominante imposta e divulgada aos brasileiros pelo Estado militar, que a partir de fins da década de 1960 e início de 1970 passa a investir pesadamente na questão da integração nacional a partir da difusão da “cultura nacional”. O intuito era claro: transformar um público heterogêneo em homogêneo, moldadas para “apreciar” os produtos culturais colocados pelo regime militar.¹⁹

As lutas limitadas ao espaço acadêmico e por melhores condições de ensino e estrutura universitária passam a tomar outras proporções à medida que as movimentações estudantis dentro dos diretórios ganha visibilidade fora dos “muros acadêmicos”. Tal visibilidade passa a ser alcançada no momento em que os Diretórios passam a organizar Encontros de Áreas²⁰,

19 Sobre a questão da cultura “oficial” e da cultura “marginal”, vê Daniel Cantinelli Seviliano: *Somos os filhos da Revolução*. Op. Cit. Capítulo 4.

20 Encontros que tinham por objetivo reunir os diversos diretórios inseridos nos diversos cursos, no intuito de estabelecer vínculos e trocar experiências regionais e nacionais, bem como lutas conjuntas. Chegou a tal ponto que as Universidades procuraram intervir nestas atividades através de decretos específicos, tal qual o 69053/71, que orientava as universidades a negar o espaço para tais atividades ou proibição definitiva dos eventos. Para maiores informações sobre os Encontros de Áreas, ver PELLICCIOTTA: 1997, p, 85-90.

simpósios e atividades culturais. A consequência das atividades foi o aumento da repressão por parte do Estado militar, proibindo tais atividades junto as Universidades ou reprimindo através do aparato policial/militar. O episódio marcante é o da invasão da PUC – RJ pela polícia militar, acarretando na prisão de vários estudantes e na morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, em 1973.

Segundo descrição de um documento do Grêmio Politécnico do ano de 1973 sobre a morte de Alexandre Vanucchi:

[...]Como muitos outros, Alexandre fora preso de modo arbitrário: sem identificação da autoridade coatora, sem ordem de prisão do juiz competente, sendo conduzido para local ignorado. Enfim, uma prisão com todas as características que configuram um verdadeiro seqüestro. [...]Os órgãos de segurança distribuíram a imprensa a 'versão oficial' [...] segundo esta versão, Alexandre morrera atropelado ao tentar fugir quando era conduzido pela polícia a um encontro com um companheiro. [...]Mas a versão oficial, de forma alguma, conseguiu convencer os estudantes e parcela da população que teve conhecimento do ocorrido. Um sentimento de indignação tomou conta da USP e extravasou-se para fora dela. (carta do Grêmio Politécnico *apud* PELLICCIOTTA: 1997, p. 77)

Com estes fatos, a sociedade civil se dá conta de que as coisas não caminhavam nada bem. Diversos setores da sociedade civil mobilizam-se contra a atitude arbitrária do governo militar, tal qual a Igreja, jornalistas, artistas, professores, parlamentares e os próprios estudantes.

Para Sevillano (2010), o episódio da PUC representou ao mesmo tempo uma vitória e uma derrota para a oposição:

de um lado, uma derrota para o movimento estudantil que teve sua reorganização quebrada traumáticamente pelas forças policiais; por outro lado representou uma vitória para a oposição ao regime devido à proporção alcançada pelos eventos, o que ocasionou duras críticas pela sociedade civil contra o regime. Cresce a antipatia e a oposição da classe média ao governo militar, uma vez que se ver ferida com os acontecimentos da PUC (considerada uma Universidade da classe média). Segundo Plínio de Arruda Sampaio Junior:

[...] em 1977 a sociedade já estava com força para ultrapassar o cerco autoritário, e aquele momento da invasão representou franca decadência do poder nas mãos de pessoas como Erasmo Dias ou Romeu Tuma, que dirigia o Dops e atualmente é senador por São Paulo [...] aquele momento representou um teste importante para a luta contra a ditadura. A organização estudantil e a atuação da Igreja, representada pela figura de dom Evaristo Arns eram decisivas [...] Aparentemente tivemos uma derrota, mas foi uma derrota na vitória [...] Acabaram com o ato dos estudantes, muitas pessoas foram gravemente feridas, mas se viu que a sociedade brasileira não aceitava mais tantas arbitrariedades. (SAMPAIO JUNIOR *apud* CANTINELLI: 2010, p. 68-69)

Tal atitude tomada pelo Estado militar para coibir as atividades estudantis abre caminhos para que o ME passe a tornar-se um movimento que visa denunciar as arbitrariedades do governo, não só nos fatores que os atingem diretamente, mas inserem-se em uma perspectiva de luta mais ampla: a luta pelos direitos fundamentais,

ou seja, liberdade de expressão, democracia no país e o fim do governo militar. Esse seria o momento em que as movimentações estudantis passam a inserir-se na idéia de sociedade civil, uma vez que adotam uma perspectiva de luta mais ampla, nacional ou até mesmo mundial.

Está dentro da proposta gramsciana de sociedade civil a parcela da sociedade formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, dentre outros. É por meio desta parcela da sociedade que se busca hegemonia mediante direção política e consenso.

A década de 1970 representou para o Brasil a retomada das atividades da sociedade civil contra a sociedade política, ou Estado arbitrário. Lutas que em sua maioria advém da classe média²¹ e o Movimento Estudantil não fica de fora dessas atividades. Valendo-se do apoio da sociedade civil nacional, inclusive da Igreja, dotada de aparato moral frente à opinião pública, o M.E. passa a adotar uma perspectiva de luta mais ampla, acompanhado de um processo organizacional que busca resgatar o Movimento Estudantil de 1968. É a partir de meados de 1976 que se é verificado a presença das tendências políticas dentro da estrutura do Movimento Estudantil.

21 CNBB, OAB, ABI são exemplos de parcela da sociedade civil nacional provenientes da classe média e alta no Brasil, que em um primeiro momento apóiam a tomada de poder pelos militares e posteriormente ressurgem como oposição.

1.3.2 Movimento estudantil na segunda metade da década de 1970

Esta é a fase em que há o confronto entre as movimentações de representação estudantil reconhecidas pelas instâncias universitárias e as movimentações que atuam de maneira “clandestina”. Essas últimas citadas seriam as de vinculação política, ou das tendências políticas. Segundo Pellicciotta (1997), a tensão entre a face “oficial” e a “clandestina”, acrescida da repressão do Estado através da polícia política, caracteriza o movimento estudantil deste período.

A face denominada de “oficial” diz respeito as movimentações estudantis consideradas de maior visibilidade, levadas a frente pelos diretórios. São desempenhadas atividades de discussão, participação e articulação com o espaço acadêmico ou universitário. São essas representações que tem participação nas reuniões de Conselho Universitário.

Já a face clandestina diz respeito à reconstrução do movimento estudantil baseado na recuperação do diretório enquanto instância política e representativa dos estudantes. Essa seria uma maneira de trazer à tona o papel social do movimento. O objetivo estaria em inserir a luta estudantil os aspectos de luta social e política presentes na conjuntura do Brasil e, quiçá, do mundo, ao passo que procuraria repolitizar ou trazer ao espaço de vivência estudantil incentivos que provocassem a conscientização política e social dos estudantes. Sobre os dois aspectos das movimentações estudantis da segunda metade da década de 1970, Pellicciotta: 1997, p. 91 propõe que:

Na lógica das militâncias clandestinas, a implantação de uma linha de atuação política or-

ganizada implica em redirecionar e homogeneizar o leque de formas de participação em prol da consolidação de uma estrutura mais centralizada de gestão, capaz de recolocar a questão da ação coletiva nos quadros da relação vanguarda/massa. Na lógica “oficial” dos diretórios, [...] trata-se, pelo contrário, de exercitar procedimentos mais diretos e abertos de participação coletiva, em especial, de se impulsionar fóruns mais amplos e de se intensificar a prática das assembleias.

Dentro da lógica de homogeneização e centralização indicada pela referida autora, o movimento estudantil junto aos DCEs procurava promover práticas culturais vinculadas às entidades. Esta seria uma maneira de aproximação e politização dos estudantes, mantendo a lógica da centralização do movimento, pois “[...] no percurso destas articulações a perspectiva de aprofundar as relações entre as questões políticas e culturais almeja resgatar o sentido politizado de cultura construído na década anterior.” (PELLICCIOTTA: 1997 p. 92)

Segundo Sevillano (2010), na fase das tendências há duas formas de reorganização da convivência estudantil: de um lado a composição das tendências, de outra as práticas culturais ditas “libertadoras”, caracterizadas pela cultura marginal ou alternativa à cultura autoritária.

Na oposição dos novos grupos dentro do ME os projetos de libertação individual ou de grupos não encontram espaço; as práticas alternativas de cultura foram tomadas como atitudes alienantes, que em nada contribuíam para o fim da ditadura. Face às tendências e ao assembleísmo que ressurgia ao movimento estudantil há uma

debandada de estudantes frente ao ME, que começa aos poucos no começo dos anos 80 e se acentua após a derrota da emenda das Diretas. (SEVILLANO: 2010, p. 71-72)

A idéia desenvolvida por Sevillano (2010) acerca do confronto entre as organizações políticas do ME e os grupos ligados as práticas culturais pode ser reforçada a partir do artigo de Ricardo Azevedo (1997), “Medo e Liberdade” publicado na revista Teoria e Debate. O artigo é todo baseado nas experiências de um representante de cada tendência política mais expressiva no país naqueles anos de luta pela democratização,²² oriundos da USP, universidade que foi palco de várias movimentações estudantis. Segundo Josimar Melo em depoimento prestado ao referido artigo:

A gente precisava juntar gente, então fazia um show com um cantor engajado e juntava as pessoas. Com o tempo, as coisas começaram a ir para seu devido lugar, ou seja, política é política, cultura é cultura. (MELLO *apud* AZEVEDO: 1997 p. 11)

Para Ricardo Azevedo, os artistas tinham grande interesse de difundir o engajamento político/cultural contribuindo com o movimento estudantil:

[...] os artistas que queriam manifestar seu repúdio à ditadura o faziam, contribuindo para a

22 Foram entrevistados: Josimar Melo, integrante da Libelu da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1971; Aloizio Mercadante, integrante da Refazendo na USP em 1973; Alon Feuerwerker da Caminhando pela USP, em 1974; Júlio Turra, integrante da Libelu pela USP em 1974 e Geraldo Siqueira, pela Refazendo, também pela USP em 1971.

reorganização do movimento estudantil. O simples fato de duas das principais tendências do movimento estudantil se chamarem “Refazendo” e “Caminhando” já mostra a importância que a questão cultural tinha na época. (AZEVEDO: 1997, p. 11-12)

Contudo, Alon Feuerwerker faz uma interessante ressalva: “A questão cultural teve uma influência. No entanto, a maior influência cultural foi do marxismo.” (FEUERWERKER, *apud* AZEVEDO: 1997, p. 12). Essa afirmação ressalta que, vinculado as propostas políticas, estava a questão cultural não como oposição, mas como complemento a luta pelo engajamento dos estudantes as questões sociais via socialismo científico.

A questão do comportamento também esteve vinculada a tendência política adotada, associada à cultura predominante naquele engajamento político. Cada tendência política formava uma “tribo” no espaço estudantil e cada uma delas tinha a sua maneira de se expressar através da cultura. Segundo Júlio Turra:

O pessoal da Caminhando era do sambão, do pagode, da cultura popular. Nós, da Liberdade e Luta, éramos mais roqueiros; o pessoal da refazendo era mais tipo Milton Nascimento. (TURRA, *apud* AZEVEDO: 1997, p. 12)

E acrescenta Aloízio Mercadante acerca da questão comportamental e sua não vinculação nas cartas programas:

A gente tinha um pé no Woodstock. Havia uma discussão cultural e comportamental na vanguarda social do movimento. Estas coisas não

estavam nas cartas-programa porque o nível de consciência do conjunto dos estudantes não era o mesmo da vanguarda social (MERCADANTE *apud* AZEVEDO, 1997, p. 12)

A diferença existente entre estudantes e vanguarda é uma característica das tendências que vão permear as movimentações estudantis vinculadas aos partidos, principalmente daqueles que vinham atuando historicamente na conjuntura política nacional. As principais tendências do movimento estudantil da época eram as seguintes:

Ação Popular (AP) – Refazendo

A Ação Popular surge nos anos 60 como uma organização alternativa ao reformismo das organizações de vanguarda, em específico o PCB. Para os comunistas do “partidão”, o Brasil deveria avançar para o caminho da revolução burguesa. O intuito era abandonar as estruturas agrárias consideradas pelos comunistas como principal obstáculo ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Considerados feudais, os setores rurais só ainda predominavam no país devido ao incentivo do imperialismo estrangeiro ávido em impedir o crescimento autônomo da economia brasileira. Em suma:

[...] para levar adiante a “revolução democrático –burguesa” no Brasil, uma aliança entre o proletariado (dirigido politicamente pelos comunistas) e a burguesia nacional deveria ser concretizada. Tais seriam as precondições para a realização da “etapa revolucionária”, tão ne-

cessária à emancipação da classe trabalhadora.
(CIAMBARELLA: 2007, p. 105)

Diante de tais preceitos, a AP procura firmar-se como alternativa a política predominante do PCB no seio das esquerdas, atraindo para a organização uma parcela da juventude que militava nas universidades e em outras instâncias estudantis, mas também operários. A organização reuniu os setores mais progressistas da Igreja Católica, em específico grupos como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC).

De forte influência das forças jovens, a formação da organização surge também como necessidade de construir uma ação que ultrapassasse as estruturas e normas da Igreja. A idéia não era apenas de salvar almas, mas de ter “[...] uma visão de homem e universo que sendo universal, aspira a ser ponto de convergência a união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem.” (SILVA: 1987, p. 90), ou seja, a proposta de saída do campo transcendental para uma luta sólida que aglutinasse política, história e, para alguns membros, a luta revolucionária.

De clara inspiração cristã, a AP, em um primeiro momento, procurou autodefinir-se como movimento político independente e defensor de idéias humanistas. A criação da organização está intimamente ligada às mudanças ocorridas no interior da Igreja Católica a partir do pontificado de João XXIII e ao aprofundamento da luta de classes no Brasil e no mundo; seus fundadores viram nela a possibilidade de desenvolver uma entidade de ação política de esquerda mais autônoma e desvinculada das

diretrizes do clero católico. (CIAMBARELLA: 2007, p. 106)

O fato é que a Ação Popular foi mudando no decorrer de sua existência e militância: da perspectiva humanista, passou para a guerrilha castro-guevarista²³ na qual adota na organização a luta armada até meados de 1967. Posteriormente adere aos princípios do maoísmo²⁴ e da Revolução Cultural Chinesa, altamente vinculada a dinâmica camponesa. Segundo Ciambarella (2007) o resultado da AP foi o abandono do foquismo²⁵ e sua substituição pelo maoísmo e pela estratégia de guerra prolongada, deixando para trás o imediatismo da luta armada. Este também será um período que a AP adota o movimento de proletarianização:

A meta consistia em deslocar seus militantes para o trabalho nas fábricas e para o meio rural, numa tentativa de transformá-los, rompendo com suas origens sociais – notadamente de classe média. O movimento visou a eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, acabando também com a tendência à elitização através do nivelamento por baixo, mediante a integração dos militantes na produção, inspirados no modelo igualitário da Revolução Cultural Chinesa e reforçado pela origem cristã apista. (CIAMBARELLA: 2007, p. 120)

23 Guerrilha que se dá a partir do campo para as áreas urbanas.

24 Baseado na teoria de Mao Tsé-Tung acerca da importância das massas camponesas pobres na luta revolucionária.

25 Teoria revolucionária criada por Régis Debray e inspirada em Che Guevara, revolucionário cubano.

Para Gorender: 1987, p.114 a transição da AP do socialismo humanista ao marxismo está associada a:

[...] escola de Althusser. Encaixava-se no esquema althusseriano a classificação do socialismo humanista, de base cristã, como ideologia-escala inferior do pensamento-, ao passo que o marxismo é a ciência da história, única teoria explicativa da sociedade. Demais disso, Althusser valorizava Stalin e Mao, o que se enquadrava na inserção da AP no âmbito da força de atração irradiada em Pequim.

Entre 1969 e 1970 a AP inicia aproximação com o PC do B (nesse momento também maoísta). Dessa aproximação, entre 1972 e 1973 a AP reconhece o PC do B como verdadeira vanguarda proletária. Essa decisão gera um intenso debate interno a organização, gerando a divisão da AP entre dois grupos: os que defendiam uma fusão com o PC do B e os que pretendiam manter a organização independente.

Liderados por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright [...] alterando seu nome para Ação Popular Marxista-Leninista (APML) [...] Suas principais participações aconteceram no movimento estudantil, que ressurgiu em fins dos anos 1970, na luta pelas liberdades democráticas (em especial na luta pela anistia) e na aproximação com novos movimentos político-sociais [...]. (CIAMBARELLA: 2007, p. 124)

Na segunda fase da década de 1970, a AP atua no movimento estudantil através da sua tendência Refazendo. Surgida em 1975, durante o processo de reorganização

do DCE-livre Alexandre Vanucchi Leme em São Paulo, a Refazendo inicialmente defendia um movimento alicerçado nas entidades estudantis de representação de base pela defesa das lutas por melhores condições de ensino e pelas liberdades de organização e expressão. (Romagnoli; Gonçalves: 1979, p. 68). Após 1977, a AP passa a defender a inserção estudantil nas lutas de âmbito nacional, tais quais pelo fim da ditadura, pela liberdade democrática e a luta educacional ganha amplitude através da defesa pela democratização da universidade, ou seja, pelo acesso da maioria da população à universidade. Considerada uma alternativa ao reformismo do PCB inserido no movimento estudantil:

O PCB vinha perdendo espaço na USP. Nós éramos uma alternativa ao reformismo, mas não aceitávamos o trotskismo pelo seu vanguardismo, pela sua total incapacidade de dialogar com a massa. Eles sempre atuavam na vanguarda social e com uma postura vanguardista. (MERCADANTE, *apud* AZEVEDO: 1997, p. 13)

Organização Socialista Internacionalista (OSI) - Libelu

A OSI surge em 1976 com o objetivo de resgatar e reorganizar a tradição de atuação dos trotskistas no Brasil. Agindo também no sentido de reatar laços políticos internacionalistas, a OSI estava relacionada ao Corqui – Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional, um grupo latino americano de diversas organizações trotskistas. (Andrade: 2009, p. 68) A fundação da OSI, portanto, está relacionada ao histórico de lutas dos trotskistas no Brasil e seu objetivo agora era de procurar levar à frente os verdadeiros objetivos trotskistas.

A presença de correntes trotskistas no Brasil remonta a década de 1930, através da Liga Comunista Internacionalista, em ruptura com as orientações de Stalin. Após fundação da IV Internacional em 1938, os trotskistas brasileiros foram se agrupando ao Partido Socialista Revolucionário (PSR). Contudo, a crise da IV Internacional em 1953 provocada pelo pablismo²⁶ acarreta rupturas e afastamento da perspectiva trotskista por parte das organizações. Aqui no Brasil, o representante dessa ruptura foi o Partido Operário Revolucionário (POR).

Até 1967, o POR alia-se a setores da burguesia alegando que naquele momento a classe operária não tinha condições estruturais para lutar contra a ditadura. Essa visão do POR desperta algumas resistências e dissidências surgem como oposição a esta perspectiva de perceber o movimento operário.

Em 1967, uma dissidência do POR forma a FBT (Fração Bolchevique Trotskista), [...] A FBT é quase dizimada pela repressão nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, em 1968 surge outra dissidência do POR em São Paulo, que forma o Grupo Comunista 1º de Maio e consegue sobreviver à repressão, concentrando seu trabalho no movimento estudantil e na região do ABC paulista. Em 1971, um grupo de exilados em Paris [...] forma o Grupo Outubro e propõe a vinculação e unificação dos vários grupos trotskistas no Brasil ao Corqui [...] em 1976, a OMB se funde com o grupo 1º de Maio e surge finalmente a OSI. (ANDRADE: 2009, p. 68-69)

26 Dissidência revisionista do trotskismo dirigida por Michel Pablo e Ernest Mandel.

A OSI, em oposição ao PCB e ao PC do B, criticava qualquer possibilidade emancipatória partindo de articulações com a burguesia ou setores da classe dominante nacional.

O setor da burguesia brasileira apontado pelos teóricos stalinistas como progressista: a burguesia industrial fornecedora de bens de consumo para o mercado interno, nunca se organizou em partido político que liderasse as lutas das massas em defesa dos interesses nacionais. A apática e episódica resistência da classe dominante brasileira ao capital estrangeiro foi realizada através de governos bonapartistas, que representavam o conjunto do capital nacional, com todas as resistências as reformas democrático-burguesas que o caracterizavam. (Teses sobre os problemas brasileiros *apud* ANDRADE: 2009, p. 69)

Para tanto, a OSI esteve intimamente relacionada à organização e emancipação do movimento operário, mas não só isso: a força jovem era reconhecida como uma das maneiras existentes no país para derrubada do governo militar, e sua aproximação as organizações estudantis se deu através da Liberdade e Luta (Libelu). Formada em 1976, a Libelu avaliava que o governo militar estava prestes a cair, daí a adesão ao lema “Abaixo a ditadura”, tornando-se pioneira nessa perspectiva de luta no meio estudantil.

A luta contra a ditadura tem sentido, tem substância, na medida em que ela se apóie sobre reivindicações concretas [...] materiais e morais da massa oprimida. [...] essas palavras de ordem estão em cima de três eixos. O primeiro é a luta

pela satisfação de todas as reivindicações dos estudantes. [...] O segundo ponto é a questão da independência do movimento estudantil e da ruptura de todos os vínculos com o MEC, com o aparato do Estado, com a ditadura militar, onde estes existiam. (ROMAGNOLI; GONÇALVES: 1979, p. 70)

Ao contrário de algumas tendências que defendiam a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades como forma de democratização, a Liberdade e Luta considerava estas instâncias de representação oficial, criados pela ditadura para manter o controle estudantil e implantar a política educacional do governo. “Os órgãos colegiados não são órgãos de decisão [...] e sim de execução de uma política que vem pronta e elaborada pela ditadura.” (Romagnoli; Gonçalves: 1979, p. 70)

Partido Comunista do Brasil (PC do B) - Caminhando

O PC do B surge em 1962 como uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal cisão tem seus antecedentes: as denúncias dos crimes de Stálin por Khruchchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no ano de 1956 e a divulgação das relações diplomáticas de postura pacífica entre as duas potências geram debates internos entre os Partidos Comunistas do mundo inteiro.

No Brasil, é aberta discussões no PCB acerca das críticas ao stalinismo e as mudanças na linha política:

No debate interno, surgiram pelo menos duas correntes. A primeira pedia uma profunda autocrítica pública sobre os crimes cometidos

por Stálin e questionava a capacidade do grupo dirigente, afetada por práticas pouco democráticas, de fazer as mudanças necessárias. Uma segunda corrente [...] propunha mudanças limitadas e fazia defesa da ortodoxia partidária. (SALES: 2007, P. 167)

Segundo Silva (1987), as discussões internas no PCB vão gerar dois grupos: os revisionistas, grupo que propunha mudanças dentro do próprio PCB; e os stalinistas. A partir de 1961 o PCB procura enquadrar em seu estatuto as exigências do código eleitoral brasileiro. Essa mudança tida como autoritária provoca o aprofundamento das diferenças dentro do PCB: para o grupo de oposição ao PCB, o Comitê Central não tinha o direito de retirar as referências do marxismo-leninismo de seu programa e um abaixo assinado foi criado. Os militantes que assinaram o documento foram expulsos do partido sob acusação de terem provocado a cisão dentro do PCB.

O grupo expulso do PCB organiza, em 1962, uma Conferência Nacional Extraordinária, no intuito de eleger um novo Comitê Central. Aprova novos estatutos, declara em público que é o partido de 1922 reorganizado e adota a sigla PC do B. Contudo, nos primeiros anos de sua criação enfrenta alguns problemas com relação: a estruturação orgânica, mediante a pouca quantidade de militantes; a concorrência ideológica com outras organizações políticas de esquerda que começam a se formarem em oposição tanto ao PCB quanto ao PC do B, apontada como excessivamente ortodoxa.²⁷ Sobre os meios utilizados para se firmar moralmente enquanto partido:

27 Faziam parte das críticas aos dois partidos comunistas nesse período: a AP – surgida em 1962; a Organização Revolucionária Marxista – Política

O discurso político que fundamentou a criação do partido foi estruturado, principalmente, a partir da busca de um respaldo no passado. Foi através da história que o PC do B tentou convencer os seus militantes e interlocutores de que era o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninista, enquanto o outro teria se afastado desse caminho. (SALES: 2007, p. 170)

Quanto à estratégia política, não diferia das formulações da III Internacional Comunista. Assim, o partido avalia que a revolução brasileira deveria ser feita em duas etapas: a primeira através de uma revolução democrático-burguesa; a segunda deveria dar continuidade ao projeto revolucionário através de uma grande frente política sob direção da classe operária. Em 1963 o PC do B alinha-se política e ideologicamente ao Partido Comunista Chinês e ao maoísmo, na sequência adotando por tática política a guerra popular prolongada. Daí em diante esteve imerso na guerrilha, na qual teve sua maior representação na Guerrilha do Araguaia, em 1972-1973. Devido à repressão do Estado ditatorial e à morte de diversos militantes, o PC do B inicia, a partir de então, uma série de debates em torno dos contornos políticos que se deveria adotar.

Diante de todo esse estado de coisas, é criada a tendência Caminhando, no ano de 1978/79. Tal tendência foi uma das mais fortes nas universidades de São Paulo em defesa das liberdades democráticas, anistia e constituinte. Defender a constituinte nesse período significava estar vinculada ao MDB, portanto o PC do B via Caminhando no meio estudantil era criticado pelas demais tendências por ter

Operária (ORM-Polop) surgida em 1961 e as Ligas Camponesas.

um projeto político de alianças com a burguesia progressista. Sobre a política adotada pela Caminhando, o objetivo principal no movimento estudantil:

[...] é se aliar, organizar os estudantes, aliando-se com todas as forças democráticas da sociedade contra o inimigo comum que a gente tem hoje que é o regime ditatorial fascista. Nós não temos restrição, não temos medo de contaminação ideológica. Fazemos unidade com todos os setores democráticos em cima de programa mínimo, no qual somos, aí sim, intransigentes: anistia ampla, geral e irrestrita, constituinte livre, democrática e soberana, liberdade sindical e partidária o mais breve possível e a revogação de todos os atos e leis repressivas. O grande divisor de águas é quem é contra ou não a ditadura. (FIGUEIREDO *apud* ROMAGNOLI; GONÇALVES: 1979, p. 68)

No espaço universitário, a Caminhando defendia, enquanto representação estudantil, a defesa de uma universidade democrática, produção acadêmica voltada para a maioria da população, aglutinar para a luta estudantil o máximo de estudantes, método que poderia trazer a unificação das demais tendências. A idéia era conscientizar os estudantes e avançar junto com eles as etapas de conscientização política e social no sentido de apoiar as lutas nacionais defendidas pela organização pelo fim da ditadura.

Convergência Socialista – Novo Rumo

A Convergência Socialista tem sua trajetória traçada a partir de um grupo de companheiros

esquerdistas brasileiros que estavam exilados na Argentina, os quais ainda no exílio editam o primeiro número do jornal “Independência Operária”, publicado até inícios de 1978. Este grupo de brasileiros organiza-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado e regressam ao Brasil. Em 1974 formam a Liga Operária.

Em 1975 a Liga Operária decide concentrar forças no movimento operário e estudantil e empreende um deslocamento de militantes de origem estudantil para o trabalho em fábricas, com o objetivo de influir no movimento operário e formar oposições sindicais às direções reconhecidas por “pelegas”. (Silva: 1987, p. 185) A Liga chegou a apoiar candidatos que defendiam posições consideradas socialistas dentro do MDB. Em 1977, em uma conferência, a organização resolveu denominar-se PST (Partido Socialista dos Trabalhadores), que tem início em 1978 e lança o movimento Convergência Socialista. Sobre a criação do PST e sua trajetória nos campos estudantil e operário:

Quando o PST foi criado, em 1977, estava mais fortemente inserido no meio estudantil, particularmente na Universidade de São Paulo, na PUC e na Escola Paulista de Sociologia, em São Paulo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, mas também começava a implantar-se no movimento operário. [...] O núcleo inicial de quatro militantes, que havia ingressado clandestinamente no Brasil, em 1974, transformara-se em uma organização de aproximadamente mil membros, na maioria jovens estudantes. (KAREPOVS; LEAL: 2008, p. 159)

Especificamente no meio estudantil, a Convergência Socialista foi representada pela tendência Novo Rumo, criada na USP em 1978. De São Paulo, passa a atuar em diversos estados, inclusive os que são enquadrados em geral fora do eixo Rio – São Paulo – Minas Gerais.²⁸ No meio universitário, a Novo Rumo defendia uma perspectiva de combate a ditadura e na resolução dos problemas enquanto setor estudantil e enquanto setor em conjunto com as causas do povo “[...] é preciso que os trabalhadores os demais setores explorados e os estudantes se aliem numa unidade muito forte.” (Peregrino *apud* Romagnoli; Gonçalves: 1979, p. 72)

2 MOVIMENTO ESTUDANTIL: da reconstrução da une às bandeiras de luta assumidas

*É hora de arregaçar as mangas e
pegar no pesado.
O futuro é uma sociedade justa e
humana, o futuro é a liberdade!*
Diretoria da UNE, 1980.

O que nos UNE são nossas diferenças
Grafite dos anos 80

Cronologia dos fatos

1979

O movimento estudantil a partir de 1979 se depara com vários acontecimentos em prol da mudança de estrutura política do país: consolidação do multipartidarismo; fundação

²⁸ Pernambuco, Paraíba e Brasília são estados que também tem a presença significativa da Novo Rumo.

de um partido de viés operário formado a partir da unificação de diversos agrupamentos de esquerda, remanescentes do período da luta armada contra a ditadura militar, de setores de base da Igreja Católica e de intelectuais de esquerda - o PT; luta pela abertura política; reconstrução da entidade de representação maior, a UNE.

Desmantelada estruturalmente e institucionalmente pelo Estado ditatorial, em 1964, a União Nacional dos Estudantes permanecia desempenhando suas atividades na clandestinidade desenvolvendo atividades de greves e mobilizações em torno da educação superior autônoma e democrática. Porém, com a decretação do AI-5 em 1968, a UNE teve sua atuação praticamente eliminada com a prisão de diversos militantes estudantis no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes que seria realizado em Ibiúna, SP no ano de 1968. De 1968 a 1979, as movimentações estudantis foram desempenhadas em torno da reconstrução do movimento e de suas entidades de representação. Para tanto, as movimentações foram divididas em duas fases, conforme citado no capítulo anterior.

Palco de convergências e unificações, a reconstrução da UNE passou por diversos debates entre as tendências políticas inseridas no Movimento Estudantil. Até o momento da retomada da UNE, a atuação das movimentações estudantis estaduais foram importantes para o levantamento do debate que se daria através do 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes²⁹.

29 Há controvérsias se este do ano de 1979 teria sido realmente o 31º Congresso, uma vez que no ano de 1971 houve um congresso em Minas Gerais, que acabou sendo reprimido. O congresso do ano de 1979 seria, na verdade, uma continuação do congresso de 1971. Postura defendida pela própria diretoria da UNE de 1980, in: História da UNE, volume 1: Butantã – SP, editora Livramento, 1980.

No 4º Encontro Nacional dos Estudantes, realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, marcou o Congresso da UNE para maio de 1979 em Salvador. A outra decisão importante do encontro de 463 delegados estaduais foi a de apoiar os candidatos do MDB nas eleições de novembro, com a derrota das propostas de voto nulo, defendidas por tendências mais radicais, como a Liberdade e Luta (Libelu) e Aliçerce. (POERNER: 1995, p. 307-308)

Em meio a controvérsias jurídicas em torno da situação se a UNE deveria continuar ou não existir enquanto sociedade civil, os organizadores do 4º Encontro Nacional dos Estudantes procuraram apoio em alguns setores da sociedade civil para auxiliar na realização do evento. Por outro lado, informar publicamente o evento como uma medida de tentar conter a repressão do Estado, já que os Direitos Humanos internacional tinha conhecimento das arbitrariedades dos regimes ditatoriais da América Latina. Parcela da sociedade civil e alguns parlamentares passaram a se pronunciar publicamente em defesa dos estudantes na realização do encontro. Tal medida surte efeito:

Não houve repressão direta ao Encontro, entretanto, todas as emissoras de rádio e televisão de São Paulo foram proibidas pela Polícia Federal de divulgar notícias e comentários sobre o IV ENE, o que provocou protestos do Sindicato de Jornalistas do Estado de São Paulo. (CAVALARI *apud* SANTANA: 2007, p.194)

A iniciativa de reconstrução da UNE, na verdade, não partiu exclusivamente do movimento estudantil. Além da Comissão Pró-UNE que continuava ativa e a realizar a sua 8º

reunião no início de 1979, no Rio de Janeiro, no intuito de finalizar os detalhes do 31º Congresso, foram apresentados dois projetos de leis em 1978 na Câmara por dois deputados do MDB, propondo a recriação da UNE. Para este congresso, o MEC declara que o encontro, embora ilegal, não seria proibido. Porém não garantia que os participantes não seriam reprimidos, já que as leis 228³⁰ e 477³¹ continuavam em vigor, o que não seria difícil de ser alvo da repressão da própria reitoria.

Apesar de ser um período dito “liberalizante”, o termo não fazia jus a realidade existente. Em um telegrama enviado a todos os reitores pelo ministro da educação, Eduardo Portela, é definido dentro da estrutura autoritária a posição do MEC:

Comunico que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE [...] em Salvador, é ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do Ministério. Solicito a V.S.a adotar providências preventivas cabíveis. (PORTELA *apud* POERNER: 1995, p. 309)

Em janeiro de 1979 o governo já havia reprimido a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, inclusive com intervenção estatal nos sindicatos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Diante da repressão, o Congresso da UNE foi realizado no pavimento

30 Reorganiza as estruturas de representação institucional estudantil em diretórios, dentro das universidades, voltadas para as exigências da ditadura militar.

31 Define e pune infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, que incitar ou se envolverem em atividades consideradas pela ditadura “subversivas”.

térreo do Centro de Convenções de Salvador, local cedido pelo governador Antonio Carlos Magalhães. Em maio de 1979 os estudantes realizaram o 31º Congresso da UNE, intitulado de “Congresso da reconstrução”. Sobre a viabilização do evento:

Para evitar que a reunião fosse considerada clandestina, e numa tentativa de buscar sustentação política para entidade, os estudantes procuraram divulgar amplamente a finalidade do encontro e buscaram a participação dos outros segmentos da sociedade. Assim, foram convidados parlamentares dos dois partidos e o Presidente da República, João Figueiredo. Dias antes da realização do encontro, os estudantes receberam mensagens de apoio do clero, de associações de classe e de parlamentares e publicaram-nas na imprensa. (CAVALARI *apud* SANTANA: 2007, p. 195)

Nesse congresso foram definidas as estruturas do Movimento Estudantil em torno da entidade de representação: as instâncias deliberativas incluindo o Congresso Nacional dos Estudantes, Conselhos de Entidades de Base, Conselhos de Entidades Livres (DCEs e UEEs) e a diretoria da UNE. Também aprovação da Carta Máxima e as bandeiras de lutas nacionais, tais quais: gratuidade do ensino, por mais verbas para educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra a devastação da Amazônia, por uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática; e pela filiação das entidades de base estudantil a UNE.

Mesmo não havendo repressão policial durante o congresso, algumas medidas foram tomadas pelos órgãos do regime para atrasar ou bagunçar o andamento dos trabalhos:

[...] houve tumulto e princípio de pânico provocados pelo lançamento de um pacote contendo pó químico não identificado sobre os estudantes, durante a última sessão plenária do congresso. O pó, que provocava reações semelhantes às do gás-lacrimogênio, foi atirado sobre o plenário logo após as luzes terem sido apagadas. Mais de 60 pessoas foram atendidas nos postos médicos, com conjuntivite, coceiras e crise nervosa. O princípio de pânico foi controlado. Os estudantes do plenário acataram a ordem da mesa que pedia calma. Enquanto esperavam que as luzes fossem religadas, cantavam o Hino da UNE e a música “Pra não dizer que não falei das flores (caminhando)”, de Geraldo Vandré. (CAVALARI *apud* SANTANA: 2007, p. 197)

O item mais polêmico do congresso foram as eleições para presidência da UNE. Para tanto, precisava-se decidir como se daria o processo eleitoral: direto ou indireto, majoritário ou proporcional, de uma diretoria ou de um colegiado, de personalidades ou entidades, efetiva ou provisória, no congresso que se estava realizando ou no segundo semestre do ano, em outro congresso ou com urnas recolhendo os votos nas escolas superiores.³² Após planos e análises, o plenário optou pela escolha imediata de uma diretoria provisória, com a eleição da diretoria definitiva, por urnas, no segundo semestre. Algumas tendências do movimento estudantil se manifestaram contra essa decisão, quando o ex vice-presidente da UNE, José Genoíno, fazia

32 Sobre as propostas das articulações estudantis de todo o Brasil presentes no congresso, ver: Revista História Imediata – A volta da UNE. Op. Cit. p.60-61.

o pronunciamento de encerramento do evento. (Santana: 2007, p. 197).

Em agosto de 1979 a União Estadual dos Estudantes de São Paulo realiza nova eleição. Cinco chapas concorreram: Libelu, Novação, Chegou a Hora, Voz Ativa e Convenção. A Voz Ativa vence composta pela coligação das tendências Refazendo (AP) e Caminhando (PC do B). O presidente eleito, Israel Henrique Waligera, da USP, substitui o colegiado que vinha dirigindo a UNE desde o 31º Congresso.

No mesmo mês, o movimento estudantil representado pelas diversas tendências que concorriam à diretoria da UNE tomam, simbolicamente, o prédio da Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, local que a UNE havia funcionado até 1964. Como símbolo de patriotismo (em oposição a idéia de internacionalismo partidário) e de defesa das diversas bandeiras pela transformação política e social do Brasil, os estudantes hasteiam a bandeira da UNE ao lado da bandeira brasileira.

Bem como definido no 31º Congresso, foi realizada em outubro a eleição, através de voto direto, da diretoria definitiva da UNE em todo o país. Foi a primeira vez na história da UNE que se realizou uma eleição direta para escolha de sua diretoria. Durante o processo eleitoral, que foi coordenado pela diretoria provisória da entidade, concorreram cinco chapas: Novação – formada pelas tendências Centelha, Peleia (ambas regionais da Bahia), Convergência Socialista e Travessia, que juntas compunham a Corrente Socialista do movimento estudantil e apoiavam o PT e o novo movimento sindical; Mutirão – composta pelas tendências Refazendo e Caminhando de São Paulo; Libelu – corrente trotskista acusada de ser radical; Maioria

– comumente acusada pelas outras tendências de ser uma chapa “direitista”; Unidade – formada por duas vertentes, a esquerda ortodoxa (PC do B) e pela frente popular do PT.

Embora houvesse semelhanças nos programas das cinco chapas concorrentes – já que era consenso entre as tendências a anistia ampla, geral e irrestrita, liberdade democrática e o fim da ditadura – elas divergiam quanto a condução do movimento estudantil e as lutas que deveriam ser travadas. Ao final da eleição, a chapa Mutirão vence as eleições, representada pelo aluno da UFBa Rui Cesar Costa e Silva.

O ano de 1979 também foi o ano em que o presidente Figueiredo assina um Decreto-Lei que regulamentava o artigo 2 da Lei nº 6.680. Apesar de revogar os decretos 228 e 477, acabava por não representar segurança absoluta para os estudantes, uma vez que muitas instituições de ensino superior ainda carregavam os resquícios práticos dos dispositivos dos decretos em seus estatutos institucionais. Diante disso, vários setores da sociedade civil mobilizam-se em protestos contra a medida, dentre os setores a OAB, ex parlamentares e estudantes.

1980 - 1984

As movimentações e discussões giravam em torno da construção de uma frente de oposição a ditadura, frente que reunisse PT, PMDB, PTB e PP. Tal atitude não era consenso entre o meio estudantil e em fevereiro de 1980, durante uma reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, em Belo Horizonte, a diretoria da UNE consegue abrandar a posição intransigente do movimento estudantil em relação à reforma partidária do governo Figueiredo. A proposta

decidida, então, era de apoio à frente de oposição, luta por mais verbas para a educação e contra os aumentos abusivos das anuidades nas escolas particulares.

Em março, em um encontro de trabalho em Salvador, a diretoria da UNE resolve tomar a sua antiga sede na praia do Flamengo, no dia 2 de abril, exatos passados 16 anos de a sede ter sido incendiada por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Temendo o poder simbólico do casarão, o Estado ditatorial decide, através do Tribunal Federal de Recursos, demolir o prédio, apesar dos protestos dos estudantes e de setores da sociedade civil. (Santana: 2007, p. 199)

Em setembro, apesar de muitas divergências e até mesmo cisão entre os 15 dirigentes, a UNE promove uma greve nacional de três dias que, segundo dados da própria instituição, mobilizou um milhão de pessoas, entre esses estudantes e professores de 32 escolas superiores. A finalidade era reivindicar por mais verbas para educação e protestar contra os aumentos das anuidades superiores a 35% nas instituições de ensino particulares.

Em outubro, ocorre o 32º Congresso da UNE em Piracicaba – SP. Este teria sido o primeiro encontro que os estudantes de fato sentiram o retorno da legalidade da UNE. Quanto a organização:

A prefeitura de Piracicaba colocou à disposição da UNE profissionais da área de saúde [...] e também a Guarda Municipal, para a proteção dos estudantes. Por outro lado, a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) entrou em recesso por dez dias, cedendo seus espaços para alojar os cerca de 4 mil participantes, além de colocar funcionários e professores a serviço

da infra-estrutura do Congresso. (ELIAS *apud* SANTANA: 2007, p. 199)

Apesar do auxílio, não havia garantias de que nada de repressivo haveria no evento, já que o auxílio mútuo entre Prefeitura, Unimep e a UNE geraram suspeitas por parte dos órgãos de repressão. Foram enviados agentes antes do evento para colher informações, fiscalizar o encontro e repassar todas as informações do que acontecia no local. Contudo, o evento foi considerado tranqüilo, nada passou de ameaças:

[...] um alerta foi feito no último dia, pelo reitor Boaventura, devidamente registrado pelo Dops. Boaventura denunciou a infiltração de agentes de segurança, e pediu que, ao final do encontro, os participantes saíssem em grupos e não aceitassem provocações, já que as intimidações haviam aumentado muito. (ELIAS *apud* SANTANA: 2007, p. 199)

Várias foram as tendências que participaram do congresso e esteve inserido em calorosos debates políticos, o que para Santana (2007) serviram para aprofundar ainda mais as divergências internas ao movimento estudantil. Ao final do congresso. As decisões tomadas foram: moção de repúdio ao presidente Figueiredo; realização de um dia Nacional de Luta, no sentido de reivindicar a aplicação de 12% das verbas orçamentárias na Educação; indicativo de greve para as universidades privadas pelo controle do aumento das mensalidades; exigência de eleições diretas para as reitorias e cargos em órgãos colegiados; realização de manifestações por todo o país pela defesa de uma democrática Assembléia Nacional Constituinte; exigência

da revogação da lei de Segurança Nacional, com apuração e punição dos autores de atentados terroristas por parte da extrema direita; apoio irrestrito as reivindicações dos trabalhadores; exigência do aumento de representatividade estudantil nos órgãos colegiados das universidades; filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE) e à Organização Continental Latino-Americana (OCLAE); e o agendamento das eleições diretas da UNE.

A última sessão do congresso foi reservada à apresentação das chapas que concorreriam às eleições da UNE em novembro. Embora houvesse cinco chapas concorrendo as eleições, duas delas receberam destaque e ficaram a frente da disputa: Viração, composta pelas tendências do PC do B, MR-8 e PCR; Voz Ativa, formada pelas dissidências do PC do B, MEP e AP-ML, chapa que recebeu o apoio do então presidente da UNE Rui César. Vence a chapa Viração com 14 mil votos a mais do que a sua principal concorrente.

Segundo Santana (2007), no final de 1980 o movimento estudantil já começava a apresentar sinais de esgotamento. Citando Cavalari (1987), descreve:

[...] esse fato é comprovado pela inexpressiva participação dos estudantes na eleição da UNE realizada em novembro – somente 27% votaram -, bem como pelo progressivo distanciamento da entidade em relação aos anseios da grande massa estudantil. (SANTANA: 2007, p. 200)

Ainda segundo Santana (2007), o crescimento da influência dos partidos na UNE, principalmente do PC do B, teria gerado o afastamento de muitos jovens do movimento,

visto que uma parcela não se identificava com o discurso e práticas partidárias. Mesmo diante de tal situação, o estado de São Paulo volta a sediar o 34º Congresso da UNE no ano de 1982. Nesse encontro, os órgãos de repressão agiram sistematicamente para tentar impedir o congresso. Os órgãos de repressão deslocaram um pelotão de agentes para a cidade de Piracicaba, sede do evento. Equipes do Sistema Nacional de Informações (SNI), Departamento de Polícia Federal (DPF), Polícia Militar e diversos outros órgãos de repressão foram mobilizados em uma estrutura que ficou conhecida como “Operação Pira”. Cabia aos policiais espalharem-se pelos vários eventos que aconteciam, recolher informações e entregar as suspeitas para os controladores da operação, que por sua vez eram incumbidos de aperfeiçoar as informações e encaminhá-las às equipes de análise. Sobre a organização deste congresso:

A vigilância das delegações foi mais relaxada, os alojamentos não foram objeto de tanto acompanhamento por aqueles que trabalharam na infra-estrutura de apoio. As maiores tensões foram registradas nas divisões de grupos estudantis, com “rachas” e dificuldades até mesmo no processo de credenciamento dos delegados. (ELIAS *apud* SANTANA: 2007, p. 201)

Mesmo diante dos empecilhos da polícia política e da organização do evento, houve a eleição para presidência da UNE e, pela primeira vez, uma mulher: Clara Araújo. Foi também em 1982 que a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI)³³ foi extinta na USP e teve todas

33 Órgão que perseguiu e controlou as atividades dos estudantes após decreto do AI-5.

as suas documentações queimadas pelo reitor Hélio Guerra, conforme solicitava a lei militar que determinava a destruição de materiais de natureza reservada ou confidencial.³⁴

Em 1984 os estudantes participam com fôlego, através do movimento estudantil, da Campanha das Diretas Já, juntamente com diversos outros setores da sociedade civil nacional. A UNE, juntamente com os partidos de oposição ao governo e os setores organizados da sociedade civil, foi uma das grandes apoiadoras dessa campanha, mobilizando centenas de estudantes em defesa de eleições diretas para presidência da República. Alguns afirmam que esse teria sido um dos últimos momentos em que a UNE teve importância política e representatividade junto aos estudantes. Só o um resgate histórico de fôlego, abarcando não só os instrumentos materiais, mas também os imateriais da análise histórica para comprovar ou refutar tal afirmação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que estão em voga nos meios acadêmicos os estudos voltados para a Ditadura Militar, bem como a atuação da sociedade civil nas sociedades em que estão constituídas, os estudos acerca do Movimento Estudantil tem chamado a atenção de pesquisadores.

Dentro da perspectiva da História do Presente, o trabalho desenvolvido procurou realizar um levantamento bibliográfico da história do movimento estudantil brasileiro da década de 1970 à primeira metade da década de

34 Para maiores informações, ler entrevista de Hélio Guerra *in*: Revista Adusp: 2004, p. 38-39.

1980. Para tanto, foram considerados aspectos gerais das movimentações estudantis, incluindo a reorganização de suas estruturas representativas aos tipos de movimentações desempenhadas no decorrer das duas décadas.

Os movimentos estudantis brasileiros passaram por diversas contradições e mudanças no perfil de luta à medida que a política nacional também passava por mudanças. Muitas das movimentações partiam do interesse em torno do assistencialismo estudantil nas universidades para reivindicações de âmbito mais social, que atingisse todo povo brasileiro. Essa dupla perspectiva de ação das movimentações estudantis teria sofrido ruptura com a regulamentação da Lei Suplicy e a subsequente decretação do AI-5. Para tanto, este trabalho de conclusão de curso buscou demonstrar as diversas concepções acerca das movimentações estudantis por autores que assumem postura tradicional ou linear do histórico de lutas estudantis com trabalhos mais recentes, que sentiram a necessidade de olhar a atuação estudantil com certa criticidade e alguns com a inserção de novos elementos que também se fizeram presentes nas atuações estudantis dentro da sociedade brasileira.

De fato, as movimentações estudantis estiveram inseridas, no período de redemocratização, nas lutas de oposição ao regime ditatorial dentro do quadro de contestações da sociedade civil. Em se tratando de movimento estudantil universitário ou acadêmico, enquanto movimento de classe média buscou lutar pela melhoria da estrutura física e de ensino nas universidades.

Pós introdução da Lei Suplicy e decretação do AI-5, o movimento tem suas estruturas de representatividade abaladas e reorganizadas de modo que o Estado ditatorial

obtivesse o controle estudantil. Diante disso, dois tipos de movimentações estudantis se formam: àqueles que optaram pela luta armada – em conjunto com os partidos políticos que aderiram a guerrilha – rumo a conquista da derrubada do Estado militar; por outro lado, os estudantes que optaram por estar dentro da estrutura universitária na tentativa de alcançar através das instâncias de representação, tais quais os conselhos universitários, diretórios por curso ou geral, desempenhar atividades que chegassem a desembocar minimamente na conquista das exigências estudantis. Para estes últimos, foi dado o nome de “movimento academicista” ou “imediatista”, por lutar exatamente pelas conquistas práticas do estudante acadêmico.

Da segunda metade da década de 1970 em diante, há o confronto entre as movimentações estudantis academicistas e as novas tendências políticas que estão se formando para atuarem no meio estudantil. Muitas destas tendências acreditavam na luta estudantil e operária como pontapé inicial para transformação da conjuntura política do país. Mesmo em meio a estas duas perspectivas, o Movimento Estudantil opta por não mais ser centrado na luta apenas acadêmica, e sim – também – na luta de âmbito mais amplo pelo fim do regime militar. Foram abordados, nesse sentido, os pontos de vista das principais tendências no movimento.

Contudo, ainda há muito que se estudar sobre as movimentações estudantis do período de distensão, abertura e, acima de tudo, do processo de redemocratização que abarca a década de 1980, bem como os diversos aspectos que giraram em torno dos estudantes – do político ao cultural. Também é possível perceber os motivos pelos quais o Movimento Estudantil está inserido na atualidade. As

contradições entre discurso “academicista” e de viés político ainda é palco de debates nas reuniões internas das instâncias de representação estudantil e até cisões chegam a ocorrer em determinados casos.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução: Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. – 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon Org. *Classes médias e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil* (1964 – 1984). São Paulo, Edusc, 2005.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A liberdade nasce da luta: o surgimento da OSI na crise da ditadura. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida Org. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume I. São Paulo: Ed. Aderaldo e Rothschild, 2009.

AZEVEDO, Ricardo. Medo e liberdade. *Teoria e Debate*, Fundação Perseu Abramo, n. 35, 1997, p. 10-13.

CAVALARI, Rosa Maria F. *Os limites do movimento estudantil: 1964-1980*. 1987. 306 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

CIAMBARELA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Org. *Revolução e Democracia (1964 ...)*: As esquerdas no Brasil; volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

DOSSE, François. *História em Migalhas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de Teoria*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). *O tempo da experiência democrática* (O Brasil Republicano vol. 3) RJ: Civilização Brasileira, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976.

NUNES, Paulo G. Antonino. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no estado 1980 – 2000*. João Pessoa: editora Sal da Terra, 2004.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. 282 p. Dissertação de mestrado: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Centro de memória da juventude 1995.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão Org. *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Volume: 6. Campinas: Editora da Unicamp, SP, 2007.

REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

REMOND, René. (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. *História Imediata*, São Paulo, Alfa Ômega, n. 5, 1979, p. 4-95.

SALES, Jean Rodrigues. Da luta armada ao governo Lula: a história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Org. *Revolução e Democracia (1964 ...)*: As esquerdas no Brasil; volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTANA, Flavia Angelis. *Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007. 249 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. *Somos os filhos da revolução: Estudantes, Movimentos Sociais, Juventude e o fim do regime militar (1977-1985)*. 2010. 206 p. Dissertação de mestrado: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SILVA, Antônio Ozaí. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). São Paulo, edição do autor. 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.